



## **ACADEMIA MILITAR**

**Direcção de Ensino**

**Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana**

**Trabalho de Investigação Aplicada**

# **AS IMPLICAÇÕES DA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO PROCESSO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES**

**AUTOR: Aspirante Pedro Lourenço Pereira dos Santos**

**ORIENTADOR: Tenente Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro**

**LISBOA, JULHO DE 2008**



## **ACADEMIA MILITAR**

**Direcção de Ensino**

**Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana**

**Trabalho de Investigação Aplicada**

# **AS IMPLICAÇÕES DA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO PROCESSO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES**

**AUTOR: Aspirante Pedro Lourenço Pereira dos Santos**

**ORIENTADOR: Tenente Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro**

**LISBOA, JULHO DE 2008**

## Agradecimentos

Este trabalho de investigação aplicada só foi possível ser elaborado graças à ajuda e colaboração de um conjunto de pessoas que eu tenho de agradecer imenso.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador por toda a ajuda, disponibilidade e vontade que teve desde o início do trabalho.

Gostaria de agradecer ao Capitão Lobo de Carvalho por todas as linhas orientadoras, pela sua valiosa ajuda e por todo o conhecimento que me ensinou.

Gostaria de agradecer ao Major Bolas, ao Major Letras, ao Tenente-Coronel Antunes, ao Major Rosa, ao Tenente-Coronel Mesquita Fernandes, ao Tenente-Coronel Miguéns, ao Tenente-Coronel Seixas, ao Tenente-Coronel Fernandes, ao Tenente-Coronel Albano Pereira, ao Major Pousa, ao Major Leal e ao Cabo Ferreira pelas entrevistas e por todo o apoio que me concederam.

Gostaria de agradecer aos camaradas do meu curso por toda a ajuda que me deram, em especial ao Eurico Nogueira e ao Pedro Ferreira que me ajudaram espectacularmente.

Finalmente, com grande carinho agradeço à minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e à minha avó por todo o apoio que me deram.

A todos os que, de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho

MUITO OBRIGADO!

*O pessimista queixa-se do vento, o optimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas.*

(Willian George Ward)

# Índice Geral

Agradecimentos .....	1
Índice Geral .....	3
Índice de Quadros .....	5
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	6
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	6
Resumo .....	8
Abstract .....	9
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico .....	3
Capítulo 1 - Reorganização Territorial da GNR.....	3
1.1 Comparação das organizações territoriais .....	3
1.2 Estrutura da Investigação Criminal .....	4
1.3 Possível Futura Estrutura de Investigação Criminal .....	6
Capítulo 2 - A Informação.....	7
2.1 O que é a informação? .....	7
2.2 Principais segmentos de Informações .....	8
2.3 Informações estratégicas e informações operacionais.....	8
2.4 O que é <i>Intellegence</i> ? .....	9
2.5 Sistemas de Informação .....	9
Capítulo 3 - Informações na GNR .....	10
3.1 Fluxo de Informações policiais na GNR .....	10
3.2 Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP).....	11
3.3 Ciclo de Informação .....	12
3.4 Pesquisa de Notícias na Guarda .....	14
3.5 Processos de Recolha de Informações.....	14
3.6 Processos de Tratamento de Informações.....	14
Parte II – Trabalho de Campo .....	16
Capítulo 4 - Metodologia .....	16
Capítulo 5 - Resultados .....	18
5.1 Entrevistas com os Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	18
5.2 Entrevistas com os Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	24
5.3 Entrevista com Tenente-Coronel Albano Pereira Chefe da Chefia de Investigação Criminal.....	30
5.4 Entrevista com Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral.....	32
Capítulo 6 – Discussão de Resultados .....	36
Conclusões.....	41
Sugestões.....	43
Bibliografia.....	44
Anexos.....	46
Anexo A – Estrutura de Investigação Criminal .....	46
Anexo B – Fluxo de Informação.....	47
Anexo C – Ciclo de Informações.....	48
Anexo D – <i>Analyst's Notebook</i> .....	49
Anexo E – Extracto da NEP/GNR 2.06 .....	50
Apêndices .....	51
Apêndice A – Entrevista com Major Bolas, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 2, dia 7 de Julho de 2008, pelas 14H30.....	51

Apêndice B – Entrevista com Major Letras, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 3, dia 30 de Junho de 2008, pelas 16H00 .....	55
Apêndice C – Entrevista com TenCor Antunes, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 4, dia 27 de Junho de 2008, pelas 14H30 .....	61
Apêndice D – Entrevista com Major Rosa, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 5, dia 20 de Junho de 2008, pelas 10H00 .....	66
Apêndice E – Entrevista com TenCor Mesquita Fernandes, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 2, dia 4 de Julho de 2008, pelas 14H30 .....	74
Apêndice F – Entrevista com TenCor Miguéns, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 3, dia 30 de Junho de 2008, pelas 14H00 .....	79
Apêndice G – Entrevista com TenCor Seixas, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 4, dia 27 de Junho de 2008, pelas 16H00 .....	83
Apêndice H – Entrevista com TenCor Fernandes, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 5, dia 2 de Julho de 2008, pelas 11H30 .....	88
Apêndice I – Entrevista com TenCor Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal, dia 9 de Julho de 2008, pelas 15H30 .....	94
Apêndice J – Entrevista com Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral, dia 21 de Julho de 2008, pelas 16h00 .....	100
Apêndice K – Entrevista com Cabo Ferreira da Secção Central de Análise da Informação Criminal da Chefia de Investigação Criminal, dia 19 de Junho de 2008, pelas 16H00. ....	104
Apêndice L – Organização territorial actual.....	109
Apêndice M – Futura organização territorial .....	111
Apêndice N – Contra-Informação.....	112

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Primeira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	18
Quadro 2 – Segunda pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	19
Quadro 3 – Terceira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	19
Quadro 4 – Quarta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	20
Quadro 5 – Quinta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais .....	21
Quadro 6 – Sexta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais ..	22
Quadro 7 – Sétima pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais ..	22
Quadro 8 – Oitava pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais ..	23
Quadro 9 – Primeira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	24
Quadro 10 – Segunda pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	25
Quadro 11 – Terceira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	26
Quadro 12 – Quarta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	26
Quadro 13 – Quinta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	27
Quadro 14 – Sexta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais ..	28
Quadro 15 – Sétima pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais .....	29
Quadro 16 – Primeira pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal.....	30
Quadro 17 – Segunda pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal.....	31
Quadro 18 – Terceira pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal .....	31
Quadro 19 – Quarta pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal .....	31
Quadro 20 – Quinta pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal .....	32
Quadro 21 – Primeira pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	33
Quadro 22 – Segunda pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	33
Quadro 23 – Terceira pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	34
Quadro 24 – Quarta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	34
Quadro 25 – Quinta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	35
Quadro 26 – Sexta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição .....	35

## Lista de Siglas e Abreviaturas

AM – Academia Militar

BTer – Brigada Territorial

Cap. – Capitão

CG – Comando Geral

CMDT – Comandante

CO – Comando Operacional

etc. – entre outros

GNR – Guarda Nacional Republicana

GTer – Grupo Territorial

INTREP – Relatório de Informações

INTREQUEST – Ordem/Pedido de Pesquisa

LOIC – Lei da Organização da Investigação Criminal

MAI – Ministério da Administração Interna

NAIC – Núcleo de Análise da Informação Criminal

NEP/GNR – Normas de Execução Permanente/GNR

NTIC – Núcleo de Tratamento de Informação Criminal

PERINTREP – Relatório Periódico da Informação

PJ – Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

RELIM – Relatório Imediato

RELNOT/RELINF – Relatório de Notícia/Relatório de Informação

SCAIC – Secção Central de Análise de Informação Criminal

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SI – Sistemas de Informação

SIC – Secções de Investigação Criminal



SIIOP/GNR – Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia

SIS – Serviço de Informações e Segurança

SITREP – Relatório de Situação Diário

SOI – Secção de Operações e Informações

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TenCor – Tenente-Coronel

ZA – Zona de Acção

## Resumo

O presente trabalho encontra-se subordinado ao tema: “As implicações da reorganização territorial da Guarda Nacional Republicana no processo de recolha e tratamento de informações”.

As informações, actualmente, têm uma importância cada vez maior para o desempenho e desenvolvimento de qualquer instituição ou organização. As Forças e Serviços de Segurança não são excepção, pois necessitam de informações para planear e desenvolver as respectivas actividades e preparar melhor o futuro.

Tendo em conta o tema atribuído, pretendeu-se com a elaboração deste trabalho investigar e saber, face à reorganização territorial que a Guarda atravessa no presente, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de recolha e tratamento de informações policiais das Unidades Territoriais.

Para a concretização deste trabalho de investigação aplicada utilizou-se, como principais instrumentos ou técnicas de investigação, a pesquisa documental e a entrevista. Na pesquisa documental, procurou-se adquirir os conhecimentos principais relacionados com a reorganização territorial da GNR; vários conceitos das matérias de informações e outros relacionados com a Instituição objecto de estudo do trabalho.

Resultaram como principais conclusões: a reorganização territorial na Guarda não vai causar alterações nos processos de recolha de informação; a difusão de informação policial não ficará mais rápida; deixará de existir análise de informação criminal a um nível regional para apoiar os investigadores assim como para auxiliar no apoio à decisão; e não haverá coordenação do tratamento de informação ao nível regional.

No final do trabalho, puderam ser desenvolvidas as seguintes sugestões principais: criar Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores” com órgãos que assumam as responsabilidades e funções semelhantes às SOI e NAIC das Brigadas Territoriais; aumentar o empenhamento de esforços para acelerar a implementação do SIOP por todo o dispositivo; e unir as duas estruturas ou canais de informações criminais e policiais.

Palavras-chave: INFORMAÇÕES; PROCESSOS DE TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES; PROCESSOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÕES; REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

## Abstract

The present work is subordinated to the subject: "The implications of the territorial reorganization of the Guarda Nacional Republicana in the process of gathering and treatment of informations".

The informations, at present, are every time bigger for the performance and development of any institution or organization. The Forces and Services of Security are not an exception, since they need informations to plan and to develop the respective activities and to prepare better the future.

I take into account the attributed subject, one intended with the preparation of this work to investigate and knowledge, face to the territorial reorganization that the GNR crosses in the present, what the advantages / disadvantages will be for the processes of gathering and treatment of law-enforcement information of the Territorial Unities.

For the realization of this work of applied investigation it was used, like principal instruments or techniques of investigation, the documentary search and the interview. In the documentary search, there tried to acquire the principal knowledges connected with the territorial reorganization of the GNR; several concepts of the matters of informations and intelligence and others connected with the Institution object of study of the work.

They resulted these principal conclusions: the territorial reorganization in the GNR is not going to cause alterations in the processes of gathering of information; the diffusion of law-enforcement information will not be quicker; there will be no more analysis of information at a regional level to support the investigators as well as to help in the support to the decision; and there will not be co-ordination of the treatment of information at the regional level.

In the end of the work, the next principal suggestions could be developed: to create Territorial "Directing" or "Co-ordinating" Commands with organs that assume the responsibilities and similar functions to the SOI and NAIC of the Territorial Brigades; to increase the work to accelerate the implementation of the SIOP for the whole device; and to join two structures or channels of criminal and law-enforcement informations.

# Introdução

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do plano curricular de estudos para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade Guarda Nacional Republicana (GNR), Ramo – Infantaria. Constitui um elemento importante do Tirocínio para Oficiais (TPO), pois materializa uma prova final em que são utilizados os conhecimentos que foram adquiridos ao longo de cinco anos de formação na Academia Militar (AM) e desenvolve uma aproximação à instituição GNR através da investigação.

O presente trabalho tem como tema atribuído: “As implicações da reorganização territorial da Guarda Nacional Republicana no processo de recolha e tratamento de informações”.

As informações são vitais para manter a existência e possibilitar o desenvolvimento de uma instituição. Associado a esta premissa encontram-se os processos de recolha e tratamento de informação. Sendo uma reestruturação uma origem de consequências para qualquer organização, torna-se necessário estudar os possíveis impactos nos processos afectos a esta.

Este trabalho é muito importante e pertinente para a Guarda<sup>1</sup> porque se pretende saber quais são as consequências para os processos de recolha e tratamento de informação da organização em causa, fruto da reorganização territorial que está actualmente a decorrer.

Verificando o tema do trabalho, revela-se claramente a evidente abrangência do referido tema. Como tal, extraiu-se o seguinte problema que serviu de ponto partida: devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens nos processos de recolha e tratamento de informações policiais das Unidades Territoriais. Deste problema surgiram várias perguntas pertinentes:

- Com a eliminação do escalão Brigada, ficará a difusão de informação policial mais rápida?
- Qual será a solução para colmatar a extinção dos Núcleos de Análise de Informação Criminal e Secções de Operações e Informações das Brigadas Territoriais?
- Não será prejudicial para a futura Direcção de Informações do Comando-Geral receber a enorme quantidade de informações dos futuros Comandos Territoriais?

A resposta a cada uma delas corresponde a objectivos fundamentais neste trabalho.

A estrutura deste trabalho é constituída por duas partes principais. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico que é constituída por três capítulos cujos conteúdos são a reorganização territorial da GNR, alguns conhecimentos de informações e as

---

<sup>1</sup> Denominação vulgarmente utilizada para designar de forma mais sucinta a GNR – Guarda Nacional Republicana.

informações na GNR. A segunda parte corresponde ao trabalho de campo que também é constituída por três capítulos nos quais referem a metodologia utilizada, a apresentação de resultados e a discussão destes.

## Parte I – Enquadramento Teórico

### Capítulo 1 - Reorganização Territorial da GNR

Actualmente, a Guarda Nacional Republicana está a passar por um processo de reorganização.

O Decreto-Lei n.º 231/93 de 26 de Junho constituía a anterior Lei Orgânica da GNR. No entanto, a actual organização territorial permanece de acordo com a que está estabelecida neste Decreto-Lei.

A Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro constitui a actual Lei Orgânica da GNR, mas a organização territorial que está prevista nesta Lei corresponde à futura organização territorial que será implementada em breve.

Em suma, a actual organização territorial corresponde à anterior Lei Orgânica e a futura organização territorial corresponde à actual Lei Orgânica.

A actual e futura organizações territoriais estão descritas nos Apêndices L e M respectivamente.

#### 1.1 Comparação das organizações territoriais

Tendo em consideração as duas bases legais que sustentam a actual e futura organização territorial, tornam-se claramente referenciáveis as diferenças que originam a reestruturação da Organização da Guarda. Interessa referir e comparar apenas as diferenças ou alterações que são mais importantes relativamente ao tema do trabalho.

O Decreto-Lei nº 231/93 de 26 de Junho corresponde à anterior Lei Orgânica da Guarda na qual menciona que o Comando da Guarda compreende o Comando-Geral entre outras partes constituintes. O Estado-Maior Geral ou Coordenador, que é uma parte constituinte do Comando Geral, é composto por cinco repartições. A 2ª Repartição é o órgão que está no topo da hierarquia da cadeia ou estrutura de informações e tem a responsabilidade nas actividades de informação e contra-informação (ver Apêndice N) de interesse para o cumprimento da missão da Guarda.

A Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro diz respeito à nova Lei Orgânica da Guarda que tem implícita a existência de uma Estrutura de Comando que em conjunto com as unidades e o estabelecimento de ensino formam a Estrutura Geral da Guarda (Artigo 20.º). A Estrutura de Comando é composta pelo Comando da Guarda e pelos Órgãos Superiores de Comando e Direcção (Artigo 21.º). O Comando Operacional (CO) é um dos três Órgãos Superiores de Comando e Direcção que tem as funções equivalentes ao Estado-Maior Geral

ou Coordenador da anterior Lei Orgânica. O CO trabalhará em todas as áreas cuja responsabilidade, no presente, está atribuída às repartições e chefias da actual organização da Guarda, entre elas encontram-se as áreas das informações e investigação criminal.

As Unidades Territoriais estavam organizadas em quatro Brigadas Territoriais com as respectivas áreas de responsabilidade. As Brigadas dividem-se Grupos Territoriais que estão maioritariamente localizados nas capitais de Distrito. Os Grupos subdividem-se em Destacamentos Territoriais e estes são constituídos por Postos Territoriais.

A nova Lei Orgânica tem prevista a extinção das Brigadas Territoriais e a criação dos Comandos Territoriais. Estes Comandos Territoriais equivalem aos Grupos Territoriais. Também são divididos em Subunidades Operacionais que equivalem aos Destacamentos Territoriais e estes permanecem a ser constituídos por Postos Territoriais (e/ou Subdestacamentos Territoriais).

Analisando de uma forma evidente, destaca-se que a nova Lei Orgânica prevê a extinção do escalão Brigada nas Unidades Territoriais. Os futuros Comandos Territoriais (equivalentes aos actuais Grupos Territoriais) ficam todos subordinados ao Comando Operacional.

## **1.2 Estrutura da Investigação Criminal**

A Investigação Criminal é uma das responsabilidades da GNR prevista na missão geral da Guarda e na Lei nº 21/2000, de 10 de Agosto – Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC).

O Despacho nº 7/03 – OG define a estrutura de investigação criminal e respectivas competências. De acordo com o ponto dois do despacho em causa, a actividade de investigação criminal materializa-se nas três vertentes que constituem a função de polícia criminal: investigação criminal operativa, criminalística e informação criminal. Estas três vertentes estão perfeitamente definidas na estrutura de investigação criminal como verificaremos seguidamente, salientando principalmente os órgãos de investigação criminal que trabalham com informações (nomeadamente a informação criminal).

No Comando-Geral encontra-se a Chefia de Investigação Criminal que está sob dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Guarda. É o órgão técnico responsável por toda a actividade de investigação criminal da Guarda, nas suas três vertentes e nas três componentes do serviço: territorial, trânsito e fiscal (ponto 5 do Despacho nº 7/03 – OG). Entre as várias competências atribuídas à Chefia de Investigação Criminal, podemos destacar as seguintes: encaminhar para a 2ª Repartição as informações, resultantes da análise de informação criminal, que possam ser relevantes para a sua actividade de apoio à decisão; assegurar o funcionamento dos sistemas de informação policial táctica existentes

na Guarda e supervisionar a participação em idênticos sistemas em que a Guarda esteja representada (Apêndice 2 ao Anexo B do Despacho nº7/03 – OG). A Chefia de Investigação Criminal é constituída pela Secção Central de Investigação Criminal, Secção Central de Criminalística, Secção Central de Análise de Informação Criminal, Secretaria e Gabinete de Criminologia (Apêndice 2 ao Anexo B do Despacho nº7/03 – OG) (ver Anexo A). A Secção Central de Análise de Informação Criminal (SCAIC) tem a competência de efectuar a análise de informação criminal tática e apoiar, neste âmbito, os demais órgãos (Apêndice 2 ao Anexo B do Despacho nº7/03 – OG).

Nas Brigadas Territoriais existem Secções de Investigação Criminal que têm como principais competências levar a efeito as actividades de investigação criminal operativa, de criminalística e de análise de informação criminal, consoante os meios de que dispõe, competências e certificação, e satisfazer os pedidos das Subunidades no âmbito da investigação criminal (Apêndice 2 – Competências da Secção de Investigação Criminal da Bter – ao Anexo C do Despacho nº7/03 – OG). São constituídas por um Núcleo de Apoio Operativo, por um Núcleo de Criminalística e por um Núcleo de Análise de Informação Criminal. O Núcleo de Análise de Informação Criminal (NAIC) efectua a análise de informação criminal ao nível da BTer e apoia, neste âmbito, os demais órgãos (Apêndice 2 – Competências da Secção de Investigação Criminal da BTer – ao Anexo C do Despacho nº7/03 – OG).

Nos Grupos Territoriais, existem Secções de Investigação Criminal cujas competências são muito semelhantes em relação às competências das Secções de Investigação Criminal das Brigadas Territoriais (Apêndice 2 – Competências da Secção de Investigação Criminal do GTer – ao Anexo D do Despacho nº7/03 – OG). São constituídas por uma Subsecção de Investigação Criminal, por um Núcleo de Apoio Técnico e por um Núcleo de Tratamento de Informação Criminal. Os Núcleos de Tratamento de Informação Criminal (NTIC) têm a responsabilidade de efectuar o tratamento de informação, inserindo no sistema de dados com interesse para a investigação criminal operativa, e apoiar, neste âmbito, os demais órgãos (Apêndice 2 – Competências da Secção de Investigação Criminal do GTer – ao Anexo D do Despacho nº7/03 – OG).

De acordo com a estrutura acima descrita, poderemos constatar que o tratamento da informação criminal é efectuado desde a Chefia de Investigação Criminal até ao Grupo Territorial. O tratamento em causa deve subentender-se como avaliação, tratamento e análise de informação criminal. Apesar de parte de os militares relacionados com a actividade de investigação criminal ou com outras actividades operacionais também efectuarem o tratamento de informação, apenas os NTIC, os NAIC e a SCAIC têm competências e elementos com a formação adequada para efectuarem especificamente as tarefas de tratamento de informação criminal.



### **1.3 Possível Futura Estrutura de Investigação Criminal**

A proposta que foi realizada pela Chefia de Investigação Criminal é em muitos aspectos semelhante à actual estrutura de Investigação Criminal.

Salientando apenas os aspectos mais relevantes para o trabalho, começo por referir que o topo da hierarquia da estrutura de Investigação Criminal está previsto denominar-se por Direcção de Investigação Criminal e ficará dependente do futuro Comando Operacional.

Na Divisão de Investigação Criminal, foi proposto ser mantido um órgão cujas funções e competências são equivalentes à actual SCAIC que será a Divisão Central de Análise de Informação Criminal.

As Brigadas Territoriais serão extintas e como estas também serão extintas as respectivas Secções de Investigação Criminal (SIC). Como tal, também serão extintos os Núcleos de Análise de Informação Criminal.

Para além destas alterações, não estão previstas outras de grande relevância. Os restantes órgãos da estrutura serão mantidos e possivelmente haverá mais elementos distribuídos por toda a estrutura.

## Capítulo 2 - A Informação

### 2.1 O que é a informação?

Na vida quotidiana de qualquer pessoa, existe inúmeras aquisições de dados de natureza diversa (profissional, social, familiar...). Estes dados poderão ser notícias ou informações, que são dois conceitos muito diferentes embora aparentem significar o mesmo. Sendo assim, torna-se impreterível distinguir notícia de informação.

O conceito de notícia de acordo com o Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português é *todo o dado não processado de qualquer natureza (facto, documento ou material) que pode ser usado na produção de informações. É um comunicado sobre o estado da situação que existe, ou que existiu, num determinado momento ou espaço. É de natureza indiscutível e pode estar relacionada com acontecimentos do passado ou do presente, sendo histórico ou actual* (2006, p. I – 1 – 3). Segundo o Núcleo de Tática e Investigação Criminal, *notícia é qualquer facto, documento ou material cujo conhecimento se revele susceptível de interesse. Pode aumentar o conhecimento acerca do Adversário ou da sua área de acção* (2007, p. 5). Uma notícia pode ser *falsa ou verdadeira; precisa ou imprecisa; positiva ou negativa; e pertinente ou não pertinente* (2007, p. 5). Portanto, uma notícia constitui dados ou matéria de qualquer natureza ainda não processada e simultaneamente constitui a base de toda a informação como analisaremos seguidamente.

De acordo com o mesmo, a informação é *algo mais que notícia; é o resultado do conjunto de actividades de Pesquisa, Estudo e Interpretação de notícias, que tem por finalidade o conhecimento dos adversários e da sua zona geográfica de acção* (2007, p. 6). *A confrontação de mais de uma notícia entre si ou com uma base de dados e as conclusões obtidas por parte de analistas é o “processo” analítico, que está na base da produção de informações a partir da notícia* (Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português, 2006. p. I – 1 - 4).

Resumindo, a informação é *a matéria resultante do processamento de notícias, conjugada com a informação já existente* (apontamentos do Capitão Lobo de Carvalho). As informações são verdadeiras, precisas e pertinentes. Para melhor compreensão existe um bom exemplo no Manual de Informações da GNR: *se considerarmos a construção de um muro de pedra, podemos dizer que as diversas pedras correspondem às notícias e que depois de construído corresponderá à informação* (2007, p.7).

## 2.2 Principais segmentos de Informações

Dentro do mundo de informações existem quatro grandes segmentos: *militares e de segurança; políticas e sociais; económicas e empresariais; e científicas e tecnológicas* (Moreira et al., 2004 p. 223).

Destes segmentos, destaca-se um, que muito provavelmente é o mais importante e é sobre este com que o trabalho se relaciona: o segmento de informações militares e de segurança. Este segmento *é tido como o mais tradicional e o de explicitação teórica mais directa: está directamente ligado com as questões nucleares de soberania, segurança, defesa e afirmação dos Estados* (Moreira et al., 2004 p. 223).

As informações militares e de segurança incluem as informações policiais que são o principal objecto de estudo e de investigação deste trabalho. O conceito de informações policiais não é estanque, mas está necessariamente relacionado com segurança interna e com a actividade policial. Como tal, poderemos definir o conceito de informações policiais como *matéria resultante do processamento de notícias, conjugada com a informação já existente* (apontamentos do Cap Lobo de Carvalho) com vista a obter *um conhecimento intrínseco à prossecução dos fins inerentes à missão policial* (Medeiros, 2002 p.9).

As informações policiais traduzem-se *no conjunto de dados, notícias, indícios ou provas, necessárias por forma a garantir a ordem e a tranquilidade pública, para realizarem a prevenção e a actuação ao nível da criminalidade* (Martins, 2007 p.6). Uma grande parte das informações policiais é constituída por matéria ou conteúdo que origina investigações criminais. Desta forma, evidencia-se um grupo de informações de grande interesse dentro das informações policiais que são as informações de investigação criminal ou informações criminais que *pelas características próprias que possuem, poderão originar a adopção de determinadas acções, inseridas nas actividades próprias da investigação criminal* (apontamentos pessoais do Cap Lobo de Carvalho).

## 2.3 Informações estratégicas e informações operacionais

Dependendo do fim para que são utilizadas as informações, podemos classificar dois tipos de informações: estratégicas e operacionais.

As informações operacionais *dizem respeito ao conhecimento imediato de uma situação actual, portanto, são um instrumento de investigação, cujo limite temporal se circunscreve tendencialmente ao presente e em que a sua validade é de curta duração, destinando-se, portanto, a ser utilizada num prazo de tempo relativamente curto, sob pena de se ver esvaziada da sua utilidade* (Medeiros, 2002 p.9). Poderemos considerar como exemplo prático as informações sobre um furto de determinada viatura.

*As informações estratégicas constituem uma tentativa de fornecer uma perspectiva global do espectro e dimensão das actividades criminosas, no sentido de permitir às forças policiais a adopção de estratégias – medidas de longo prazo, portanto – com o intuito de fazer face aos custos e efeitos globais do comportamento criminoso na sociedade. Estas informações permitem orientar políticas criminais e, assim, a actividade policial, bem como através da análise estatística da criminalidade estabelecer informações prospectivas* (Medeiros, 2002 p.9).

## **2.4 O que é *Intelligence*?**

A tradução literal do conceito de *intelligence* seria inteligência, mas, no entanto significa algo mais complexo e diferente do que a simples palavra inteligência. Assim como a tradução de *information* não significa necessariamente informação, mas sim notícias ou dados. *Intelligence* é um conceito americano que está mais relacionado com os temas de segurança e defesa de um Estado. Existem vários conceitos de *intelligence* que impossibilitam a escolha ideal de uma definição absoluta. Considerando o conceito de informação ou de informações que foi anteriormente mencionado, o conceito de *intelligence* é equivalente. De uma forma simplificada e para melhor compreensão dos conceitos relacionados com o trabalho, *intelligence* significa dados ou notícias depois de terem sido analisados<sup>2</sup>. Portanto, quando se fizer referência a informações, a ideia relaciona-se obrigatoriamente com *intelligence* e vice-versa.

## **2.5 Sistemas de Informação**

*O aumento crescente do volume de dados e de informação é reflexo directo da cada vez maior complexidade das organizações e da sociedade em geral. Daqui radica a necessidade absoluta da existência de sistemas que assegurem a recolha, armazenamento, processamento, consulta e comunicação da informação necessária para o desenvolvimento desejado das suas actividades* (Varajão, 2005 p.56).

*O termo “sistemas de informação” – SI – significa que são um conjunto de aplicações que partilham dados entre si, podendo ser fornecidas como parte de um pacote de gestão integrado ou adquiridas separadamente e depois integradas umas com as outras.*

*Os sistemas de informação serão mais úteis para o utilizador de acordo com o número de integrações que tiverem com outras aplicações, ou seja, quantas mais integrações tiverem mais eficaz será* (Martins, 2007 p.4).

---

<sup>2</sup> como está definido, em traços sumários, pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América no site <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/210681.pdf>.

## Capítulo 3 - Informações na GNR

### 3.1 Fluxo de Informações policiais na GNR

Na GNR, como na maioria das organizações, existe um fluxo de informações. O fluxo da informação pode ser definido como um processo de transferência da informação de um emissor para um receptor.

Nesta parte do trabalho, encontra-se explanado de uma forma geral o funcionamento do fluxo de informações policiais.

Existem diversos documentos de difusão de notícias que fazem parte do fluxo de informações da GNR. Segundo o Manual de Informações da GNR, de alguns destes documentos poderemos destacar: o Relatório Imediato (RELIM), o Relatório de Notícias/Relatório de Informações (RELNOT/RELINF), o documento Ordem/Pedido de Pesquisa (INTREQUEST), o Relatório de Informações (INTREP), o Relatório Periódico de Informações (PERINTREP) e o Relatório de Situação Diária (SITREP) (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.17).

O RELIM é uma mensagem que contém notícias ou informações de valor tático imediato e é referente a apenas um só assunto (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.17).

O RELNOT/RELINF é elaborado por todos os escalões de comando a partir de Destacamento Territorial. Consiste num relato pormenorizado relativamente ao conhecimento de uma notícia recolhida (RELNOT) ou relativamente ao desenrolar de qualquer acontecimento (RELINF). Normalmente este tipo de relatórios é precedido pela elaboração do RELIM. A sua difusão não deve prejudicar o envio do RELIM para a 2ª Repartição (Repartição de Informações) (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.19)

O INTREQUEST é um documento a ser elaborado por qualquer escalão de comando, a partir de Destacamento Territorial. Pode ser designado por Ordem de Pesquisa se for destinado a um escalão subordinado em relação àquele que o envia. É designado por Pedido de Pesquisa se o destinatário se encontrar em escalão igual ou superior àquele que o envia (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.19).

O INTREP é elaborado pela 2ª Repartição e é difundido aos comandos até ao escalão de Destacamento Territorial e contém as notícias e informações mais importantes sobre todo o país (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.20).

O PERINTREP é elaborado mensalmente em todas as Unidades cujo conteúdo consiste em informações relativas à actividade relativa ao mês em causa. A 2ª Repartição também elabora um PERINTREP com base em todos os outros que são enviados pelas Unidades que depois é difundido para todas as Unidades e para algumas entidades

exteriores à Guarda (tais como PSP, MAI, PJ, SEF, SIS, etc) (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.20).

O SITREP é um relatório elaborado pelas Unidades/Subunidades operacionais, onde é dado conhecimento ao escalão imediatamente superior dos principais factos de interesse operacional nas 24 horas precedentes (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.20).

A difusão dos documentos acima descritos pode seguir dois canais dentro do fluxo de informações da Guarda: o canal hierárquico e o canal técnico (ver Anexo B). Os Postos Territoriais elaboram Autos (de Notícia/Denúncia/Ocorrências); SITREP; RELNOT/RELINF e Pedidos de Informação que enviam para o respectivo Destacamento Territorial através do canal hierárquico. O Destacamento Territorial recebe os documentos (anteriormente indicados) pelos Postos Territoriais e envia Autos, Processos Crime, SITREP, Pedidos de Informação, RELIM e RELNOT/RELINF para o Grupo Territorial através do Canal hierárquico. À semelhança dos Postos Territoriais, os Destacamentos também enviam RELIM e RELNOT/RELINF para a respectiva Brigada Territorial e para a 2ª Repartição através do canal técnico. Os Grupos Territoriais recebem os documentos anteriormente mencionados através do canal hierárquico e também os envia para a Brigada. Através do canal técnico pode requerer RELNOT/RELINF ou Ordens de Pesquisa aos Postos. A Brigada Territorial recebe documentos do Grupo e através do canal técnico pode requerer RELNOT/RELINF, Ordens de Informação e RELIM através do canal técnico. Envia para a 2ª Repartição todos os documentos anteriormente mencionados dos quais um se torna particular – o PERINTREP (apontamentos do Cap Lobo de Carvalho).

Para além do fluxo de informação acima descrito, também são utilizados outros meios de comunicação de informações policiais (que são o principal objecto de estudo do trabalho). Estas formas de comunicar ou de difundir informações ou notícias poderão ser efectuadas através da rede rádio ou de ligações telefónicas independentemente da hierarquia dos escalões que transmitem a mensagem e os que a recebem. Tudo isto é realizado em consideração da urgência e conteúdo da notícia ou informação em causa.

### **3.2 Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP)**

*A dispersão da informação relevante e proveniente da actividade operacional levou à criação de um sistema que centralizasse essa mesma informação, tornando-a aplicável e reutilizável. Surge assim o SIIOP/GNR, criado pelo Decreto Regulamentar 2/95, de 25 de Janeiro.*

*O SIIOP/GNR é um sistema integrado de informação de apoio à actividade operacional que tem dois grandes objectivos: registo de informação; divulgação e acesso à informação. Este sistema obedece aos seguintes princípios orientadores: garantir a*

*informação recolhida na sua origem (através da implementação do SIIOP/GNR irá haver uniformização da recolha de informação); preservar a necessidade de saber (só acede à informação quem dela necessita e quem a ela tem direito); permitir o cruzamento de informação; disponibilizar o Sistema a toda a hierarquia da GNR; garantir a interoperacionalidade entre sistemas de diferentes organismos, assegurada pela integração e exportação de dados (Pereira, 2007 p.19-20).*

A implementação deste sistema tem sido bastante problemática. O alargamento para todo o dispositivo da Guarda estava previsto para 2007. Contudo, constata-se que até à data de realização do presente trabalho o sistema apenas foi implementado nos Grupos Territoriais de Matosinhos e de Gaia.

### **3.3 Ciclo de Informação**

A existência de informação implica também a existência de um respectivo ciclo. Este denomina-se por ciclo de informação e é composto por cinco fases sequenciais que formam uma cadeia contínua: a recolha; a avaliação da informação; o tratamento de toda a informação recolhida e avaliada; a análise; e a difusão da informação (ver Anexo C).

Na primeira fase do ciclo de informações, a recolha, temos que ter em consideração os dados ou notícias (alvo da recolha), as respectivas fontes e o plano de recolha. Como verificámos anteriormente, dados ou notícias têm um significado diferente de informação porque podem ser factos, rumores, opiniões inferências, etc. Desta forma, quando falamos em recolha de informações, não estamos a falar (maioritariamente) de informação propriamente dita mas sim de dados ou notícias. As fontes de dados ou notícias poderão ser oficiais ou pessoais. As oficiais subdividem-se em públicas – locais ou entidades públicas, nomeadamente organismos do Estado – e privadas – locais ou entidades privadas que se encontram obrigadas por lei a registar determinados dados, notícias ou eventos. As fontes pessoais poderão ser de apoio – indivíduos cuja profissão permite o acesso a determinados dados, quer por os presenciarem, quer por estarem perto dos criminosos – ou de acção – indivíduos ligados directamente à actividade criminal e que colaboram de alguma forma com os suspeitos investigados. O Plano de recolha especifica os dados ou notícias que são essencial para a análise, centrando-se no que é verdadeiramente necessário. Não obstante tal, deve ser suficientemente flexível para se adaptar a outras necessidades. O plano de recolha de informação permitirá: determinar os dados específicos necessários à análise; evitar a perda de tempo que se verifica quando se recolhem dados desnecessários; aumentar a eficácia; e simplificar a coordenação.

A avaliação é a segunda fase do ciclo de informações deve ser objectiva e profissional, devendo distinguir dois aspectos: o conteúdo da informação e a fonte da

informação. O conteúdo da informação consiste basicamente na veracidade da informação, ou seja, a informação pode ser verdadeira sem quaisquer reservas, a fonte da informação pode ser conhecida mas não há confirmação ou o acontecimento contrário, ou a informação não é conhecida pela fonte e não pode ser corroborada de qualquer forma. A fonte de informação tem que ser sujeita a uma avaliação de confiança a fim de poderem ser classificadas de confiança absoluta; confiança relativa; sem confiança; ou de confiança impossível de avaliar.

O tratamento da informação constitui a terceira fase do ciclo de informações. Consiste na organização dos dados recolhidos numa forma estruturada, informatizada ou manual, permitindo que os mesmos sejam recuperados de uma forma rápida e eficaz. Nesta fase é fundamental a existência de ordenamento para possibilitar a obtenção útil de dados disponíveis. Igualmente importante é o cruzamento para confrontar os dados provenientes de várias fontes. Os dados devem ser registados de forma estruturada constituindo um arquivo o qual permite uma fácil recuperação (rentabilização de dados previamente registados).

A análise é a quarta fase do ciclo de informações e é uma das mais importantes fases do ciclo pois o entrosamento entre a análise e a investigação é essencial para concretizar um trabalho profícuo e a actuação desta deve verificar-se o mais cedo possível. A análise consiste na construção de um todo inteligível, visando dar coerência a um conjunto de notícias ou dados dispersos. É composta por duas fases: a integração – harmonização de todas as informações provenientes de múltiplas fontes; e pela interpretação – ir para além dos factos, especular com consistência e colocar questões. Na fase de análise também se verifica a necessidade ou não de adquirir mais dados, notícias ou informação. A maioria dos trabalhos de análise são suportados por meios informáticos, tais como o *analyst's notebook* (ver Anexo D). Portanto a análise pode remeter à fase inicial do ciclo de informações (a recolha).

A última fase do ciclo é a difusão de informações que se rege pelo princípio da necessidade, ou seja, a difusão do trabalho de análise é sempre efectuada em consideração às necessidades dos destinatários. Respeitando este princípio, os sistemas de informação devem classificar os níveis de acesso (livre, reservado, confidencial e secreto) à informação assim como o respectivo conteúdo. A difusão poderá ser efectuada de forma oral – apresentação oral estruturada com apoio de documentação, reuniões de trabalho entre equipas de análise e investigação – ou de forma escrita – relatórios formais estruturados, boletins semanais com informação resumida.

Tudo o que foi anteriormente mencionado acerca do ciclo de informações foi baseado nos apontamentos do Capitão de Infantaria Lobo de Carvalho da Secção de Investigação Criminal do Grupo Territorial de Matosinhos.



### **3.4 Pesquisa de Notícias na Guarda**

Todos os elementos das forças e serviços de segurança são potenciais órgãos de pesquisa de notícias assim como outros elementos, entidades ou organizações que obtêm e/ou processam notícias (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.9).

A pesquisa de notícias pode ser concretizada de inúmeras formas ou processos. Alguns dos processos que são efectuados na Guarda através de: interrogatório/ entrevista; exame de documentos/ material; postos de observação ou de escuta; vigilâncias; reconhecimentos; escutas telefónicas; etc...

O principal processo de pesquisa de notícias reside no militar da Guarda, pois considerado individualmente é um elemento base de informação (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.12). É o patrulheiro que no seu dia-a-dia deve pesquisar e recolher notícias e depois transmiti-las através da Guia de Patrulha (de acordo com a alínea c) n.º2 do Artigo 26.º da III Parte do Regulamento Geral do Serviço da GNR) ou oralmente ao seu comandante.

### **3.5 Processos de Recolha de Informações**

Tendo em conta o que foi referido anteriormente acerca da primeira fase do ciclo de informação, a recolha, e relacionando este conceito com a pesquisa de notícias poderemos concluir que esta está incluída na fase de recolha. Logo a pesquisa como parte integrante do plano de recolha, pertence ao ciclo de informações.

No entanto, frequentemente quando se fala de processos de recolha de informação, não se tem em consideração o plano de recolha direccionado para adquirir determinados dados ou notícias (como acontece numa investigação). Pode não existir um plano de recolha numa determinada acção e entretanto surgem notícias ou dados que são totalmente pertinentes e devem ser registados.

Neste trabalho, considerou-se mais flexível a definição do processo de recolha de informações não tomando como absoluto o entendimento da primeira fase do ciclo de informações (anteriormente explanado). Contudo importa salientar, mais uma vez, que a pesquisa de notícias faz parte do processo de recolha de informações.

### **3.6 Processos de Tratamento de Informações**

Quando o tema do trabalho foi atribuído, certamente, terá sido com determinadas intenções ou propósitos e tendo em consideração determinados conceitos e conhecimentos.

Na elaboração deste trabalho, considerou-se que o “tratamento de informação” seria algo mais complexo do que a organização dos dados recolhidos numa forma estruturada, informatizada ou manual (como foi mencionado no ciclo de informação). Entendeu-se que o processo de tratamento de informação seria algo mais complexo e elaborado do que o tratamento como terceira fase do ciclo de informação.

Para poder aprofundar mais o conteúdo do trabalho a fim de originar maior quantidade de reflexões finais, decidiu-se considerar o tratamento de informação explícito no tema com um entendimento mais abrangente. Portanto, quando são referidos os processos de tratamento de informação no trabalho, deverão ser entendidos como processos que envolvam as quatro fases subsequentes à recolha do ciclo de informação referenciado no trabalho (avaliação, tratamento, análise e difusão) ou que se relacionem como trabalhos específicos com as informações, em vez de serem resumidos ao simples conceito de tratamento de informação como sendo apenas uma fase do ciclo de informação.

## Parte II – Trabalho de Campo

### Capítulo 4 - Metodologia

Devido à complexidade do tema e ao consequente desconhecimento da maioria das pessoas que constituem a instituição GNR (que é alvo principal do tema deste trabalho), optou-se por abordar as “pessoas-chave” para lhes extrair as valiosas contribuições para a concretização deste trabalho.

Esta abordagem foi realizada através de inquéritos por entrevista. O facto de existirem hipóteses ou problemas relevantes cujas respostas não se encontram em documentação foi a principal razão que levou à realização deste tipo de inquéritos.

Quanto ao formato que as entrevistas teriam que revestir, decidiu-se elaborar entrevistas semi-directivas, ou seja, entrevistas que são conduzidas por um guião de perguntas que possibilitam aos entrevistados falar com maior liberdade sem estarem limitados a poucas hipóteses de resposta. Apesar da existência do guião, o entrevistador também poderia colocar outras questões que pudessem surgir consoante o conteúdo ou pertinência das respostas dos entrevistados.

As pessoas seleccionadas para serem alvos de entrevista foram todos os Chefes das SIC e todos os Chefes das SOI de todas as Brigadas Territoriais; o Chefe da Chefia de Investigação Criminal; e um oficial a desempenhar funções na 2ª Repartição do Comando-Geral.

Tendo em consideração o conteúdo do Capítulo 1, considerou-se necessário entrevistar os Chefes das SOI e das SIC das Brigadas Territoriais porque são pessoas com muitos conhecimentos e experiência e para além de possuírem uma visão pormenorizada sobre o tema do trabalho, desempenham funções que requerem bastante trabalho relacionado com informação. Para os Chefes das SIC foi elaborado um guião de entrevista diferente do guião de entrevista utilizado para os Chefes das SOI (embora contenham algumas perguntas semelhantes).

Entendeu-se fundamental entrevistar o Chefe da Secção de Investigação Criminal assim como um oficial da 2ª Repartição do Comando-Geral porque são duas pessoas que estão colocadas no topo da hierarquia das estruturas de informações da Guarda. Considerando estes factos, torna-se óbvio que a valorosa reflexão crítica destas pessoas é decisiva para a concretização do trabalho.

Antes de serem abordadas todas as entidades anteriores, decidiu-se proceder a uma entrevista de carácter exploratório a fim de aprofundar e consolidar alguns conceitos e conhecimentos e de familiarizar com algumas realidades desconhecidas na Guarda. A

#### Capítulo 4 – Metodologia

pessoa seleccionada foi o Cabo Ferreira da SCAIC da Chefia de Investigação Criminal e a entrevista efectuada encontra-se no Apêndice K.

## Capítulo 5 - Resultados

Neste capítulo estão apresentados os resultados provenientes de todas as entrevistas efectuadas com excepção da primeira entrevista de carácter exploratório. Procurou-se organizar a apresentação dos resultados em quadros cujos conteúdos são as respostas respectivas a uma pergunta de um guião. Estas foram sintetizadas para melhor compreensão do leitor. Todas as entrevistas foram transcritas e encontram-se nos Apêndices A a J.

### 5.1 Entrevistas com os Chefes das SIC das Brigadas Territoriais

Foi utilizado um guião com oito perguntas para inquirir os Chefes das SIC de todas as Brigadas Territoriais.

**Quadro 1 – Primeira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

Questão Entrevistado	1. Como caracteriza as informações na Guarda?
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	Não existe um fluxo constante de informações. Estas informações que circulam, são na sua maioria, informações criminais e não informações policiais na sua génese.
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	As informações na Guarda estão ainda muito aquém do desejável, estão ainda muito burocratizadas. Os militares não estão sensibilizados relativamente à importância de recolha e transmissão de informação. O manancial de informações é tão grande que tem que ser trabalhado através de sistemas informáticos.
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	As informações na GNR têm corrido bem e a difusão tem sido bem feita na generalidade por todo o dispositivo. No entanto, com a evolução da criminalidade, o papel das informações torna-se cada vez mais importante e tem que ser cruzada e/ou difundida o mais rapidamente possível. O SIIOP foi um grande investimento e será uma mais valia para o trabalho das informações e consequentemente para a actividade operacional.
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	A Guarda está espalhada por todo o território nacional de uma forma que poucas organizações ou instituições estão e como tal tem a possibilidade de ser a maior fonte de informação. No entanto não somos pois a recolha de informação não é efectuada como deveria ser.

**Quadro 2 – Segunda pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>2. Como diferencia as informações policiais das informações criminais?</b>
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	As informações criminais estão associadas a crimes ou a notícias de ocorrências ou infracções criminais. As informações policiais têm na sua génese as informações criminais mas tratam de outros assuntos, que não estando directamente relacionados com crimes, podem resultar em crime.
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	As informações policiais são mais estratégicas, mais preventivas e estão mais relacionadas com os programas especiais de policiamento. As informações criminais são algo mais concreto das quais existem dois tipos: estratégica e operacional.
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	As informações criminais são aquilo que estivemos a falar, ou seja, informações relacionadas com o combate ao crime, grupos criminosos organizados altamente preparados e treinados, locais nocturnos de crime (como as boites)... As informações policiais estão mais relacionadas com problemas de alteração de ordem pública, problemas de terrorismo, atentados, ligações com outras polícias, movimentos de indivíduos... E têm que ser preparadas e analisadas antes dos acontecimentos.
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	A grande diferença entre informação policial e a informação criminal é que a informação criminal é tudo o que diz respeito ao crime (relacionada com a Lei Penal) enquanto toda a restante informação será informação policial. Ambas devem ser passadas ou partilhadas a quem necessita.

**Quadro 3 – Terceira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>3. Como caracteriza os processos de recolha de informações na GNR?</b>
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	Existem duas estruturas que trabalham em paralelo: há e estrutura de informações (2ª Repartição até ao Posto) e há a estrutura de Investigação Criminal (desde a Chefia de Investigação Criminal até ao Posto).
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	Este assunto está dependente da cultura de informação e o patrulheiro, que é a base de informações na Guarda, é quem está menos sensibilizado para esta cultura de informação. A política de possuir a informação e mandá-la para cima é muito escassa, pois o órgão inferior devia sentir necessidade de enviar a informação para cima e muitas vezes, acontece o contrário; é o órgão superior que ordena a pesquisa de informação.

<p><b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b></p>	<p>A pesquisa de notícias não pode ser efectuada apenas pelos nossos militares. As pessoas que também têm que estar sensibilizada para recolher notícias e informar as Forças de Segurança, principalmente os proprietários de estabelecimentos cuja probabilidade de serem furtados ou assaltados é maior.</p> <p>Quanto à recolha de informação relacionada com a informação criminal, quando a estrutura de investigação criminal estiver completamente implementada e a funcionar a com os NTIC completos, poderemos fazer melhores trabalhos pois eles irão recolher informação ao Posto.</p>
<p><b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b></p>	<p>A recolha de informações é aquela que é feita todos os dias por cada um de nós e cada qual ao seu nível.</p> <p>Infelizmente não estamos despertos e conscientes para fazer a recolha desejada. Se fizéssemos mais recolha de informação, nós seríamos a força policial mais bem informada deste país e tínhamos a informação em tempo real sem problemas nenhuns.</p>

**Quadro 4 – Quarta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<p><b>Questão</b> <b>Entrevistado</b></p>	<p><b>4. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) de informações na GNR?</b></p>
<p><b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b></p>	<p>A difusão é tardia, pouco oportuna e a informação que é transmitida pela Chefia de Investigação Criminal não contém conteúdo que permita criar actividades preventivas (pois a informação já é conhecida).</p> <p>Os restantes processos são muito arcaicos. O tratamento e a análise elaborada pelos NTIC e pelos NAIC é muito pobre. Isto é, em parte, fruto da falta de formação e de habilitações académicas dos nossos militares.</p> <p>Com o tempo, o cenário ficará melhor.</p>
<p><b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b></p>	<p>A Guarda tem informação mas não consegue trabalhá-la e direccioná-la para casos concretos. Existe uma grande falta de efectivos nos NTIC pois a maioria destes têm apenas um militar. No entanto, os processos de tratamento têm vindo a melhorar.</p>
<p><b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b></p>	<p>O NAIC da BTer 4 está a funcionar de uma forma ainda muito aquém do desejado. Os NTIC não estão completos e por isso não estão cem por cento operacionais. Ainda não existe o número ideal de militares com formação adequada (por exemplo analistas de informações) apesar de esta ter sido feito.</p> <p>A aposta no SIIOP é fundamental para auxiliar nestes processos (principalmente na difusão de informação).</p>
	<p>O tratamento de informação é feito de uma forma muito</p>

<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	<p>displicente.</p> <p>A 2ª Repartição e a Chefia de Investigação Criminal já fazem algum tratamento, embora em pequena quantidade.</p> <p>As Brigadas Territoriais são meras “caixas de correio”; não há análise de informação. Na BTer 5 faz-se alguma análise talvez devido a motivos antecedentes que colocaram esta Brigada em melhor posição para efectuar este trabalho.</p> <p>A atenção e preocupação para este processo surgiu muito tarde, pois a LOIC é de 2000 e o primeiro curso de analistas de informação foi no ano passado (2007).</p>
--	--

**Quadro 5 – Quinta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>5. Como caracteriza o fluxo de informações na GNR?</b>
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	Nas actividades de informações das estruturas de Investigação Criminal e de operações e informações verificam-se trabalhos demasiado autónomos e isto não é futuro para o fluxo de informações. Deveria existir uma maior aproximação entre as duas estruturas.
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	O fluxo de informações tem lugar em dois níveis (vertical e horizontal) e funciona nos moldes que todos conhecemos. Permite uma difusão rápida através de telemóvel, mensagem, rádio ou outro tipo de comunicação.
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	Acredito que com a implementação do SIIOP originará passos qualitativos importantes e desta forma fará melhorar o fluxo de informações.
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	O fluxo deveria ser biunívoco, isto é, de baixo para cima e de cima para baixo, num movimento constante (...do patrulheiro até ao Comando-Geral e do Comando-Geral até aos patrulheiros...). Neste momento, como na nossa organização não está instituída uma cultura de informação, talvez porque nunca foi sentida essa necessidade, na Guarda existem alguns (poucos) dados que são transmitidos de baixo para cima, através dos documentos em vigor (RELIM, RELNOT/RELINF, etc.), e alguma informação (para ser informação é porque já foi tratada) também pouca, que vem de cima para conhecimento dos militares que têm funções operativas.



**Quadro 6 – Sexta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	<b>6. Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na respectiva BTer?</b>
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	<p>É excelente porque o oficial SIC é também oficial da SOI. No entanto, quando era apenas oficial de operações e não fazia parte da SIC, havia uma total ausência de interacção entre a Investigação Criminal e as Informações que não me parecia nada correcto e nem podia ser futuro.</p>
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	<p>É óptima. Existe sempre partilha de informações.</p>
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	<p>Fazemos reuniões, trocamos informação e estamos interligados pois a SIC é uma subsecção de Estado Maior da Brigada em que há briefings permanentes, há contactos permanentes e temos que diariamente nos corresponder e vice-versa com a SOI. Nós recolhemos, analisamos e transmitimos informação. Esta é sempre partilhada com a SOI.</p>
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	<p>Temos um bom relacionamento e ao longo destes anos nunca houve nenhum problema, é natural que tenha acontecido uma ou outra falha mas por norma, aquilo que eu entendo que interessa à SOI entrego e dou-lhes cópias e vice-versa.</p>

**Quadro 7 – Sétima pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	<b>7. Devido à reorganização territorial da GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação nas respectivas BTer?</b>
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	<p>Teoricamente, retirando um escalão à estrutura de informações, esta passará a fluir mais rápido. No entanto, não será tratada pelos escalões intermédios o que implica que as futuras Direcções terão uma maior quantidade de trabalho a lidar com a grande quantidade de inputs que serão enviados dos futuros Comandos Territoriais.</p> <p>O SIIOP não resolverá a maioria das dificuldades porque está ser demasiado demorado e problemático no processo de implementação. Deveria ser encontrada uma resposta intermédia.</p>
<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	<p>Uma das vantagens é o facto de o processo se tornar mais célere. Outra das vantagens é o preenchimento dos órgãos dos Comandos Territoriais (como os NTIC) e do Comando-Geral com militares com mais e melhores formações e habilitações. Esta realidade estará dependente da reorganização ser efectuada de forma a conseguir colocar todas as “pedras” nos respectivos lugares previstos.</p> <p>Se o SIIOP ficar operacional também será uma grande vantagem.</p>

	A grande desvantagem que surge é o facto de o Comando-Geral trabalhar com informações sem ter a proximidade e conhecimento da região que existe nas Brigadas Territoriais.
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	Se não existir um Grupo “Coordenador” que coordene a informação policial na região (semelhante a uma Brigada Territorial) será prejudicial para todos. Pois a informação não pode ficar só ao nível do distrito; tem que haver quem coordene, quem analise a informação a nível regional para depois chamar a atenção a possíveis incidentes e enviar ao dispositivo todo. O Grupo “Coordenador” tem que existir com um NTIC operacional com pessoal a trabalhar permanentemente 24 horas. O combate ao crime não pode parar, assim como o trabalho de informações. Temos que acompanhar e manter ao mesmo nível ou superior a criminalidade se não perdemos o controle.
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	Acabando a Brigada Territorial e consequentemente serão extintos os NAIC, os futuros Comandos Territoriais necessitarão de alguém que faça a análise de informação a nível regional. No entanto a transformação dos NTIC poderá ser uma mais valia para os futuros Comandos Territoriais. O grande problema é o facto de as pessoas não serem integradas na mudança nem serem ouvidas nem participam na mudança e isso é um erro terrível. A transformação dos Grupos em Comandos Territoriais obriga a que, mais do nunca, conversem entre si e partilhem a informação porque senão existir partilha de informação e não havendo uma órgão congregador de toda essa informação e um pólo dinamizador que partilhe a informação, esta em vez de ser partilhada passará a ser espartilhada. Se existir uma consciência de partilha, conseguiremos caminhar continuamente no bom sentido. Não havendo esta consciência continuamos a ter “quintas”; continuamos a ter a informação espartilhada; continuamos a ter subprocessos de processos...

**Quadro 8 – Oitava pergunta do guião dirigido aos Chefes das SIC das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b>	<b>8. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?</b>
<b>Entrevistado</b>	
<b>Major Bolas Chefe da SIC da BTer 2</b>	Sendo a informação criminal a grande base de informação para o nosso dispositivo, a estrutura de informações policiais poderá ficar “seca”. É muito importante unir os dois canais de informações.

<b>Major Letras Chefe da SIC da BTer 3</b>	De facto não há razão para existirem em paralelo dois sistemas de informação, essencialmente devido à sobreposição de gastos em meios humanos, materiais, perda de tempo em burocracias, duplicação de informação... A investigação criminal precisa sempre ter conhecimento dos dois campos da informação e por isso deve ser concentrada num único órgão toda a informação.
<b>Tenente-Coronel Antunes Chefe da SIC da BTer 4</b>	Não existe necessidade de estarem juntos, existe sim necessidade de troca informação. A SIC trata informação tática operacional, confidencial, que não é a informação estratégica do outro canal, essa sim pode ser e deve ser divulgada.
<b>Major Rosa Chefe da SIC da BTer 5</b>	Não vejo necessidade de se proceder à união dos órgãos. Uma das três vertentes em que assenta a investigação criminal na Guarda é a análise e tratamento de informação criminal, como tal, é necessário apoiar os órgãos operativos, através da análise e tratamento da informação. Temo que havendo a união como alguns defendem se descaracterize a Investigação, deixando-a amputada e claramente prejudicada.

## 5.2 Entrevistas com os Chefes das SOI das Brigadas Territoriais

Para inquirir os Chefes das SOI de todas as Brigadas Territoriais foi utilizado um guião composto por sete perguntas.

**Quadro 9 – Primeira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>1. Como caracteriza as informações na Guarda?</b>
<b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b>	Nos últimos dois anos passou a haver um maior cuidado tanto a nível da avaliação, do próprio tratamento, como da análise e com a difusão das informações. Na generalidade das Brigadas, a escolha para o cargo de oficial de informações passou a ser de uma forma mais cuidada tendo em consideração a escolha dos elementos ideais para trabalhar nesta área. No entanto, na generalidade do trabalho de informações, ainda não atingimos um patamar de excelência.
<b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b>	O sistema de informações da Guarda é arcaico e neste momento julgo que não funciona. Actualmente, as informações na Guarda estão a ser tratadas pelas SIC (detêm a maioria da informação) e esta situação deverá ser alterada.

<p><b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b></p>	<p>A informação é essencial para a actividade policial. Possibilita-nos saber com antecipação os acontecimentos (torna-nos mais proactivos e não reactivos).</p> <p>Actualmente a Guarda não adquire ou recolhe informação como antigamente devido a muitos motivos que são fruto dos tempos e das alterações na sociedade: diminuição do efectivo nos Postos, as inúmeras diligências que nos são pedidas, a utilização constante de patrulhamentos motorizados, novas especialidades ou atribuídas à Guarda...</p>
<p><b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b></p>	<p>O sistema de informações é imprescindível numa força de segurança para poder cumprir a sua missão mas é sempre condicionado pela recolha de informações.</p> <p>Na Guarda, a recolha de informações é muito reduzida porque não existe efectivo suficiente nos Postos para possibilitar mais patrulhas “policiais” para terem oportunidade de fazer colheitas de notícias.</p>

**Quadro 10 – Segunda pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<p><b>Questão</b> <b>Entrevistado</b></p>	<p><b>2. Como caracteriza os processos de recolha de informação na Guarda?</b></p>
<p><b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b></p>	<p>Eu acho que os processos na generalidade ainda continuam de alguma forma primários.</p> <p>Na BTer 2 os processos de recolha de informação funcionam porque a criminalidade existente nos obriga a que estes processos funcionem bem. Não tenho ausência de conhecimento acerca de fenómenos que se passam na ZA da Brigada.</p>
<p><b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b></p>	<p>O processo de recolha de informação na Guarda tem como base de pesquisa de notícias o patrulheiro que recolhe informações ou notícias na sua vida diária pelo contacto directo ou de proximidade com as populações e posteriormente deveria transmitir as notícias através da Guia de Patrulha ou através de comunicação verbal ao seu CMDT de Posto.</p> <p>Neste momento a informação que chega à SOI é nula, ou seja, não chega quase informação nenhuma. É a estrutura de Investigação Criminal que recolhe e possui mais informação através dos Autos de Notícia.</p>
<p><b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b></p>	<p>As “antenas” da informação que são os patrulheiros que andam no terreno deviam reportar mais aquilo que vêem e ouvem. Nós temos obrigatoriamente ter conhecimento de tudo.</p> <p>Todos nós, militares da Guarda, temos que estar constantemente despostos para a recolha de notícias ou informação durante todo o</p>

	tempo. É fundamental que os militares tenham consciência e predisposição para que contribuam como elementos da cadeia de informação.
<b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b>	Volto a repetir que não existem os requisitos ideais para fazer uma óptima recolha de informação no terreno, principalmente por existir uma enorme carência de efectivo na maioria dos Postos Territoriais.  O processo de recolha de informação que a Brigada e os escalões superiores têm uns com os outros não os acho lentos por serem algo burocráticos, até os considero céleres.

**Quadro 11 – Terceira pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<b>Questão Entrevistado</b>	<b>3. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) de informação na Guarda?</b>
<b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b>	Na BTer 2 existe uma particularidade relativa ao processo de tratamento de informação que é a criação de uma célula que acompanha determinados fenómenos e que tem funcionado muito bem.
<b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b>	A informação que nos chega é muito reduzida e por isso não temos matéria suficiente para fazer tratamento de informação. É principalmente a 2ª Repartição que nos envia documentos que são fruto do tratamento de informação. Já demos instruções para que haja recolha de notícias para chegar aqui informação suficiente para ser tratada.
<b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b>	Fomos perdendo um bocado essa qualidade. Há uns anos toda a gente fazia tratamento de informação ao seu nível. A informação era toda classificada e hoje em dia quase ninguém sabe classificar uma informação...
<b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b>	Na Brigada Territorial, o tratamento de informação não se processa nos moldes ideais.  Os futuros Comandos Territoriais estarão bem estruturados para efectuar este tratamento.  O tratamento por parte da SIC é razoável.  Deveria haver mais militares e com formação mais específica no âmbito de tratamento de informações.

**Quadro 12 – Quarta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<b>Questão Entrevistado</b>	<b>4. Como caracteriza o fluxo de informação na Guarda?</b>
<b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes</b>	O SIIOP será o que irá melhorar imenso o fluxo de informação na Guarda...

<b>Chefe da SOI da BTer 2</b>	
<b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b>	O fluxo de informação de maior urgência de transmissão funciona bem pois os contactos são rapidamente feitos através de via rádio ou de telefone (ou telemóvel) ou são transmitidos através de mensagem. No entanto, funciona bem porque os escalões inferiores necessitam do escalão superior por vários motivos...
<b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b>	O circuito de informação e a informação “lateral” funcionam razoavelmente. Existe um aspecto que está errado na transmissão de informações: a celeridade com que esta é efectuada parece principalmente para prevenir os escalões superiores para confrontar os órgãos de comunicação social acerca de determinado assunto... O SIOP poderá tornar o fluxo de informação mais rápido mas o facto é que ainda não está operacional e existem algumas dificuldades para o colocar a funcionar.
<b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b>	O fluxo de informações não sendo o excelente é bom face às limitações da recolha de informações porque não há meios para estabelecer contactos de proximidade e permite recolher tudo em termos de informações.

**Quadro 13 – Quinta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>5. Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na respectiva BTer?</b>
<b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b>	No nosso caso em particular a proximidade não pode ser maior porque o nosso oficial que faz no fundo o tratamento de informações é o oficial SIC. Portanto, neste momento a ligação da SOI à SIC é absoluta.
<b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b>	A partilha de informação está a ser feita e com alguma regularidade.
<b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b>	Não há dificuldade de relacionamento entre a SIC e a SOI, não existem impedimentos ou reservas na partilha de informação.
<b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b>	É excelente. Havendo relatórios de uma operação qualquer, estes serão submetidos a um parecer do Chefe da SIC e a um parecer do Chefe da SOI. Tanto a SIC como a SOI adquirem os mesmos dados ou informações.

**Quadro 14 – Sexta pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<div>Questão</div> <div>Entrevistado</div>	<b>6. Devido à reorganização territorial da GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação nas respectivas BTer?</b>
<p><b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b></p>	<p>Não é com facto de não existirem escalões que a difusão de informação se torna mais rápida. Mas se o SIIOP for completamente implementado e estiver a funcionar na plenitude, a difusão ficará muito mais rápida.</p> <p>Quanto ao tratamento de informação, não tenho dúvidas que terá que existir uma estrutura como a SOI mantendo os oficiais de informações e de operações.</p> <p>O Comando-Geral terá que ter uma estrutura bem montada e preparada para tratar toda a informação que receberá dos futuros Comandos Territoriais e para analisar fenómenos relacionados com determinadas situações que aconteçam em locais que trespassem a área de pelo menos um Grupo.</p> <p>Poderá haver um esbanjamento de informação. Com as Brigadas isso não acontecia porque a informação dos Grupos era tratada e analisada antes de ser enviada para o Comando-Geral.</p>
<p><b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b></p>	<p>O fluxo de informação será mais rápido com o desaparecimento do escalão Brigada. Pois a informação será directamente do Comando Territorial para o Comando-Geral.</p> <p>Acredito que o Comando-Geral terá a capacidade de receber e tratar toda a informação que os Comandos Territoriais enviarão.</p> <p>No futuro, poderão ser feitas alterações no sentido de adaptar o NTIC de forma a abranger as responsabilidades de tratar também a informação policial (fazer o papel que a SOI desempenha relativamente a matérias de informação).</p> <p>O SIIOP será uma mais valia para o sistema de informações se tiver sucesso na sua implementação e não originar problemas de comunicações.</p>
<p><b>Tenente-Coronel Seixas Chefe da SOI da BTer 4</b></p>	<p>Deveria continuar a existir uma estrutura regional pois a Brigada tem muitas vantagens: toda a informação transmitida pelos Grupos é transmitida para o Comando-Geral tratada a outro nível; é trabalhada a nível regional.</p> <p>A proximidade para lidar com os problemas também é muito importante e com o desaparecimento da Brigada, esta deixará de existir.</p> <p>No futuro poderá ser prejudicial chegar informação apenas dos respectivos Grupos ao Comando-Geral.</p> <p>Não creio que o fluxo de informação se tornará mais rápido porque a informação que o Destacamento envia para o Grupo é</p>

	também enviada directamente para o Comando-Geral.
<b>Tenente-Coronel Fernandes Chefe da SOI da BTer 5</b>	<p>Creio que a fluidez da informação não será melhorada, pois uma mensagem transmitida pelo Posto rapidamente chega ao Comando-Geral. O SIIOP também não irá tornar muito mais rápida a difusão de informação porque o RELIM é um documento que é imediato.</p> <p>O que inicialmente se julgava que com a eliminação do escalão Brigada iria resultar numa redistribuição de homens pelo terreno é um grande engano. Portanto, a falta de efectivo para recolher informação perdurará com a reorganização e este é, para mim, o principal problema.</p> <p>Penso que também não haverá militares suficientes para guarnecer os futuros cinco Comandos Territoriais (da BTer5) para tratar dos assuntos (tais como o tratamento de informação) com o nível que são tratados na Brigada actualmente.</p> <p>Também será prejudicial para a proximidade no tratamento das situações e para o conhecimento de causa o facto de não existir um escalão como a Brigada.</p> <p>Será exigido ao Comando-Geral um redimensionamento tão grande e complexo que o tornará incapaz de responder a em tempo oportuno a todas as solicitações.</p> <p>O redimensionamento dos Grupos também terá que ser muito bem realizado para que não se sintam consequências com a ausência do trabalho da SOI.</p>

**Quadro 15 – Sétima pergunta do guião dirigido aos Chefes das SOI das Brigadas Territoriais**

<b>Questão</b> <b>Entrevistado</b>	<b>7. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?</b>
<b>Tenente-Coronel Mesquita Fernandes Chefe da SOI da BTer 2</b>	<p>Esta união/fusão traria vantagens para a actividade operacional de uma Unidade e para apoiar o decisor (CMDT).</p> <p>No entanto, é importante diferenciar e/ou trabalhar as informações policiais ou criminais consoantes os objectivos a serem atingidos ou os trabalhos que estão a ser desenvolvidos.</p>
<b>Tenente-Coronel Miguéns Chefe da SOI da BTer 3</b>	Seguramente que sim.



<b>Tenente-Coronel Seixas</b> <b>Chefe da SOI da BTer 4</b>	Sim. Tem que haver uma entidade que faça a junção e depois reúna estas informações.
<b>Tenente-Coronel Fernandes</b> <b>Chefe da SOI da BTer 5</b>	Seria mais vantajoso. Só se tem a perder com esta realidade de duas estruturas de informações. Uma complementa a outra; os efectivos do dispositivo seriam melhor aproveitados e haveria melhor desempenho por parte desta única estrutura.

### 5.3 Entrevista com Tenente-Coronel Albano Pereira Chefe da Chefia de Investigação Criminal

Depois de entrevistados todos os Chefes das SIC e das SOI de todas as Brigadas Territoriais, foi elaborado um guião baseado numa reflexão superficial dos conteúdos de todas as entrevistas. Este guião contém cinco perguntas e foi dirigido ao Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal.

**Quadro 16 – Primeira pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal**

<b>Questão</b>  <b>Entrevistado</b>	<b>1. A estrutura de Investigação Criminal começou por ser implementada pela base dos escalões hierárquicos (começou pelo Posto Territorial até à Brigada). Portanto, demorou algum tempo e ainda permanecem lacunas na vertente de informação criminal. Quais foram as principais causas?</b>
<b>Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal</b>	<p>A estrutura que trabalha com a informação criminal tem vindo a ser implementada.</p> <p>Os investigadores operacionais necessitam do apoio da análise e tratamento de informação criminal que é um dos três pilares fundamentais em que assenta a Investigação Criminal.</p> <p>E este trabalho que os analistas (ou os responsáveis por trabalhar as informações criminais) fazem assenta essencialmente em duas coisas: assenta numa base de dados (que é ou será o SIIOP) e assenta em aplicações informáticas que permitem fazer a análise de informação criminal (tais como o <i>analyst notebook</i>).</p> <p>Ora, por se ver a Guarda atrasada no projecto SIIOP, não fazia sentido avançar com a implementação da vertente de análise de informação criminal se depois não seria possível operar de acordo com o conceito que estava estabelecido e esta é uma das principais razões pelo atraso da implementação da análise de informação criminal.</p> <p>Os meios informáticos também não podem ser implementados todos de uma vez, por exemplo, as licenças do programa</p>

	<p><i>analyst's notebook</i> são algo difíceis de obter.</p> <p>A terceira lacuna encontra-se com falta de formação dos militares para estas matérias específicas.</p>
--	--

**Quadro 17 – Segunda pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal**

<div> <div>Questão</div> <div>Entrevistado</div> </div>	<b>2. Como será a futura estrutura de Investigação Criminal na Guarda (nomeadamente a vertente de informações criminais)?</b>
<b>Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal</b>	<p>No que respeita ao tratamento de informação, nós propusemos manter a vertente de análise de informação criminal.</p> <p>Com a extinção das Brigadas Territoriais propusemos a manter existência de Núcleos de Tratamento e Análise de Informação Criminal que assumam as funções ou as obrigações que os NAIC tinham nas Brigadas em Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores” e assim será mantido o trabalho analítico regional.</p> <p>A nossa proposta consiste em colocar nos NTIC dos Comandos Territoriais o seguinte número mínimo de homens: oito nos Comandos “Directores”, seis nos Comandos Territoriais e os Comandos Territoriais com menos informação teriam quatro.</p> <p>Esta é a melhor solução para o futuro em vez de ser a Chefia com o dever de olhar por todas as regiões.</p>

**Quadro 18 – Terceira pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal**

<div> <div>Questão</div> <div>Entrevistado</div> </div>	<b>3. Qual será a solução para responder ao desaparecimento dos NAIC das Brigadas Territoriais?</b>
<b>Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal</b>	<p>A resposta já foi dada anteriormente. Hoje há dois a três militares nos NTIC e no futuro haverá de quatro a seis. Os Comandos “Directores” assumem a função que os NAIC estão a desempenhar actualmente.</p>

**Quadro 19 – Quarta pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal**

<div> <div>Questão</div> <div>Entrevistado</div> </div>	<b>4. Qual a razão de existirem dois canais paralelos que trabalham informação policial? Não seria mais vantajoso existir apenas um canal ou estrutura que trabalhasse as informações?</b>

<p><b>Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal</b></p>	<p>A informação para a estrutura de informações está mais relacionada com o apoio à decisão e nós vemos ou relacionamos a informação com o trabalho de um inquérito ou processo criminal. Funcionalmente, esse tipo de preocupação de qualificar um inquérito é alheio à estrutura de apoio à decisão (estrutura de informações).</p> <p>Pode ser vantajoso unir as duas estruturas mas alerto, que a coberto dessa necessidade, não podemos voltar a uma forma de trabalhar que será prejudicial para a actividade de apoio aos investigadores.</p> <p>Portanto, se juntarem as duas estruturas ou os dois canais tem que haver capacidade para resolver as duas coisas: fazer o tratamento direccionado para o apoio à decisão e facultar o apoio necessário aos investigadores operacionais num determinado inquérito ou processo.</p>
--	---

**Quadro 20 – Quinta pergunta do guião dirigido ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal**

<p><b>Questão</b></p> <p><b>Entrevistado</b></p>	<p><b>5. Com a reorganização territorial da Guarda, quais serão as principais consequências nos processos de tratamento de informação para as Unidades Territoriais?</b></p>
<p><b>Tenente-Coronel Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal</b></p>	<p>Tal como disse anteriormente, se não for atribuída responsabilidade a alguém que faça o trabalho regional (e que possua uma visão regional), os Comandos Territoriais tenderão a ter uma abordagem de informação criminal, em relação aos fenómenos, com uma dimensão muito pequena.</p> <p>A análise de informação criminal, numa lógica de apoio à decisão, tem como objectivo principal transmitir a visão, a antecipação e certas medidas preventivas para depois os meios serem direccionados... E este tipo de informação e fluxo de informação têm uma área de interesse muito além do espaço de um Comando Territorial. A proposta da Chefia está orientada para tentar atenuar ou resolver esta preocupação.</p>

#### 5.4 Entrevista com Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral

À semelhança da entrevista com o Tenente-Coronel Albano Pereira, foi elaborado um guião baseado numa reflexão superficial dos conteúdos de todas as entrevistas. Este

guião contém seis perguntas e foi dirigido ao Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral.

**Quadro 21 – Primeira pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<p><b>Questão</b></p> <p><b>Entrevistado</b></p>	<p><b>1. Depois de alguma investigação, concluiu-se que na generalidade do dispositivo territorial a recolha de informação é deficitária. Quais são as principais causas para este facto? A reorganização territorial da GNR irá melhorar em algum aspecto os processos de recolha de informação?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>Efectivamente a recolha de informação é algo deficitária. As grandes regiões prendem-se com o facto de não termos um sistema informático que permita que a recolha seja feita de forma mais rápida e efectiva. Também existe alguma falta de cultura e formação dos militares de base para que estejam sensibilizados para a recolha da informação e transmiti-la pelos canais que estão previstos.</p> <p>Julgo que a reorganização não vai melhorar nem piorar o processo de recolha de informação porque, como eu disse, as duas grandes causas são um sistema informático eficaz e uma aposta da formação das pessoas que estão no terreno no dia-a-dia.</p>

**Quadro 22 – Segunda pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<p><b>Questão</b></p> <p><b>Entrevistado</b></p>	<p><b>2. Com a eliminação do escalão Brigada, a futura Direcção de Serviço de Informações passará a receber maior quantidade de informações de todos os futuros Comandos Territoriais. Como estará organizada a Direcção de Serviço de informações para dar resposta eficaz a todas as ligações com os Comandos Territoriais? Não seria mais benéfico se existisse um Comando Coordenador ou Director que fizesse o tratamento de informação da região (à semelhança do trabalho das SOI das Brigadas Territoriais)?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>Neste momento nós temos a ligação com as quatro Brigadas e passaremos a ter ligação com vinte Comandos Territoriais que estão previstos. Futuramente seremos os responsáveis por todo o tratamento de informação que envolva mais de um Comando Territorial e estaremos organizados de forma a não ter dificuldades em fazer a recolha de todos os possíveis Comandos Territoriais e o tratamento de informação. É provável que com o pessoal que temos se consiga fazer este trabalho. Vamos verificar essa capacidade na prática, se o efectivo que temos é suficiente</p>

	<p>ou se precisaremos de mais.</p> <p>Quanto à segunda pergunta, julgo que não seria mais benéfico. Acho que quantos mais escalões de Comando existirem será pior para a informação, pois mais tempo demora a fluir. Esses comandos poderiam fazer sentido de algum aspecto de inspecção ou de eventual comando de alguma operação mas julgo que em termos de informações não faz muito sentido.</p>
--	--

**Quadro 23 – Terceira pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<div> <div>Entrevistado</div> <div>Questão</div> </div>	<p><b>3. Não será prejudicial para a actividade operacional da Guarda não existirem pessoas responsáveis pelo tratamento de informação com conhecimento e/ou aproximação do terreno (tais como os militares que trabalham nas SOI das Brigadas)?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>Quanto mais próximo estiver o tratamento de informação dos locais ou áreas onde as coisas acontecem, melhor. Por isso mesmo, se existir quem faça este trabalho no Comando Territorial, ainda melhor. É melhor do que se for a nível de Brigada porque as Brigadas têm áreas bastante extensas com realidades bastante diversas. Portanto deverão existir futuras SOI ou outros organismos que as venham a suceder nos futuros Comandos Territoriais.</p>

**Quadro 24 – Quarta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<div> <div>Entrevistado</div> <div>Questão</div> </div>	<p><b>4. Com a reorganização territorial (e a consequente extinção do escalão Brigada) ficará a difusão de informação mais rápida?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>Mais uma vez, julgo que o fundamental na difusão (seja ela em que sentido for) continua a ser os sistemas informáticos. Mas mesmo um sistema vigente actualmente não vai modificar nada (como já foi referido).</p> <p>Existem dois canais de difusão (por via hierárquica e por via técnica). No canal técnico, a informação é difundida directamente do escalão que envia a informação para o escalão que a recebe que é o interessado na informação. No canal hierárquico, a informação segue respeitando a hierarquia dos escalões. Portanto, a reorganização não irá modificar nada.</p>

**Quadro 25 – Quinta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<p>Questão</p> <p>Entrevistado</p>	<p><b>5. Na GNR existem duas estruturas principais que trabalham com informações – Estrutura de informações policiais e Estrutura de informações criminais. Não seria mais vantajoso unir estas duas estruturas numa só mas com todas as competências e funções bem definidas?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>Na minha opinião, sim. Já que se trata de informação, ela devia ser tratada por um organismo ou por um órgão único. Independentemente de onde estiver dependente que depois faria a difusão de informação conforme tivesse mais necessidade operacional ou de investigação criminal ou outro tipo de informação que fosse relevante para o resto do dispositivo. Existiriam vantagens enormes em existir apenas um órgão ou organismo a trabalhar de forma complementar.</p>

**Quadro 26 – Sexta pergunta do guião dirigido ao Adjunto da 2ª Repartição**

<p>Questão</p> <p>Entrevistado</p>	<p><b>6. O SIOP é um sistema que tem como principais capacidades servir de base de dados. Estando o processo de implementação demasiado demorado e problemático, não existe nenhum projecto ou alguma base de dados alternativa para possibilitar uma resposta mais imediata para o trabalho com informações?</b></p>
<p><b>Major Pousa</b> <b>Adjunto da 2ª</b> <b>Repartição do</b> <b>Comando-Geral</b></p>	<p>O SIOP é um sistema que já é real em dois Grupos Territoriais (Grupo de Matosinhos e Grupo de Penafiel). Está com alguns problemas... A implementação a nível do território (do continente) ainda não está definida o que constitui uma grande lacuna. Hoje não há nada previsto de alternativa para recolha de informação.</p> <p>Em termos de base dados que se possa implementar a nível nacional, não existe porque haveria grandes problemas a nível de implementação já que a nossa Intranet (onde é feita a difusão documental) só chega aos Grupos Territoriais, aos Destacamentos de fronteira terrestre e à totalidade dos Grupos onde já está implementado o SIOP. Não temos nenhuma alternativa para esta lacuna em termos informáticos. Nem seria fácil de implementar porque os Postos e os Destacamentos que não estão integrados no SIOP, ou não estão na sede do Grupo nem sequer Internet têm. Portanto não é fácil de fluir uma informação através de mensagem de correio electrónico (por exemplo).</p>

## Capítulo 6 – Discussão de Resultados

A primeira pergunta dos guiões das entrevistas aos Chefes das SIC e das SOI das Brigadas consistia em pedir ao entrevistado para caracterizar as informações na Guarda. Como questão inicial, é importante que esta *coloque o entrevistado no tema da conversa e que o ajude a aquecer o ambiente relacional* (Ferreira e Carmo 1998, p.135). Como tal, tinha como principais objectivos “quebrar o gelo” com o entrevistado e introduzi-lo ao assunto geral do trabalho (as informações na Guarda) e não propriamente tirar grandes resultados. A maioria dos entrevistados criticou diversos aspectos relacionados com as informações: a recolha de informações, o fluxo de informações, necessidade de um sistema informático para trabalhar com as informações... O trabalho de informações está muito aquém de atingir o desejável.

A reorganização territorial na GNR não terá implicações nos processos de recolha de informação. Esta reflexão teve origem depois da elaboração da parte teórica e foi consolidada com a resposta do Major Pousa à primeira pergunta. A reorganização vai eliminar o escalão Brigada e não irá causar grandes alterações nos escalões mais baixos. Se são os militares que estão nas patrulhas, os principais órgãos de pesquisa de notícias e sendo estes, na sua maioria, elementos de Postos Territoriais, será completamente indiferente se o escalão Brigada é eliminado. O Major Pousa referiu que a reorganização não iria afectar os processos de recolha de informação e que estes permaneceriam deficitários por faltar um sistema informático (que permita uma recolha rápida e eficaz) e também por não existir uma cultura e formação nos militares para estarem mais sensibilizados para a recolha de informação. A segunda pergunta dirigida aos Chefes das SOI e a terceira pergunta dirigida aos Chefes das SOI originou respostas em concordância com a opinião do Major Pousa. A maioria dos entrevistados referiu que para além dos militares não estarem sensibilizados ou despertados para a recolha de informação, houve referências de carências de efectivo considerável para possibilitar esta recolha.

A terceira pergunta dirigida aos Chefes das SIC das Brigadas foi criada no intuito de consolidar o que foi dito na I Parte do trabalho (relativamente aos conceitos de informação criminal e informação policial) e para registar eventuais particularidades pertinentes. Todos os entrevistados estiveram de acordo com a diferenciação dos conceitos: relacionaram as informações criminais com o crime (Lei Penal), ocorrências ou notícias de crimes (...); e as informações policiais eram as restantes informações e que estavam relacionadas com ordem pública, terrorismo, apoio ao comandante...

A quarta pergunta dirigida aos Chefes das SIC e a terceira pergunta dirigida aos Chefes das SOI tinha como principal objectivo descobrir como estavam os processos de tratamento de informação na Guarda com a actual organização. Todos os Chefes das SIC responderam que os processos de tratamento de informação são muito pobres. Dos vários

motivos registados, salientam-se os seguintes: falta de militares a trabalhar nesta área (principalmente nos NTIC e nos NAIC) e falta de formação dos militares para existirem homens com mais competência específica para este trabalho (o primeiro curso de analistas de informação na Guarda só surgiu em 2007...). Três Chefes das SOI também responderam que os processos de tratamento de informações na Guarda eram muito fracos. Os principais motivos que mencionaram foram: a falta de informação para ser trabalhada e a falta de formação dos militares. O Tenente-Coronel Mesquita Fernandes, Chefe da SOI da BTer 2 mencionou um aspecto importante que foi a criação de uma célula própria que acompanha determinado tipo de fenómenos trabalhando bem as informações.

O conteúdo das respostas anteriores e principalmente as afirmações dos Chefes das SIC foram a causa da primeira pergunta dirigida ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal, Tenente-Coronel Albano Pereira. Nomeou três motivos que foram os maiores entraves para a implementação e bom funcionamento da vertente de informação criminal: a falta de uma base de dados (nomeadamente o SIIOP) onde assenta o trabalho de análise e tratamento de informação; falta de meios informáticos tais como o *analyst's notebook*; e alguma falta de formação dos militares.

A quinta pergunta do guião utilizado com os Chefes das SIC que era comum à quarta pergunta dirigida aos Chefes das SOI pedia aos entrevistados para caracterizarem o fluxo de informação da Guarda. Como o fluxo de informação está intimamente relacionado com a difusão de informação, torna-se bastante relevantes as respostas dos entrevistados. A generalidade mencionou que o fluxo de informações funciona bem; a difusão da informação é rápida utilizando os documentos de difusão de informação ou via rádio ou meios telefónicos e houve várias referências acerca do SIIOP como um futuro sistema de melhoramento do fluxo de informação.

Outra questão comum nos guiões dirigidos aos Chefes das SIC e das SOI estava relacionada com a partilha de informações entre as SIC e as SOI nas Brigadas Territoriais. Pois existindo duas estruturas de informação (que estão referidas adiante), era fundamental conhecer o tipo de relacionamento e possíveis procedimentos respeitantes aos órgãos que trabalham as informações nas Brigadas Territoriais. Todos os entrevistados responderam que a partilha de informação era muito boa assim como o relacionamento entre as Secções. Os procedimentos ou formas como a partilhavam não é rígido e reveste-se de diversas formas muito simples.

A pergunta que requeria aos entrevistados que mencionassem possíveis vantagens/desvantagens ou consequências para os processos de tratamento de informação nas Unidades Territoriais face à reorganização territorial da Guarda era semelhante em todos os guiões de perguntas excepto para o que foi dirigido para o Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição. Esta questão possui uma importância mais elevada porque coincide com o problema do trabalho e as várias opiniões foram importantíssimas para a elaboração deste.



Como vantagens referidas pelos entrevistados evidenciaram-se as seguintes: o preenchimento dos órgãos dos futuros Comandos Territoriais (nomeadamente os NTIC) com militares mais preparados com formação adequada para a especificidade das tarefas atribuídas (tudo isto é baseado num pressuposto que os homens serão colocados conforme previsto ou estudado); e alguns entrevistados mencionaram que a difusão de informação será mais rápida e outros afirmaram que seria indiferente (o fluxo de informação não seria mais rápido com a eliminação de um escalão da estrutura de informações). As desvantagens indicadas pelos entrevistados foram variadas. De todas destacaram-se as seguintes: as futuras Direcções terão mais dificuldade em lidar com a grande quantidade de informações enviada pelos numerosos Comandos Territoriais e por isso deverão possuir uma estrutura bem montada e pensada a fim de conseguir dar resposta a todas as situações sob o risco de haver esbanjamento de informação; o CG não terá proximidade e conhecimento do terreno como existe nas Brigadas Territoriais para lidar com determinadas situações (se não forem criados Grupos “Coordenadores” ou “Directores”; deixará de haver um órgão coordenador de informação e de análise de informação a nível regional (visão regional para apoio à decisão); e se as pessoas envolvidas não participarem na mudança, ou seja, se não estiveram mentalizadas para uma maior importância de comunicação e partilha de informação, a situação ficará pior porque a informação correrá o risco de ser espartilhada entre os futuros Comandos Territoriais. O SIOP também foi frequentemente referenciado como um bom contributo para o futuro das informações na Guarda.

A segunda e a terceira pergunta dirigida ao Chefe da Chefia de Investigação Criminal foram respondidas e os resultados que se salientaram foram os seguintes: a Chefia de Investigação Criminal propôs manter a vertente de análise de informação criminal na qual Núcleos de Tratamento e Análise de Informação Criminal assumem as funções ou as obrigações que os NAIC tinham nas Brigadas, em Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores”, e assim será mantido o trabalho analítico regional. Todos os NTIC deveriam ter pelo menos quatro elementos nos Comandos Territoriais e nos Comandos “Directores” teriam pelo menos oito.

Como já foi mencionado anteriormente, as perguntas elaboradas para criar o guião dirigido ao Major Pousa tiveram origem numa reflexão superficial de todos os conteúdos das entrevistas e na segunda pergunta do guião em causa a reflexão é evidente. Face a esta questão, o Major Pousa respondeu que a futura Direcção de Informações estará preparada para dar resposta às futuras ligações com os vinte Comandos Territoriais embora também referisse uma incerteza acerca do efectivo actual ser o número suficiente. Respondeu que não seria mais benéfico a existência de um Comando “Coordenador” ou “Director” que fizesse o tratamento de informação da região (à semelhança do trabalho das SOI das Brigadas Territoriais) porque quantos mais escalões de Comando existissem, pior seria para a informação, pois mais tempo demora a fluir.

Das desvantagens para o processo de tratamento de informação, fruto da reorganização territorial, evidenciou-se uma que foi a base da terceira pergunta do guião dirigido ao Major Pousa. A pergunta consistia em saber se não seria prejudicial para a actividade operacional da Guarda não existirem pessoas responsáveis pelo tratamento de informação com conhecimento e/ou aproximação do terreno (tais como os militares que trabalham nas SOI das Brigadas). A resposta foi que era de facto importante a aproximação dos acontecimentos para o tratamento de informação e, como tal, as SOI (ou outro órgão semelhante) dos futuros Comandos Territoriais terão mais vantagens que as SOI das Brigadas Territoriais e assim será melhor para a actividade operacional.

A quarta pergunta do guião dirigido ao Major Pousa consistia em perguntar se com a reorganização territorial (e a consequente extinção do escalão Brigada) a difusão de informação policial ficaria mais rápida. A resposta foi que a reorganização não iria modificar nada pois existem dois canais de difusão (por via hierárquica e por via técnica) e no canal técnico, a informação é difundida directamente do escalão que envia a informação para o escalão que a recebe (que é o interessado).

Ao longo do trabalho, conseguem-se identificar duas estruturas ou canais de informações destacadas nas Unidades Territoriais. Uma é a estrutura ou canal de informações policiais cujos órgãos constituintes vão desde o patrulheiro (órgão de pesquisa de notícias) passando pela SOI das Brigadas até chegar à 2ª Repartição do CG. A outra estrutura ou canal é a que está relacionada com informações criminais e esta evidencia-se logo no Despacho nº7/03 que define a estrutura de investigação criminal; desde as Equipas de Investigação e Inquérito, passando pelos NTIC, pelos NAIC até chegar à SCAIC. Não se pretende demonstrar que existem dois canais que são totalmente independentes um do outro e que trabalham completamente isolados até porque o fluxo de informação (se estiver a funcionar correctamente) implica que toda a informação possa chegar a qualquer interessado. No entanto existem órgãos que trabalham as informações separadamente sem motivos suficientes tais como a SOI e a SIC de uma Brigada. Esta pertinência gerou uma questão semelhante em todas as entrevistas em que se pretendia saber a opinião de todos os entrevistados acerca da hipótese de ser mais vantajoso unir as duas estruturas de informações numa só. A maioria dos entrevistados respondeu que era vantajoso pois deixaria de haver sobreposição de gastos em meios humanos, materiais, perda de tempo em burocracias, duplicação de informação; traria mais vantagens para apoiar o decisor; e a estrutura ficaria com mais informações. No entanto, outros entrevistados defenderam que a união das estruturas não traria vantagens porque uma das três vertentes em que assenta a investigação criminal é a análise e tratamento de informação criminal que existem para apoiar os órgãos operativos e esta união poderia prejudicar as actividades de investigação criminal, além disso, a SIC trabalha na frequentemente com informação criminal operacional.

A última pergunta do guião da entrevista dirigida ao Major Pousa consistia em saber se existia algum projecto ou alguma base de dados para ser implementada num futuro próximo, visto que a implementação do SIIOP está bastante problemática. O Major Pousa respondeu que não havia nada previsto como alternativa até porque a Intranet da Guarda só chega aos Grupos Territoriais, aos Destacamentos de fronteira terrestre e à totalidade dos Grupos onde já está implementado o SIIOP; também os Postos e os Destacamentos que não têm o SIIOP implementado, ou não estão na sede do Grupo nem sequer Internet têm.

## Conclusões

Em primeiro lugar, começa-se por sublinhar mais uma vez o que foi referido na discussão de resultados acerca dos processos de recolha de informação. A reorganização territorial na Guarda não vai causar alterações nos processos de recolha de informação. Estes processos têm como génese principal a pesquisa de notícias efectuada pelos patrulheiros ou outros militares com outras missões que se encontram, maioritariamente, nos Postos ou Destacamentos Territoriais. A eliminação do escalão Brigada Territorial será indiferente para a recolha que estes efectuem. A reorganização territorial também não originará um grande aumento de efectivo no restante dispositivo territorial tal como o Tenente-Coronel Fernandes referiu em entrevista (ver Apêndice H) e sendo assim, não haverá mais militares para serem colocados no terreno e consequentemente não haverá mais recolha de informação. Aliado a estes factos, existe outro que não é simplesmente alterado de um momento para o outro; é a cultura ou a mentalidade que todos os militares deveriam ter para estarem mais sensibilizados para o contributo que poderiam dar através do registo ou da comunicação de dados ou notícias para os canais ou estruturas de informações.

Quanto às consequências que a reorganização territorial na GNR causará nos processos de tratamento de informação constituem mais desvantagens do que vantagens.

O fluxo de informação policial e a consequente difusão de informação policial não ficará mais rápida com a reorganização territorial. A NEP/GNR 2.06 (ver Anexo E) indica que o RELIM deve ser enviado não só para os escalões superiores mas também deve ser enviado directamente para a 2ª Repartição. É um exemplo de que a 2ª Repartição no Comando-Geral toma conhecimento rapidamente de determinada situação, ou seja, não é com a eliminação do escalão Brigada que a difusão de informação ficará mais rápida porque a informação policial percorre o canal hierárquico mas é canalizada também directamente para o Comando-Geral. O canal técnico do fluxo de informação também permite e existe para informar quem necessita da informação independentemente da hierarquia do interessado e do comunicador. Com tudo isto, encontrou-se a resposta à primeira pergunta do problema extraído do tema do trabalho.

O preenchimento dos NTIC nos futuros Comandos Territoriais será certamente uma mais-valia que a reorganização territorial trará para os processos de tratamento de informação criminal visto que a maioria dos Grupos Territoriais permanecem actualmente com os NTIC muito incompletos. Esta vantagem só será possível se os vários órgãos forem preenchidos conforme foi proposto e de acordo com o que está planeado ou previsto.

Com a extinção dos NAIC, deixará de existir análise de informação criminal a um nível regional para apoiar os investigadores assim como para auxiliar no apoio à decisão. A proposta da Chefia de Investigação Criminal assim como de outras entidades seria a manutenção de Núcleos de Tratamento de Informação Criminal que assumissem as funções e responsabilidades dos NAIC em futuros Comandos Territoriais “Directores”. Estes NTIC teriam

mais efectivo que os restantes e teriam o dever de serem os órgãos coordenadores regionais. Caso não seja aprovada a proposta, passará a existir uma grande lacuna de coordenação e tratamento de informação criminal a nível regional.

À semelhança dos NAIC, também as SOI serão extintas e surgirão desvantagens desta alteração. Deveria continuar a existir uma estrutura regional que tratasse da informação da respectiva região assim como manter uma coordenação do trabalho de informações a nível regional. As Brigadas têm uma aproximação e um conhecimento do terreno (correspondente à região) que o Comando-Geral não tem. Quanto mais próximo se estiver dos acontecimentos, melhor será para a acção de comando e para a actividade operacional. Também seria melhor manter Secções de Operações e Informações em Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores” que assumissem as responsabilidades das SOI das Brigadas Territoriais. Outro motivo para manter as SOI “Directoras” ou “Coordenadoras” é o facto de as SOI dos futuros Comandos Territoriais não possuírem uma visão regional. Com tudo isto, fica respondida a segunda pergunta oriunda do problema extraído do tema do trabalho: a extinção dos NAIC e das SOI das Brigadas Territoriais poderá ficar colmatada pela criação de órgãos que assumam essas funções (NTIC e SOI de um Grupo Territorial) em possíveis futuros Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores”.

Importa também referir que com o desaparecimento das Brigadas Territoriais, será mais difícil manter a coordenação e partilha de informação entre os Grupos Territoriais (futuros Comandos Territoriais). A informação policial terá que percorrer todos os futuros Comandos Territoriais o mais célere possível. Visto que deixará de existir um escalão hierárquico que comande uma região, torna-se ainda mais necessário apelar à mentalidade das pessoas para a importância de partilhar e fazer fluir a informação policial sob pena de causar uma substancial diminuição de eficácia operacional.

Quanto à terceira pergunta do problema que serviu de ponto de partida para este trabalho, é a única que fica sem uma resposta absoluta. A maioria dos entrevistados ficou reticente quanto à futura estrutura e capacidade do Comando-Geral (futura Direcção de Informações) para lidar com todas as informações enviadas pelos futuros Comandos Territoriais. O Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral, mencionou em entrevista que estariam preparados para receber e tratar a informação de todos os Comandos Territoriais, apesar de não ter a certeza se o efectivo que possuem para tratar as informações será suficiente. Afirmou que apenas com a prática no futuro se poderia verificar se necessitarão de mais homens na futura Direcção de Informações. De facto, não é possível questionar as capacidades da futura Direcção de Informações e como tal, não é possível responder se será prejudicial para a futura Direcção em causa receber um grande manancial de informações de todos os futuros Comandos Territoriais.

## Sugestões

Por várias razões que anteriormente foram indicadas, sugere-se para futura organização territorial da GNR que sejam criados os Comandos Territoriais “Directores” ou “Coordenadores” com órgãos que assumam as responsabilidades e funções semelhantes às SOI e NAIC das Brigadas Territoriais.

Uma das evidentes causas que afectam os processos de tratamento de informação é falta de formação e de sensibilização dos militares. Sugere-se que, antes da reorganização estar completamente estabelecida, sejam formados os militares pretendidos para assumir funções relacionadas com tratamento de informação. Aliado a esta, sugere-se que todas as futuras formações dos militares da Guarda (cursos de formação de Praças, Cabos, Sargentos e Oficiais) possuam uma disciplina de Informações mais actualizada e que lhe seja atribuída maior importância a fim de, pelo menos, incutir uma cultura de recolher e/ou tratar informações com o consequente objectivo de desenvolver a actividade operacional da Guarda. Se não forem tomadas estas iniciativas, receia-se que continue a existir uma certa despreocupação para esta matéria de informações.

Também se sugere um maior empenhamento de esforços para acelerar a implementação do SIIOP por todo o dispositivo. A falta deste sistema é uma das principais limitações nos processos de tratamento e análise de informação criminal. É absolutamente necessário que este sistema, que simultaneamente constitui a base de dados da Guarda, seja o mais depressa possível implementado por todo o dispositivo.

Por último sugere-se outra ideia, talvez mais “arriscada” que as outras: juntar as duas estruturas ou canais de informações criminais e policiais. Apesar de se ter verificado, através das entrevistas, que as SOI e as SIC partilhavam muito bem as informações, não existem razões suficientes para existirem duas estruturas ou órgãos que trabalhem as informações separadamente. Afinal, as informações criminais fazem parte das informações policiais. Só existem benefícios em unir estas duas estruturas. Pessoal mais rentabilizado, maior partilha de informações, maior proximidade às situações, recursos mais rentabilizados, maior entreaajuda e consequente melhoria da actividade operacional. Também é vital referir que seria absolutamente necessário distinguir as tarefas e funções de cada elemento, ou seja, o tratamento e análise de informação criminal não poderia faltar aos investigadores operacionais (da estrutura de investigação criminal) em detrimento de outras actividades.

Estas sugestões poderão ser objecto de reflexão para futuros trabalhos de investigação aplicada. De acordo com a referência inicial do trabalho: não podemos ser optimistas, nem podemos ser pessimistas, temos que “ajustar as velas...”

## Bibliografia

### **Livros:**

Núcleo de Tática e Investigação Criminal (2007), *Manual de Informações da Escola Prática da Guarda*.

Varajão, J. (2005). *Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação*. 3ª Edição, FCA. Lisboa.

Ferreira, M.M. e Carmo, H. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Universidade Aberta. Lisboa.

Moreira, A., et al. (2004). *Informações e Segurança – Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Prefácio. Lisboa.

### **Legislação:**

Decreto Regulamentar nº 2/95, de 25 de Janeiro – (SIIOP/GNR).

Decreto-Lei nº 231/93, de 26 de Junho, alterado pelos Decretos-Leis nº 298/94, de 24 de Novembro, e 15/02, de 29 de Janeiro – Lei Orgânica da GNR.

Despacho nº7/03 – OG – Criação da Chefia de Investigação Criminal e da Estrutura Orgânica da Investigação Criminal.

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR.

Lei nº21/2000, de 10 de Agosto – Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC).

Portaria 722/85 de 25 de Setembro – Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana

### **Teses:**

PEREIRA, Ana, (2007) *A Desburocratização de Procedimentos na GNR*, Lisboa, Trabalho Final de Curso – Academia Militar.

MARTINS, Mário, (2007) *A Centralização da Informação Policial em Portugal: Vantagens e Inconvenientes*, Lisboa, Trabalho Final de Curso – Academia Militar.

### **Sites consultados:**

[http://portugues.i2inc.com/Portugues/Products/Analysts\\_Notebook/default.asp](http://portugues.i2inc.com/Portugues/Products/Analysts_Notebook/default.asp)

Site relacionado com Programas de Análise Investigativa, acedido dia 8 de Maio de 2008.

<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/210681.pdf>

Site relacionado com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, acedido dia 4 de Maio de 2008.

### **Outros documentos:**

Apontamentos do Capitão de Infantaria Lobo de Carvalho, Chefe da Secção de Investigação Criminal do Grupo Territorial de Matosinhos.

Ministério da Defesa Nacional (2006). *Regulamento de Campanha de Informações do Exército Português*.

Medeiros, R., (2002). *Estudo Exploratório das Informações na PSP*. Separata da Revista Polícia Portuguesa, Nº 134.

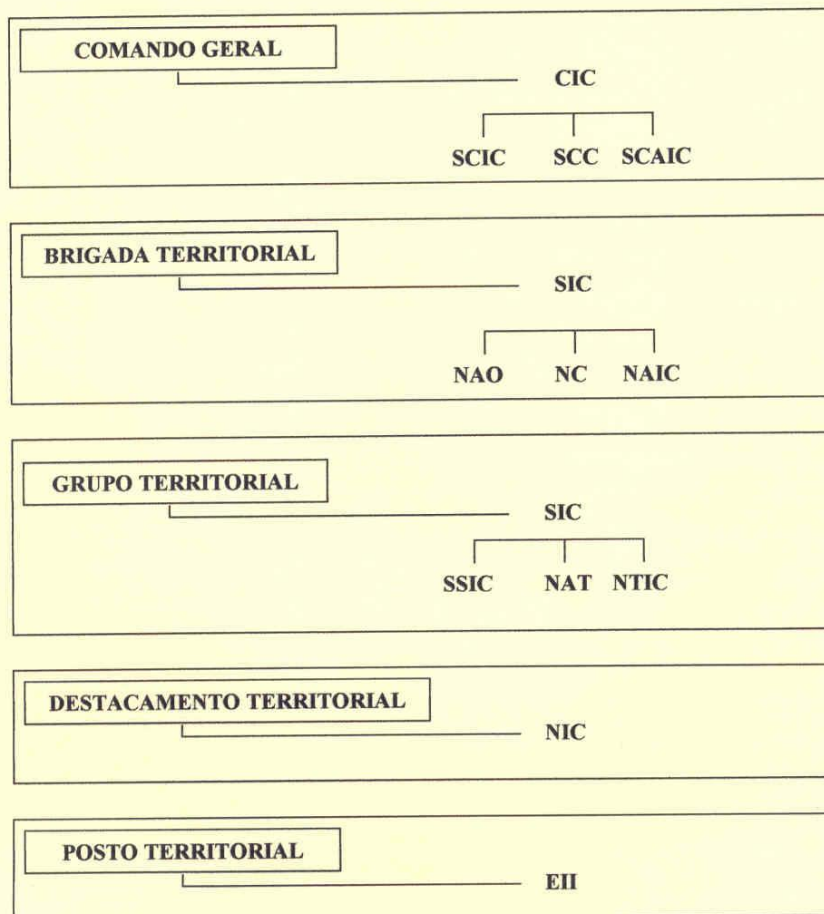
NEP/GNR 2.06 – Relatório Imediato (RELIM).



## Anexos

### Anexo A – Estrutura de Investigação Criminal

#### Apêndice 1 (ORGÂNICA DA COMPONENTE TERRITORIAL) ao Anexo A



#### Legenda:

CIC - Chefia de Investigação Criminal  
SCIC - Secção Central de Investigação Criminal  
SCC - Secção Central de Criminalística  
SCAIC - Secção Central de Análise de Informação Criminal  
SIC - Secção de Investigação Criminal  
NAO - Núcleo de Apoio Operativo  
NC - Núcleo de Criminalística  
NAIC - Núcleo de Análise de Informação Criminal

SSIC - Subsecção de Investigação Criminal  
NAT - Núcleo de Apoio Técnico  
NTIC - Núcleo de Tratamento de Informação Criminal  
NIC - Núcleo de Investigação Criminal  
EII - Equipa de Investigação e Inquérito

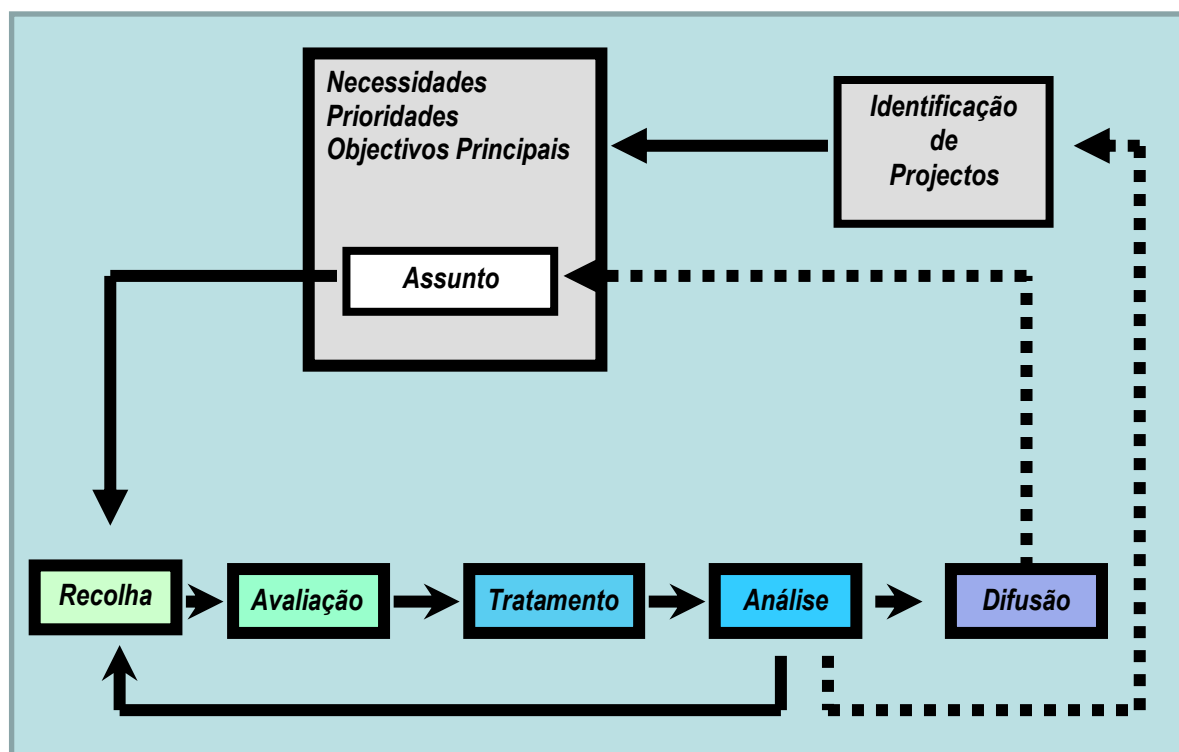
Adaptado do Despacho nº7/03 – OG – Criação da Chefia de Investigação Criminal e da Estrutura Orgânica da Investigação Criminal

## Anexo B – Fluxo de Informação



Adaptado dos apontamentos pessoais do Capitão António Carvalho

## Anexo C – Ciclo de Informações



Adaptado dos apontamentos pessoais do Capitão António Carvalho









## Anexo D – *Analyst's Notebook*

### Seu link para a solução

É muito comum existirem grandes quantidades de dados, de múltiplos formatos, recolhidos de uma grande variedade de fontes, em um processo investigativo. Em algum lugar nestes dados, encontra-se a chave para sua investigação, que permanece oculta pelo volume e pela aparente mistura de fatos individuais. O *Analyst's Notebook* é um software de análise visual - comprovadamente o mais poderoso do mundo - que traz claridade às complexas investigações de análise de inteligência.

É o único que permite aos investigadores e analistas gerar grandes volumes de dados de informações úteis para a inteligência investigativa.

#### Usando *Analyst's Notebook* você pode:

			
 <a href="#">Zoom Diagrama</a>	 <a href="#">Zoom Diagrama</a>	 <a href="#">Zoom Diagrama</a>	 <a href="#">Zoom Diagrama</a>
Analisar rapidamente grandes volumes de complexos dados investigativos.	Revelar imediatamente repetições & ligações escondidas que ajudem a focar sua investigação.	Criar automaticamente diagramas de ligação & linhas do tempo dos dados estruturados.	Visualizar casos complexos com diagramas intuitivos descritivos que expõem, capturam e organizam os dados.

Com o *Analyst's Notebook* você vai comprovar que é possível aumentar significativamente a produtividade de equipes de investigação, poupando tempo e recursos. Além disso, os diagramas do *Analyst's Notebook* comprovaram ser a melhor solução, ao fornecer diagramas simples e eficazes sobre investigações complexas à todos os dirigentes dentro de uma organização, a juízes e a júris. Este é mais um motivo pelo qual mais de 3.000 organizações em torno do mundo confiam no *Analyst's Notebook* para suas investigações e análise de inteligência

Adaptado do site [http://portugues.i2inc.com/Portugues/Products/Analysts\\_Notebook/default.asp](http://portugues.i2inc.com/Portugues/Products/Analysts_Notebook/default.asp)

relacionado com Programas de Análise Investigativa, acedido dia 8 de Maio de 2008

## Anexo E – Extracto da NEP/GNR 2.06

### **Assunto: RELATÓRIO IMEDIATO (RELIM)**

#### 1. GENERALIDADES

- a. O Relatório Imediato (RELIM) é um documento que deve ser elaborado por todos os escalões de comando a partir de Destacamento Territorial/Destacamento de Trânsito/Destacamento Fiscal.
- b. É utilizado para transmitir de imediato - daí o seu nome - o relato sucinto de uma ocorrência que, pela sua importância, deva ser rápida e oportunamente comunicada e para a qual a velocidade de transmissão é fundamental. A razão da urgência é determinada pela necessidade de exploração da "notícia" ou "informação".
- c. Diz respeito a um só assunto e deverá ser transmitido **directamente** à 2ªRep/CG, **com conhecimento** às entidades da cadeia de comando e aos órgãos do Comando-Geral directamente interessados.
- d. Pressupõe seguidamente a elaboração do INTREP respectivo que relatará circunstancialmente o que foi transmitido na mensagem, com os comentários que o órgão de pesquisa julgar pertinentes.
- e. A comunicação de "notícias" ou "informações" por RELIM deverá respeitar, para cada caso, as normas de segurança em vigor.

## Apêndices

Apêndice A – Entrevista com Major Bolas, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 2, dia 7 de Julho de 2008, pelas 14H30

### **1. Como caracteriza as informações na Guarda?**

O processo de informação está pouco sistematizado, ou seja, não existe um fluxo constante de informações mas existe (por interesse de alguns é que o sistema vai funcionando) um fluxo em que as informações do terreno vão chegando ao Comando.

Estas informações que circulam, diria que são criminais e não informação policial na sua génese. Normalmente, o que é relatado para o comando são questões que estão relacionadas com processos de investigação ou notícias ou rumores de que se tomam conhecimento quase sempre associadas à Investigação Criminal.

### **2. Como diferencia as informações policiais das informações criminais?**

As informações criminais estão associadas a crimes ou a notícias de ocorrências ou infracções criminais.

As informações policiais têm na sua génese as informações criminais mas tratam de outros assuntos, que não estando directamente relacionados com crimes, podem resultar em crime. Por exemplo: notícias de alterações à ordem – ter conhecimento de uma manifestação de camionistas que se preparavam para cortar uma estrada. Apenas o acto de preparar não era crime por si só, tem que existir a intenção de... Agora, era importante para nós em termos de manobra saber as pretensões do nosso adversário para podermos articular os esforços do nosso dispositivo.

### **3. Como caracteriza os processos de recolha de informações na Guarda?**

Existem dois processos distintos. Se estivermos a falar de informações criminais, estamos a falar dentro da estrutura de Investigação Criminal. Dentro desta, a informação circula desde a Chefia de Investigação Criminal até ao Posto Territorial (Equipas de Investigação e Inquérito).

Temos em paralelo outro tipo de informações que são as informações policiais na sua génese, então aqui estamos a falar de Secções de Operações e Informações. São assuntos distintos. Para as informações policiais, falamos em Ordens de Pesquisa (da 2ª Repartição para um Destacamento ou Posto – por exemplo) e Pedidos de Pesquisa (de baixo para cima).

Dentro da estrutura de Investigação Criminal há também canais de informação, nomeadamente os NAIC que têm como principal função tratar notícias, informações ou conjuntos de informações que chegam através dos grupos de Investigação Criminal. Portanto, diria que existem duas estruturas que trabalham em paralelo: há a estrutura de informações (2ª Repartição até ao Posto) e há a estrutura de Investigação Criminal (desde a Chefia de Investigação Criminal até ao Posto).

#### **4. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) da informação na GNR?**

Começarei pelo fim; pela difusão. No âmbito da difusão, a informação vai chegando tarde e pouco oportuna. Normalmente quando a informação chega, segundo a Chefia, vem tarde e vem nos dizer o que nós já sabíamos; vem nos informar o que tinha acontecido em vez de vir informação que é importante saber para podermos actuar preventivamente ou proactivamente.

Os restantes processos são muito arcaicos. Apesar de já existirem NAIC, as suas competências (ainda técnica) pode ser o tratamento mas em termos de experiência de ensinamentos intelectuais, de escrita e do próprio tratamento e análise dos próprios dados, eu diria que ainda são muito coxos; muito pobres e ficam muito aquém. Mas, naturalmente, estamos a nascer em termos de análise; é preciso dar tempo ao tempo e seguramente no futuro faremos melhor.

Para já, diria que o processo ainda é muito incipiente e quase nulo e quando chega, chega tarde e pouco pertinente. Os NTIC estão como os NAIC das Brigadas; têm pouca gente, têm pouca formação e naturalmente não podemos estar expectantes de grandes resultados.

É importante referir que os nossos militares têm um curriculum ou formação académica muito baixa e por isso não poderemos esperar resultados extraordinários. Não nos podemos comparar com outras estruturas policiais como a PJ ou do SIS onde têm a trabalhar nas funções de análise licenciados e mestrados... Naturalmente que o produto final é muito superior. Esta carência que temos sobre o produto final de análise é uma resultante da falta de formação das qualidades intelectuais dos nossos militares. Isto é uma “bola de neve” e naturalmente o NAIC e os NTIC são uma resultante do Guarda que seleccionamos. No entanto, tem vindo a melhorar pois temos cada vez mais homens licenciados ou com habilitações académicas mais elevadas e por isso, com o tempo, o cenário ficará melhor.

#### **5. Como caracteriza o fluxo de informações da GNR?**

Eu diria que existe uma certa confusão entre o que é a actividade de informações e aquilo que é a actividade de Investigação Criminal. Acho que as estruturas não estão de

costas voltadas mas trabalham quase autonomamente porque um oficial de informações na Brigada não recebe rigorosamente informação nenhuma do oficial de informação criminal e não me parece propriamente um bom futuro.

Uma SOI, que é o órgão de apoio ao comandante na área de operações e informações não pode estar completamente alheada do conhecimento da informação criminal. No futuro, não sei qual será a estrutura mas seria bom que houvesse uma aproximação entre a estrutura de operações e informações de apoio ao comandante territorial e a estrutura de Investigação Criminal. Portanto deverá haver uma aproximação entre as duas porque uma sem a outra não funciona.

## **6. Como é a partilha de informações entre a SIC e a SOI na BTer2?**

Neste momento é perfeito porque o oficial SIC é também oficial da SOI. No entanto, quando era apenas oficial de operações e não fazia parte da SIC, havia uma total ausência de interacção entre a Investigação Criminal e as Informações que não me parece nada correcto e nem podia ser futuro. Espero que no futuro consigam uma aproximação (na reestruturação) entre aquilo que é informação táctica criminal e aquilo que é informação operacional. Tem que haver uma aproximação sob pena de não haver resultados.

## **7. Devido à reorganização territorial da GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação na BTer2?**

Não sei. Acho que é muito cedo para falar sobre este assunto.

Os processos de mudança são processos de rotura. E nos processos de rotura, regra geral, as pessoas são adversas à mudança. Não sei se vai ser prejudicial ou não.

Teoricamente, retirando uma estrutura a informação flui mais depressa. Mas no futuro, a informação vai chegar muito mais em bruto do que chegava porque era triada pelos escalões intermédios. Com o desaparecimento dos escalões, os processos serão mais rápidos, mais ágeis mas a quantidade de *inputs* que chegam e a forma como a informação chega é muito menos tratada. Portanto vai dar mais trabalho às direcções.

No entanto, também não existe muita informação. A maior parte de informações que flui dentro do canal são informações esporádicas ou informações de Pedidos ou Ordens de Pesquisa. Pois o dispositivo está tão absorvido com a actividade do dia-a-dia que toda a gente está convencida que alguém está a tratar das informações. E no fundo não há ninguém a tratar.

O facto de continuar a haver duas estruturas, uma Direcção de Informações e uma Direcção de Informação Criminal, terão que ser muito bem definidas as competências de cada uma. Se a Direcção de Informação Criminal é um órgão especificamente técnico e não é um órgão de coordenação, então o problema fica resolvido à nascença. Se a Direcção de Informação Criminal não for exclusivamente um órgão técnico, ou seja, manda as directivas;



trata da formação; dá pareceres (etc) mas também centraliza a análise, o tratamento e a difusão de informação criminal então continuamos a ter duas estruturas.

Se a estrutura de informação criminal é na sua génese a grande base de informação ao nosso dispositivo, então a Direcção de Informações irá ficar “seca”. Porque grande génese de informações que temos é informação criminal, se esta flui dentro do canal de Investigação Criminal vamos “secar” por completo a Direcção de Informações. Era fundamental unir os dois canais de informação.

Quanto ao SIIOP, desconheço as suas potencialidades... O SIIOP será um repositório de informação e isso é importante. Agora, vamos ver quando é que ficará pronto. Podemos estar a criar um sistema que seja muito bom mas não nos será vantajoso se apenas estiver criado daqui a 10 anos. Temos que arranjar, entretanto, uma resposta intermédia. O SIIOP já devia estar a funcionar e a verdade é que está muito atrasado. Fala-se muito bem do sistema no aspecto de potencialidades mas também se fala muito mal do sistema porque está a dar muitos problemas... Não sei, desconheço. O SIIOP não nos vai salvar. Vai ser apenas o repositório das nossas informações.

**8. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Sim. Já tinha dado a resposta e a justificação a esta pergunta noutra questão anterior.

## Apêndice B – Entrevista com Major Letras, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 3, dia 30 de Junho de 2008, pelas 16H00

### **1. Como caracteriza as informações na Guarda?**

As informações na Guarda estão ainda muito aquém do desejável. As informações estão ainda muito burocratizadas.

A técnica de análise de informação podia e devia ser muito melhorada e eu penso que esta situação pode vir a acontecer com a implementação do SIIOP. Esta informação faz-se de uma forma aleatória de quando em vez os vários órgãos provocam relatórios perante uma determinada situação mais agudizante mas o hábito de triar informação não aparece. Estou a falar de informação policial.

A informação criminal segue os mesmos caminhos. Às vezes é feita informação operacional nos inquéritos com os conhecimentos que se têm dos factos em concreto. Mas muitas vezes chega-se à conclusão de que sobre determinado caso existe outra informação e que é desconhecida do órgão que a investiga. O que significa que podem existir outros inquéritos noutros locais e que são desconhecidos uns dos outros e essa informação podia ser cruzada.

Os militares não estão sensibilizados da importância da informação policial e de ter um registo e de passar mensagem acerca destas informações. Não há nada que os “obrigue”; que os direcione para o preenchimento de formulários que esteja plasmada essa informação. Existe uma Guia de Patrulha. Eu já fui Comandante de Destacamento durante 11 anos e implementei uma medida: o CMDT de Posto deve dar ordens nessa Guia de Patrulha. O militar depois da patrulha, na parte de trás da Guia de Patrulha, deve ter as repostas a essas ordens. Pois o CMDT de Posto dava as ordens segundo o conhecimento que tem do terreno e as suas preocupações. Depois deve ter essas preocupações respondidas nessa Guia de Patrulha. Agora, a maioria das Guias de Patrulha só têm escrito “sem ocorrências”.

E hoje em dia a informação não pode ser de forma manual, tem que ser feita através de documento informático porque tem que ser a máquina a trabalhar as informações. O manancial de informações é tão grande que é impossível trabalhar manualmente.

### **2. Como diferencia as informações policiais das informações criminais?**

As informações policiais têm objectivos completamente diferentes das informações criminais. A informação policial é mais estratégica, mais preventiva e está mais relacionada com os programas especiais de policiamento.

A informação criminal é algo mais concreto. Existem dois tipos de informação criminal: estratégica e operacional. A informação estratégica é muito reduzida. O que se faz mais é a análise operacional; perante aquele caso concreto temos determinados dados e vamos tentar saber quem é que fez o quê e como vai reagir num futuro próximo.

Eu sou a favor de que as informações devam estar dependentes do mesmo órgão (devia estar tudo junto). Às vezes a diferença não é assim tão substancial. Penso que estar a separar a informação criminal da informação policial podemos correr o risco de estarmos os dois (a SOI e a SIC) a trabalhar o mesmo ou pelo contrário; ninguém trabalhar determinado assunto por pensar que é competência de outro órgão. As coisas não deveriam estar separadas e as informações deveriam ser trabalhadas todas sob direcção do mesmo órgão.

### **3. Como caracteriza os processos de recolha de informações na Guarda?**

Este assunto está dependente da cultura de informação. Se as pessoas têm essa cultura de informação, esta flui, se não tiverem esta cultura tudo fica a zero.

A base das informações na Guarda é o patrulheiro e é quem menos sensibilizado está para a necessidade da recolha e passagem dessa informação. O patrulheiro muitas vezes vê coisas que lhe parecem não ter interesse e não transmite. E quando é transmitida, a informação tem tendência a ir morrendo pelos escalões. Mas a informação que flui e que chega até nós sai do patrulheiro. Este comunica ao CMDT de Posto que, por vezes, pode não transmitir naquele momento mas transmite num momento a posteriori perante uma ocorrência qualquer ou de algo de que se apercebe comunicando ao CMDT de Destacamento. E assim vê-se criado um “edifício” de informação que depois nos levam a resultados muitas vezes positivos.

A recolha existe essencialmente a nível do Posto e do Destacamento. A política de possuir a informação e mandá-la para cima é muito escassa. O órgão inferior devia sentir necessidade de enviar a informação para cima. Muitas vezes, acontece ao contrário; são elaboradas muitas Ordens de Pesquisa.

Os Grupos elaboram relatórios com muito valor e informação mas sem a qualidade que deveriam ter e enviam-nos para aqui (SIC da Brigada). Muitas das vezes dois ou mais relatórios de Grupos diferentes referem factos da mesma matéria e eu faço o trabalho deste relacionamento de informação e envio para a cima. Mas o ideal seria que todos os Grupos produzissem informação sobre o mesmo assunto e aí o manancial seria muito maior. Por exemplo: existe uma vaga de assaltos em áreas de acção de Grupos diferentes e às vezes apenas um Grupo é que faz um relatório e os outros não. Se todos elaborassem relatórios fariam com que houvesse mais informação e isso originaria resultados positivos.

O sistema ainda não está montado como devia ser. A informação vai sendo produzida e trabalhada e a gente vai fazendo fluir, dentro do possível, essa informação. Mas muitas vezes tem que ser pedida de cima para baixo.

#### **4. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) da informação na GNR?**

Eu já respondi em parte a esta questão nas respostas que dei anteriormente. Temos Equipas de Investigação e Inquérito que temos vindo a criar com um bocado de esforço com o pessoal vindo dos Postos. E é a estes elementos a quem compete estar atentos para a recolha e análise de informação. São eles o elo de ligação com o NIC e são uma das fontes de informação do NIC. Devem enriquecer a investigação sobre crimes que investigam.

A informação vai fluindo de escalão para escalão de uma forma empírica e de certa forma inconsciente. Quem melhor que a Guarda que está em condições de recolher informação por quase todo o território. A Guarda sabe tudo mas às vezes não liga aquilo que sabe ao caso em concreto. Por exemplo: a PJ quando tem um caso de homicídio ou de um furto ou de um incêndio, onde é que se dirige? Dirige-se à Guarda e faz perguntas as quais a Guarda responde e a PJ fica apta a lidar com a situação. A Guarda tem essa informação e não consegue trabalhá-la e direccioná-la para casos concretos.

Quanto aos NTIC, tem havido uma melhoria significativa mas milagres não existem. O Grupo Territorial de Faro não tem o NTIC operacional pois o elemento que trabalhava neste NTIC está na Bósnia. Portanto eu daquele Grupo não posso esperar condução de informação. Os restantes Grupos têm apenas um homem. Se este sair de férias (ou não vai trabalhar por outro motivo) o tratamento de informação fica parado.

No entanto, a situação tem vindo a melhorar; a gente vai corrigindo os relatórios e fazemos comentários de chamadas de atenção e os militares do Grupo estão atentos e sabem tudo o que se passa nos Postos e pedem a informação que interessa quando é necessário. Aqui na Brigada tenho acesso aos relatórios com a informação já trabalhada e juntamente com outras informações faço uma análise exaustiva. Depois faço circular a informação analisada por todos os Grupos e também é enviada para o escalão superior. Portanto é através da Brigada que a informação circula para os Grupos e para o escalão superior.

#### **5. Como caracteriza o fluxo de informações da GNR?**

O fluxo de informações tem lugar em dois níveis: nível horizontal e nível vertical.

O fluxo dá a conhecer a quem deve ter conhecimento de determinada informação para que a possa utilizar atempadamente. A Mensagem é muito utilizada como forma de

comunicação de momento. Depois, se está a existir um fenómeno de criminalidade mais repetitiva, o Destacamento elabora um relatório. Se for apenas um caso isolado é apenas elaborado um relatório de operações para ser tratado pela SOI.

Se há um contexto de criminalidade mais alargada e mais repetitiva e está a acontecer então é feito um relatório de informações no Destacamento. Este é enviado ao Grupo que por sua vez vai verificar os outros relatórios dos outros Destacamentos para ver se também se verifica situações iguais ou semelhantes. O Grupo elabora um relatório com base do tratamento dos relatórios anteriores. A Brigada procede da mesma forma mas utilizando os relatórios de todos os Grupos.

Eu também faço um “apanhado” de 15 em 15 dias que transmito a cada Grupo no qual vem descrito o que aconteceu em cada zona de acção e nas zonas de acção limítrofes menciono algumas verificações que têm que corrigir ou alterar no policiamento. Com esta medida as patrulhas poderão estar prevenidas com especial atenção a uma lista de viaturas furtadas nos últimos 15 dias (por exemplo). Mas voltando ao objecto da pergunta... A difusão é feita de forma rápida através de telemóvel, Mensagem, rádio ou outro tipo de comunicação.

#### **6. Como é a partilha de informações entre a SIC e a SOI na BTer3?**

É ótima. Nós falamos variadas vezes durante o dia e tudo o que é produzido (relacionado com informações) na SIC vai para o Chefe de Estado Maior que por sua vez, mediante proposta da SIC ou da SOI, manda sempre o conteúdo de um determinado documento a nível das informações para a outra Secção; se for da SIC manda para a SOI e se for da SOI manda para a SIC. Portanto existe sempre partilha de informações.

#### **7. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de Informação na BTer3?**

É difícil de falar de vantagens e de desvantagens de um sistema que ainda não está a funcionar.

Eu penso que com a reorganização e com a entrada do SIIOP a informação pode ser trabalhada no nível do Comando-Geral sem problemas. Portanto a informação flui dos Grupos para o Comando-Geral.

As vantagens que eu vejo são o facto de o processo se tornar mais célere e o facto de haver pessoas mais especializadas ou habilitadas a desempenharem tarefas a um nível mais centralizado.

Uma das desvantagens que eu vejo é que numa análise de informação é preciso sempre ter um conhecimento do terreno e das pessoas; muitas vezes é necessário ter

conhecimento das coisas *in loco*. Essa distância que poderá ocorrer quando for tudo ainda mais centralizado no Comando-Geral será uma grande desvantagem.

Contudo, isso pode ser esbatido através do bom funcionamento ou aperfeiçoamento dos NTIC. Isto poderá permitir que as informações tenham um saldo positivo mesmo com a reorganização da Guarda. Saliento que estamos a partir do princípio de que os órgãos irão ficar completos. Digo mais uma vez, as vantagens são conseguir com a reorganização meter todas as “pedras” no sítio e criar um sistema informático que nos permita trabalhar informações a sério. Partindo do pressuposto que tudo vai funcionar como deve ser.

A desvantagem que eu evidencio é o facto de o Comando-Geral quando trabalhar esta informação, pode porventura não haver conhecimento do terreno e isso será muito prejudicial.

O trabalho que é realizado pelo NAIC aqui da Brigada vai passar a ser feito da mesma forma no Comando-Geral. Os Grupos vão produzir certamente mais informação para o Comando-Geral fazer a análise.

Se me perguntassem para acabar com a Brigada, eu diria que não. Sou céptico. Como disse há pouco, deve haver um conhecimento do local, as pessoas devem próximas do local e o Comando-Geral está muito longe.

Portanto, no futuro os NTIC terão que trabalhar a 100% em vez de 10% com militares competentes e com boa formação e deverão auxiliar no máximo possível o Comando-Geral para manter ou melhorar as tarefas de análise (desempenhadas pelo NAIC).

A rápida implementação do SIIOP é importantíssima. Se não colocarmos os meios informáticos a trabalhar com a informação, com o manancial que actualmente existe de informação tornar-se-á impossível de trabalhar como estamos a fazer. São elaborados muitos relatórios e o CMDT de Destacamento só não faz mais porque não tem tempo.

**8. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Penso que essa questão foi levantada e eu respondi afirmativamente. De facto não existe razão para existirem em paralelo dois sistemas de informação, essencialmente porque: sobreposição e gastos em meios humanos, materiais, perda de tempo em burocracias, duplicação de informação porquanto a informação processada na SIC é transmitida à SEC INF e vice-versa, etc...; e confesso que no quotidiano da GNR é preciso fazer um esforço muito grande para distinguir a diferença entre uma e outra informação.

Se a informação policial pode ter em vista uma atitude no terreno preventiva e a informação criminal uma atitude repressiva ou pro-activa, continua a não fazer sentido.

Porque como último reduto toda a informação (uma e outra) tem simultaneamente objectivos policiais e criminais. Em suma, poder-se-á dizer que a informação policial tem implicações e faz resultar uma acção criminal em alguns casos e o contrário também é verdade.

A investigação criminal precisa sempre ter conhecimento dos dois campos da informação e por isso deve ser concentrada num único órgão toda a informação. A diferença é apenas no tratamento dessa informação que pode ser trabalhada sob o ponto de vista estratégico, operacional e até policial.

## Apêndice C – Entrevista com TenCor Antunes, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 4, dia 27 de Junho de 2008, pelas 14H30

### 1. Como caracteriza as informações na Guarda?

As informações na GNR têm corrido muito bem, têm sido difundidas quer ao nível das Brigadas quer ao nível do Comando-Geral para todo o dispositivo dentro do possível. Mas com a evolução da criminalidade, com esta nova reestruturação, com o melhoramento das vias, com o aumento da criminalidade (cada vez mais refinada e complexa), com o aumento dos assaltos organizados e violentos no nosso país (*carjacking* ou o desaparecimento de camiões de tabaco com meio milhão de contos em tabaco), com os assaltos às ourivesarias, farmácias, bancos, caixas ATM (...) a informação é cada vez mais importante e tem que ser cruzada o mais rapidamente possível. Ou seja, um grupo ou um gang que saia do Porto pode ir a Évora ou a Faro fazer uma série de assaltos violentos e regressa ao Porto.

Penso que a implementação do SIOP é altamente importante porque mais tarde, ao nível dos Distritos e através dos NTIC quando estiverem interligados vai originar muitos resultados e muito apoio aos investigadores que estão na linha da frente. Esta aposta que foi feita no SIOP, nos NTIC, nos NAIC e esta reorganização que é fundamental e é altamente importante para o combate ao crime que é cada vez mais refinado.

Este sistema está a começar a dar os primeiros passos, está numa fase de embrião em Gaia e vai ser alargado para os outros Grupos... Penso que foi um grande investimento, com muito futuro e se tudo estiver informatizado, se a informação estiver cruzada e centralizada, eu posso tirar resultados altamente importantes. É importante ter informação 24 horas, 365 dias para apoiar e para rapidamente sabermos que (exemplo) aquele assalto em Braga tem as mesmas características e são os mesmos indivíduos (pelos aspectos físicos ou pela viatura) que fizeram também assaltos em Évora ou Castelo Branco e isso nós temos que saber na hora. Hoje em dia, há indivíduos que saem daqui do Porto, fazem 7 ou 8 assaltos com armas de fogo percorrendo 1000 ou 2000 quilómetros e regressam de madrugada. Com bons carros e boas estradas, enchem o depósito e saem e de manhã chegam com vários assaltos cometidos.

Lembro-me de este caso concreto (assaltos a camiões de tabaco) na semana passada no Porto, a PJ tem muitas informações que estes assaltos aqui no norte do país foram praticados por indivíduos que vêm de Évora. Portanto, há necessidade de trabalharmos muito rapidamente a informação.



## **2. Como diferencia as informações policiais das informações criminais?**

As informações policiais e as informações criminais estão interligadas.

As informações criminais são aquilo que estivemos a falar, ou seja, informações relacionadas com o combate ao crime, grupos criminosos organizados altamente preparados e treinados, locais nocturnos de crime (como as *boites*)...

As informações policiais estão mais relacionadas com problemas de alteração de ordem pública, problemas de terrorismo, atentados, ligações com outras polícias, movimentos de indivíduos... Estas informações policiais também são muito importantes de acompanhar para não sermos apanhados de surpresa. Estas informações que são recolhidas no dia-a-dia pelo patrulheiro e este tem que reflectir um pouco sobre elas pois à partida poderão não ser importantes mas até poderá ter muita importância e sendo assim tem que as canalizar.

Recentemente, este assalto em Gaia na semana passada em que foi alvejado o senhor que conduzia uma carrinha que transportava tabaco, montámos uma operação para a apanhar os criminosos porque um indivíduo num café assistiu a uma conversa de quatro elementos que queriam assaltar uma carrinha. Aqui está um exemplo de uma notícia que se ouve e que tem muito interesse colocar num papel e remeter a quem de direito.

Outro exemplo de um caso em que as informações policiais são muito importantes foi o caso das manifestações de camionistas que causaram problemas por todo o país.

Até no futebol as informações policiais são muito importantes. Por exemplo: o Sporting vem jogar à Trofa (que é da nossa área de responsabilidade), o CMDT da força de segurança ao estádio tem que estar preparado uma semana antes. Tem que saber o número de pessoas que está previsto ir ver o jogo, as claques, alguns indivíduos referenciados, que tipos de crimes poderão surgir...

As informações policiais têm que ser preparadas e têm que ser analisadas antes dos acontecimentos.

## **3. Como caracteriza os processos recolha de informações na Guarda?**

Ao nível de Destacamento são feitos os relatórios de informações mas deviam ser elaborados mais e melhores relatórios.

As notícias são colhidas pelo patrulheiro ou outro militar e depois são canalizadas a quem de direito.

Eu tenho que ligar as minhas respostas a casos concretos. Quando houve estes assaltos em Amares, os indivíduos prepararam estes assaltos à uma série de dias. Depois dos acontecimentos, várias pessoas disseram que já tinham visto em dias anteriores os carros e os indivíduos naquele local para estudar e preparar os crimes. As pessoas também

têm que ser sensibilizadas para informar. As pessoas não podem estar à espera que nós resolvamos tudo.

Há uns dias atrás houve uma sensibilização para os comerciantes e principalmente os proprietários de ourivesarias terem certos cuidados tais como: as viaturas que param muito tempo em frente aos estabelecimentos, indivíduos que entram nas ourivesarias que aparentam ser suspeitos e não comprem nada porque estão a estudar o local... As pessoas que têm estabelecimentos de algum risco (ourivesarias, farmácias, bancos...) não estão sensibilizadas para informar as forças de segurança e depois têm surpresas.

Este tipo de recolha de notícias imediata ajuda e contribui para uma prevenção ou obtenção de bons resultados. Mas isto está mais relacionado com a pesquisa de notícias.

Quanto à recolha de informação relacionada com a informação criminal, quando a estrutura de investigação criminal estiver completamente implementada e a funcionar a com os NTIC completos poderemos fazer melhores trabalhos pois eles irão recolher informação ao Posto. A implementação está a ser feita com calma e alguns Grupos ainda não fazem tratamento de informação pois os respectivos NTIC não estão a cem por cento. Estamos a trabalhar bem com os NAO e os NTIC estão a ser desenvolvidos. No futuro os NTIC terão que estar todos interligados.

#### **4. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) da informação na GNR?**

Quando estiver o SIIOP implementado, os NTIC e os NAIC (se se mantiverem no futuro) a funcionar tornará toda a actividade muito melhor. O NAIC aqui da Brigada está a funcionar embora de uma forma um pouco aquém daquilo que nós pretendemos.

Os NTIC ainda não estão completos. E no futuro, quando pudermos carregar num botão e ficar a saber tudo o que está a acontecer, tendo acesso a todos os autos de notícia e sabendo os crimes que aconteceram (...) tudo num sistema informatizado, teremos muito mais produtividade no nosso trabalho. A aposta no SIIOP é fundamental.

Temos falado também em relação a alguns assuntos relacionados com inquéritos a decorrer ou depois de transitados em julgado dos quais poderíamos extrair dados e colocá-los numa base, tal como a PJ faz. Claro que tudo isto tem que ser feito de acordo com a Lei e com todas as normas.

A formação de analistas de informação tem sido feita, tanto pela Escola da Guarda como pela BTer 4, pois já foram militares a tirar cursos de informações e análise de informações criminais a Espanha, a Queluz e na PJ. Mas ainda não temos o número militares ideal com a formação adequada.

Quanto à difusão de informação, a resposta poderá passar pelo SIIOP porque a difusão tem que ser um processo muito rápido o qual não pode esperar. Aqueles indivíduos

que ontem estavam referenciados no jornal que foram detidos em Lisboa pelo Grupo de Operações Especiais da PSP fizeram os assaltos na Nazaré. Portanto, temos de ser rápidos a difundir e a receber a informação.

#### **5. Como caracteriza o fluxo de informação da Guarda?**

Isso passa-me um bocado ao lado, depois quando entrevistares o Tenente-Coronel Seixas da SOI que será a pessoa indicada para te responder. Volto a dizer que a informação criminal tem corrido bem mas com a implementação do SIOP acredito que originará passos qualitativos extremamente importantes.

#### **6. Como é a partilha de informações entre a SIC e a SOI na BTer4?**

Fazemos reuniões, trocamos informação e estamos interligados pois a SIC é uma subsecção de Estado Maior da Brigada em que há briefings permanentes, há contactos permanentes e temos que diariamente nos corresponder e vice-versa com a SOI. Nós recolhemos, analisamos e transmitimos informação. Esta é sempre partilhada com a SOI.

#### **7. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação na BTer 4?**

Na minha opinião, com a reestruturação e daquilo que me tem chegado, se ficarem a existir os “Grupos Coordenadores” e ficando o Porto como o “Núcleo Coordenador” dos outros Grupos porque é mais forte e tem mais “peso” seria uma boa solução. Pois tem que a haver um Grupo “Coordenador” que coordene a informação da região. Caso contrário, se a informação ficar apenas a nível do NTIC será prejudicial para todos.

Actualmente a criminalidade é uma criminalidade que se movimenta; o que acontece em Braga pode acontecer em Viana, na Guarda, Leiria... Têm que existir “Grupos Coordenadores”, a informação não pode ficar só ao nível do distrito; tem que haver quem coordene, quem analise a informação a nível regional para depois chamar a atenção a possíveis incidentes e enviar ao dispositivo todo. Hoje vivemos numa “aldeia global”. Até a ligação com as outras forças é fundamental.

Não sei muito bem como será a reorganização, mas os NTIC têm que continuar com pessoal formado e com sistemas. A nossa ligação ao SIIC seria uma partilha muito importante. Portanto, o “Grupo Coordenador” tem que existir com um NTIC operacional que “absorva” as funções do NAIC e com pessoal a trabalhar permanentemente 24 horas. No futuro, quando uma pessoa fizer uma queixa afirmando que lhe furtaram o carro às três da manhã e esta é introduzida na base de dados, eu tenho que receber essa informação para

depois informar o dispositivo e se possível interceptar a viatura noutra área. A polícia não pode parar às cinco e meia. O combate ao crime tem que ser 24 horas durante os 365 dias. Hoje em dia, o criminoso tem bons carros, procura informação (faz reconhecimentos com programas da Internet) e está cada vez mais organizado. Vejo os cenários de combate ao crime cada vez mais difícil; a abertura das fronteiras; grupos de jovens que estão mais atentos à criminalidade; a falta de controlo dos bairros sociais; a crise do desemprego; o sentimento de impunidade; a crise da autoridade que está a passar; a invasão de estrangeiros... Se nós não evoluirmos conforme tudo o que foi dito anteriormente e tendo em conta outras preocupações, perdemos o controle.

**8. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Não existe necessidade de estarem juntos, existe sim necessidade de troca informação. A SIC trata informação tática operacional, confidencial, que não é a informação estratégica do outro canal, essa sim pode ser e deve ser divulgada.

## Apêndice D – Entrevista com Major Rosa, Chefe da Secção de Investigação Criminal da Brigada Territorial 5, dia 20 de Junho de 2008, pelas 10H00

### **1. Como caracteriza as informações na Guarda?**

É uma pergunta deveras abrangente. A Guarda está espalhada pelo Território Nacional (TN) de uma forma que mais nenhuma outra polícia está; teria todas as condições para ser a melhor fonte de informação ou fonte de recolha de dados (não vamos começar em falar de informação vamos falar em dados) para depois ser transformada em informação e depois de esta ser analisada pode ser transformada em conhecimento e por aí fora. Portanto, não há dúvida absolutamente nenhuma que o facto de estarmos em contacto com todo o TN em termos de quadrícula temos todas as possibilidades de ser a maior fonte de informação.

Só somos ultrapassados por uma única instituição que é a Igreja. Ainda está mais espalhada do que nós e consegue recolher informação de uma forma mais abrangente do que nós. Agora as perguntas são: isso serve-nos para alguma coisa? Será que o fazemos? E se o fazemos, fazemo-lo bem? É a necessidade, produção e engenho – existe sempre isto. E nós não temos essa necessidade. Como tal, normalmente não ligamos aquilo que devíamos ligar e a recolha de informação que podíamos fazer de uma forma sistematizada não é feita. Eu dou um exemplo concreto: era impensável que pudesse haver uma manifestação num determinado local onde existe um Posto Territorial em que a maioria dos militares do Posto não soubessem que havia uma manifestação. Então eu pergunto: sabendo que iria haver uma manifestação e não dizendo nada ao Comandante (CMDT) de Posto nem ao CMDT de Destacamento e as pessoas ficam a saber acerca desta através dos meios de comunicação social, onde é que está a informação? É bom que pensemos nisto. É bom que as pessoas tenham a noção de que é necessário desde o alistamento mudar mentalidades e pensar que a Informação é necessária. Nós temos todas as condições para fazer e proceder à recolha de informação.

### **2. Como diferencia as informações policiais das informações criminais?**

Por um lado é necessário que haja informação, de cariz policial ou de cariz criminal; é necessário possuímos a informação. Mas não basta apenas possuí-la; nós temos a informação e para que serve? Portanto, é necessário estabelecer prioridades e saber qual é a necessidade de estar informado.

Temos que pensar o seguinte: a informação serve ajudar quem precisa a decidir melhor; de uma forma mais capaz; mais rápida; de uma forma mais cabal; mais eficiente...

Portanto, o decisor é que necessita de estar informado. Aliás, nós militares temos o processo de decisão bem definido e sabemos exactamente como fazer essas coisas, temos também o ciclo de produção de informação desde que entramos para esta vida; somos bombardeados por situações de informações; saber exactamente o que é determinada situação em que se recolhe, trata, analisa e difunde a informação. Simplesmente, aquilo que na prática se trata, é que todas estas coisas são um pouco esquecidas.

É evidente, então, que temos que estar informados. Depois de estarmos informados, a informação de carácter policial deve ser passada a quem necessita e a informação criminal também deve ser passada a quem necessita. Um exemplo concreto: determinado Núcleo de Investigação Criminal (NIC) está a proceder a uma determinada investigação e está a recolher informação no âmbito dessa investigação. Nessa informação sabe que determinado corte de estrada, determinada manifestação vai ser efectuada. A primeira coisa que deve fazer será avisar o CMDT de Posto da área ou o CMDT de Destacamento e avisar quem tem necessidade de estar informado e quem necessidade de decidir acerca do acontecimento. Muito embora, a prioridade deles naquele caso concreto seja a recolha de informação no âmbito criminal. Portanto, não podemos fazer uma separação completa das águas porque na recolha de informação tem que haver a noção de que há informação de carácter policial e há informação de carácter criminal e que interessa a quem deve interessar; a quem tem necessidade dessa informação e a quem tem o especial dever de agir e de decidir o que fazer.

Um dos problemas que nós notamos no terreno é que a mentalidade das “quintas” ainda continua a existir e ainda continua a haver uma separação muito grande entre órgãos, entre subunidades, e as pessoas é que favorecem essa separação e favorecem essa diferença que não deveria, de forma nenhuma, existir. Repare, eu se fizesse um relatório no âmbito criminal mas que possuía informação relevante do âmbito policial, eu ao fazer a distribuição deste relatório envio sempre uma cópia à 2ª Repartição. Pois a 2ª Repartição tem a necessidade de estar informada. Da mesma forma que eu o faço, todos os outros o deveriam fazer sem necessidade de pensar (isto deveria estar no automático).

O contrário também é verdadeiro, numa SOI ao fazerem um relatório de informações ou um relatório de uma operação qualquer em que estejam factos relevantes para a investigação criminal, uma das coisas que deve ser feita na sua distribuição é enviar para a Chefia de Investigação Criminal e para a Secção de Investigação Criminal.

Felizmente, na Brigada Territorial nº5, talvez por sermos todos da mesma geração e por nos darmos muito bem, sempre trabalhámos desta forma: quando eu tenho alguma informação que seja relevante para eles (SOI) eu dou-lhes uma cópia e quando eles têm informação relevante para mim, dão-me também uma cópia. Mas vejo que no escalão subunidade ou até no escalão Destacamento que as coisas já não se passam da mesma

forma; até os próprios NIC por vezes negam a informação uns aos outros e isto é uma aberração. Não tem cabimento nenhum.

Portanto, há que mudar mentalidades. As mudanças nem sempre são más, é necessário nos adaptarmos à mudança e procurarmos fazer melhor e eu penso que este tipo de coisas têm que ser incutidas nas pessoas desde que entram para a Academia, desde que entram para o alistamento, desde que entram para o curso de sargentos, é necessário falar nestas coisas e é necessário que as pessoas percebam que só fazendo fluir e passar a informação é que se consegue estar informado.

Quando nós necessitamos de estar informados, sabemos como fazemos para adquirir essa informação. Para isso era necessário haver um repositório para a informação. E esse é outro dos problemas: que repositório? A base de dados? O Sistema SIOP? A Guarda está a caminhar para o SIOP e de uma forma correcta e necessária.

Por outro lado, continuo a achar que num país com 10 milhões de habitantes fazia sentido adaptarmos um Sistema de Informações onde toda a gente (Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, GNR, SEF, Polícia Marítima...) colocasse informação a gerir por uma entidade supra-policial onde pudessem estar representadas todas as forças policiais e que o acesso à informação seria escalonado pela sua necessidade. É evidente que nem toda a gente teria acesso total a toda a informação.

Não tenho a certeza se com estas mudanças que estamos a implementar (o sistema que estamos a criar na GNR, o sistema da PSP e o SIIC da PJ) se têm ligações e se são compatíveis. Coloco isso em dúvida e em causa.

Mas voltando ao resumo da questão: de uma forma geral, a grande diferença entre informação policial e a informação criminal é que a informação criminal é tudo o que diz respeito ao crime, portanto, que esteja relacionado o Código Penal e com o Código Processual Penal (Lei Penal) enquanto toda a restante informação será informação policial. A informação policial pode estar relacionada ou não com a alteração da ordem pública mas também com matérias relacionadas com a polícia administrativa.

### **3. Como caracteriza os processos de recolha de Informações na Guarda?**

A recolha de informações é aquela que é feita todos os dias por cada um de nós e cada qual ao seu nível. Devemos é estar despertos e conscientes para isso. Infelizmente não há essa mentalidade porque se a houvesse tal como disse no início nós seríamos a força policial mais bem informada deste país e tínhamos a informação em tempo real sem problemas nenhuns. Pois as patrulhas andam 24 sobre 24 horas na rua; no terreno e estas vêem, observam, escutam e podem transmitir tudo aquilo que recolhem. Como eu digo, as pessoas ainda não estão muito despertas para esta matéria.

Nós também nunca tivemos a necessidade que os nossos vizinhos espanhóis têm. Repara, nós tivemos essa necessidade durante um período curto de tempo e de espaço e foi a única altura de estar informado e de estar bem atento. A partir daí nunca mais tivemos problemas nenhuns com terrorismo e portanto não temos a necessidade que têm os nossos vizinhos espanhóis, por exemplo, com a ETA. Nem tão pouco o problema que os italianos têm com a máfia. Portanto, como não temos essa necessidade deixamos passar ao lado muitas coisas que não devíamos deixar e a mentalidade não foi alterada porque não houve necessidade para isso.

#### **4. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) de informação na Guarda?**

O tratamento é feito de uma forma muito displicente. A informação chega e raramente é muito tratada ou muito elaborada. Não há uma cultura de tratamento e de análise de informação como deveria e era suposto haver.

Ao nível da 2ª Repartição e ao nível da Chefia de Investigação Criminal, já fazem algum tratamento da informação que lhes chega e já conseguem de alguma forma, pelo menos ao nível operativo, difundir algumas directivas e alguns procedimentos por forma a prevenir. Ao nível estratégico que, quer a 2ª Repartição quer a Chefia de Investigação Criminal deveriam trabalhar vão fazendo alguma coisa mas na minha opinião é muito pouco.

As Brigadas e os Grupos Territoriais trabalham a informação operacional embora sejam, dito de uma forma nua e crua, são meras “caixas de correio”. Não há análise de informação. Vamos fazendo alguma coisa na BTer nº5, na SIC, talvez porque despertámos para isso muito cedo e habituámo-nos a este trabalho mas ainda em pequena quantidade. E somos dos poucos que ainda vamos tratando a informação. Eu dou-te um exemplo concreto: há pouco tempo nós descobrimos que haviam uns jornais em linguagem russa e ucraniana e que traziam anúncios propunham a venda de gasóleo, ouro e de carvão e os números de contacto eram de números de telemóveis portugueses. Conseguimos a tradução dos textos, e é evidente que obtendo essa informação eu não poderia ficar com ela, teria que a passar quem de direito, como é óbvio. Tratei da informação, fiz um relatório e a seguir enviei para a 2ª Repartição e para a Chefia de Investigação Criminal porque são duas entidades que deveriam estar informadas que podiam fazer chegar mais além este tipo de informação. Portanto, o que eu digo é que, por norma este tipo de informação, se não chegar a uma pessoa que esteja desperta para isto a informação morre. E é uma informação extremamente importante, talvez não para nós, que não temos a capacidade para fazer a investigação nesta área e nem falamos a língua. A informação seguiu para quem de direito, para quem necessita de estar informado (designadamente à PJ ou SIS).



Com isto não estou a dizer que eu faço e os outros não fazem; os outros não fazem porque não começaram ao mesmo tempo que eu. Antes da SIC foi criado um Gabinete de Análise de Investigação Criminal o que demonstra que estávamos despertos para a análise e que começámos a trabalhar essencialmente a análise. Nem sequer tínhamos um órgão operativo, não tínhamos nada. E não existia ainda a investigação criminal na Guarda. Só existia a 2ª Repartição e dentro da SOI da BTer nº5 existia aquele Gabinete. O senhor General CMDT da Brigada da altura entendeu que deveria existir um Gabinete daquele género e propôs-me, como eu era o Oficial de Informações na altura, que tomasse conta do Gabinete. Comecei a trabalhar naquele âmbito específico, e portanto despertei para esta realidade de uma forma que os outros não tiveram oportunidade.

Quando mudamos para a estrutura da Investigação Criminal e as coisas começaram a definir-se com as três vertentes (a operativa, a criminalística e a análise) nós já estávamos um passo à frente dos outros todos e é por isso que nós efectuamos mais análise em relação aos outros.

Também temos que ver que a LOIC é de 2000 e só em 2007 é que nós realizámos o primeiro curso de análise de informação criminal e estamos a acabar hoje o segundo. Isto é, demorámos 7 anos a despertar para esta realidade. E eu acho que isto diz tudo.

## **5. Como caracteriza o fluxo de informações na GNR?**

Começava por te citar uma frase do Prof. Paulo Amaral transcrita do livro "Top Secret", pág. 185, que diz: "Um dos segredos mais bem guardados das empresas de sucesso é a forma como produzem informações a partir da recolha de dados e notícias no ambiente competitivo que as rodeia."

Posto isto, ficamos com a sensação de que a Guarda não deve ser uma empresa de sucesso já que não se preocupa com a produção das informações...

O fluxo deveria ser biunívoco, isto é, de baixo para cima e de cima para baixo, num movimento constante (...do patrulheiro até ao CG e do Comando-Geral até aos patrulheiros...).

Os dados seriam (são) recolhidos pelos patrulheiros que os transmitiriam para o seu comandante directo, que de seguida os transmitiriam pela cadeia acima. Depois de tratados seriam remetidos para baixo, por forma a criar um sistema *Down/Top* e *Top/Down*, criando e fazendo circular as informações e o conhecimento.

Neste momento, como na nossa "Organização" não está instituída uma cultura de informação, talvez porque nunca foi sentida essa necessidade, na Guarda existem alguns (poucos) dados que são transmitidos de baixo para cima, através dos documentos em vigor (RELIM, RELNOT/RELINF, etc.), e alguma informação (para ser informação é porque já foi

tratada) também pouca, que vem de cima para conhecimento dos militares que têm funções operativas.

Mas, aquilo que deveria haver era uma cultura de informação, visto que ocupamos territorialmente, 90% do território e somos responsáveis por cerca de 70% da população (...Com as recentes mudanças, não sei se as percentagens estarão correctas), tendo tudo para aceder á informação, podendo tratá-la e disseminá-la para quem dela necessita, em tempo útil. Porque não o fazemos? Porque não implementamos os fluxos, formais e informais? Temos as pessoas, temos as tecnologias, até temos alguns processos (RELIM, RELNOT/RELINF, etc.), afinal do que estamos à espera? Pois....não sei...

Não esquecer que a especificidade das técnicas utilizadas para a recolha de notícias, o seu tratamento e disseminação, justifica a criação de um Órgão autónomo, sempre ligado, à estrutura de comando (CG), como se diz agora, de/para Apoio á Decisão.

## **6. Como é a partilha de informações entre a SIC e a SOI na BTer 5?**

Já agora, aproveito para complementar aquilo que disse anteriormente. Quando eram difundidos os relatórios amarelos e os relatórios verdes (que são chamados os relatórios de informações) têm uma determinada distribuição e isso está escrito em NEP. Na altura em que aquilo foi feito não existia a Investigação Criminal. Então, por vezes as pessoas têm alguma dificuldade em pensar e em perceber que o RELIM ou o Relatório deve ir não só para a SOI mas deve ir também para a Investigação Criminal. E isso é uma das coisas que deve ser alterada e ser ensinada que existe uma realidade diferente daquela que havia à 20 anos atrás e é necessário mudar algumas coisas e alguns processos.

Eu só posso falar da minha Brigada porque é a única que eu tenho consciência total e absoluta pois em relação às outras Brigadas, como eu não conheço e não sei exactamente como se relacionam não vou comentar. Em relação à minha Brigada, nós realmente temos um bom relacionamento. Ao longo destes anos nunca houve nenhum problema, é natural que tenha acontecido uma ou outra falha mas por norma, aquilo que eu entendo que interessa à SOI entrego e dou-lhes cópias e vice-versa.

## **7. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação na BTer 5?**

Eu estou com alguma dificuldade pois não sei exactamente o que vai acontecer. Não sei exactamente que reestruturação é que vai ser feita ou que reestruturação vai ser aprovada.

Dos documentos que eu conheço e das propostas que foram feitas pela Chefia de Investigação Criminal, acabando o NAIC na Brigada, é evidente que os Grupos Territoriais

vão ter necessidade de ter uma estrutura que faça a análise da informação. Esta análise passa pela transformação dos NTIC com duas vertentes: uma vertente de análise documental e outra vertente de análise de informação. Portanto os Grupos Territoriais só têm a ganhar com esta mudança.

O grande problema é o facto de as pessoas não serem integradas na mudança nem serem ouvidas nem participam na mudança e isso é um erro terrível. A transformação dos Grupos em Comandos Territoriais obriga a que, mais do nunca, conversem entre si e partilhem a informação porque senão existir partilha de informação e não havendo uma órgão congregador de toda essa informação e um pólo dinamizador que partilhe a informação, esta em vez de ser partilhada passará a ser espartilhada.

É necessário que as pessoas tenham consciência que a Brigada era um pólo congregador e dinamizador da partilha de informação e tinha uma visão estratégica porque via todos os Grupos. Neste momento, passa a existir uma visão parcial e para evitar esta visão parcial é necessário que falem com os parceiros do lado e que partilhem essa informação sob pena de perderem muita dessa informação pelo caminho. Uma das coisas mais difíceis na vida das pessoas é a mudança de mentalidades. As pessoas têm que ter consciência de que é necessário mudar alguma coisa. Se existir esta consciência conseguimos continuamente caminhar no bom sentido. Não havendo esta consciência continuamos a ter “quintas”; continuamos a ter a informação espartilhada; continuamos a ter subprocessos de processos...

Em relação a outro assunto (relativo ao repositório de informações ou ao sistema onde são inseridos os dados) que tínhamos falado anteriormente, nós e assim como a PSP partilhámos com a PJ o SIIC. Na GNR existia dois pontos com acesso ao SIIC: um era o Comando-Geral através da Chefia de Investigação Criminal e o outro era a Brigada Territorial nº5 através do NAIC. Tínhamos acesso ao SIIC e carregávamos o SIIC com informação que nos dizia respeito. Depois, não sei porque motivo, deixámos de ter acesso ao sistema. Portanto, é provável que o sistema de dados a que se refere o Despacho que cria a Estrutura de Investigação Criminal na Guarda corresponda o correspondia ao SIIC.

**8. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Não vejo necessidade de se proceder à união dos órgãos, até porque a Investigação Criminal na Guarda assente em três pilares fundamentais: Criminalística, Operativa e Análise e Tratamento da Informação Criminal.

Tendo em vista o fim para a qual foi criada, facilmente se verifica que não basta ter a informação mas, que existe a necessidade de a tratar, tentando de alguma forma apoiar a decisão, isto é, apoiar os órgãos operativos, através da análise e tratamento da informação que posteriormente se traduzirá em recomendações, pareceres e relatórios, quer para casos concretos, quer para fenómenos que se repetem e se torna necessário combater. Temo que havendo a união como alguns defendem se descaracterize a Investigação, deixando-a amputada, sendo o princípio do fim, mas esta é como é óbvio uma opinião extremamente subjectiva de alguém que vive a Investigação Criminal da Guarda desde o início (grupo de Trabalho) e, que se calhar já não tem a visão do conjunto, ou não se adapta á mudança, por esta ser feita contra as pessoas e não com as pessoas, contrariando tudo o que Academicamente é recomendado na Gestão da Mudança.

## Apêndice E – Entrevista com TenCor Mesquita Fernandes, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 2, dia 4 de Julho de 2008, pelas 14H30

Antes de começar a entrevista, tenho algumas considerações a dizer. Do ponto de vista histórico das Secções de Operações e Informações, na génese da Secção, houve uma identificação e comunhão de interesses entre as operações e as informações.

Parece-me que em algumas fases na história da Guarda que a área de operações e a área de informações se revelaram áreas completamente distintas e independentes. Entendido a um nível de Subunidade ou Unidade Territorial, nestas áreas só poderão ser entendidas as suas distensões estando elas em harmonia uma com a outra. Um exemplo mais simples: na prática, o planeamento de operações deve levar em linha de conta um trabalho da área de informações que foi desenvolvido. Agora, dentro do âmbito desta SOI desta Brigada, e para mim será na generalidade da Guarda, este tipo de trabalho em perfeita sintonia uma com a outra é realidade? Se é realidade, acho que ainda não atingiu um patamar de eficiência que a Brigada deveria assumir. Ou seja, o meu planeamento deveria ser acompanhado sempre em função do tratamento da informação que houvesse disponível. Todo o tratamento estatístico que tenho tido tentado utilizá-lo e de aplicá-lo de alguma forma na minha vertente operacional (área de operações).

Portanto, este tipo de ligação entre a área de informações e a área de operações tem que ser um princípio quase absoluto no trabalho de uma SOI. Não é possível que o planeamento operacional decorra de uma forma equilibrada, coerente e tentando maximizar o que há disponível de informação se não tiver a área de informações integrada neste dispositivo.

Na minha modesta opinião, o futuro aponta pela perfeita interligação entre as duas áreas e não o contrário. Na realidade, quando foram criadas as SOI sabia-se que as áreas de operações e informações deveriam estar ligadas e por isso foram criados um oficial de operações e um oficial de informações.

Tenho algum receio que do ponto de vista de progressão da própria instituição, quem trabalhe com a área de informações possa eventualmente assumir uma postura autónoma. Isso não poderá ser possível. Eu só posso planear uma actividade operacional que atinja objectivos claros se eu tiver a área de informações a trabalhar para a área operacional. Este é o meu posicionamento da experiência que tenho da SOI da Brigada.

## **1. Como caracteriza as informações na Guarda?**

Da experiência que tenho como Chefe da SOI, digo que a actividade de informações nos últimos dois anos adquiriu uma importância extraordinária na actividade desenvolvida dentro das SOI. Parece-me que nestes últimos dois anos passou a haver um maior cuidado tanto a nível da avaliação, do próprio tratamento, como da análise e com a difusão das informações.

Actualmente, nas SOI na generalidade e nesta da BTer 2 em particular, as informações adquiriram uma importância extraordinária e passou a haver um *job description* para o oficial de informações de maneira a que esteja vocacionado exactamente para esta área.

Do ponto de vista da caracterização das informações na Brigada Territorial nº2, eu acho que tendo em conta os meios disponíveis (o pessoal dedicado a esta área e meios materiais para poder explorar) ainda não atingimos um patamar da excelência mas estamos no bom caminho e há uma preocupação generalizada.

## **2. Como caracteriza os processos de Recolha de informação na Guarda?**

Eu acho que os processos na generalidade ainda continuam de alguma forma primários. A generalidade dos diferentes escalões hierárquicos tem um cuidado acrescido com a recolha de informações e a forma mais simples de vermos isso é reparar na forma como vêm materializados os documentos. Hoje em dia, aparecem no Comando da Unidade um conjunto de documentos (que depois seguem os respectivos circuitos normais) em que se denota um cuidado acrescido da parte da generalidade dos diferentes escalões a nível da recolha. Esta é feita das mais variadas formas e muitas vezes não atingem, naturalmente, alguns patamares porque também há algumas dificuldades em termos de recursos para atingir um patamar de excelência nesta actividade.

Na BTer 2 a recolha funciona bem. Existe grande criminalidade nos distritos da área da Brigada e isso obriga-nos, de certa forma, a que estes processos funcionem bem. Então e a recente reestruturação do dispositivo territorial da Guarda será de alguma forma um “alívio” para alguns problemas em que se tornava premente esta recolha cuidada e intensa? Em alguns locais ou em algumas zonas de acção é verdade mas na generalidade da zona de acção da Brigada 2, como apanha todo o remanescente das áreas da responsabilidade da PSP (Distritos de Lisboa, Almada, Setúbal...), são locais onde não é possível trabalhar acompanhando determinados tipos de criminalidade (tais como *carjacking* ou furtos de caixas ATM) se não for feita uma recolha de informações minimamente cuidada e intensiva.

O processo de recolha é aceitável mas podia ser melhorada. Eu na SOI não tenho deficiência de informação relativamente a um conjunto de fenómenos que ocorrem na ZA da Brigada. E se eu não tenho essa ausência de conhecimento desses fenómenos é devido

aos militares que fazem a recolha de forma aceitável. Para tornar a recolha excelente falta uma formação mais adequada do nosso militar; sensibilizar para esta matéria. No entanto, existe uma sensibilidade generalizada no dispositivo da BTer nº2 para a área das informações que é traduzida diariamente num conjunto de RELIM e de relatórios de informações que surgem nas mais variadas áreas.

### **3. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) da informação na GNR?**

Existe aqui uma particularidade que diz respeito à SOI da BTer nº2: o facto de termos optado pela criação de uma célula que acompanha um fenómeno por agora e poderia acompanhar outros fenómenos, naturalmente que posso dizer que o processo neste momento para determinados fenómenos é muito eficiente e é muito bom.

Não quero dizer que todo o tratamento de informação seja o mais eficiente; não é seguramente como gostaria. Na generalidade dos casos que nos afectam, nós optamos por uma solução que é tratar determinados fenómenos de uma forma estudada e que é reflectida numa célula para esse efeito. A criação e insistência de uma célula a este nível que faça este tipo de tratamento tem sido uma solução. O que me parece por aquilo que já percebi, ela irá existir no Comando Territorial.

### **4. Como caracteriza o fluxo de informação na Guarda?**

Para responder a essa pergunta dou-te uma orientação que terá o conteúdo para todos os pontos relacionados com o assunto: o SIIOP. No futuro, quando este sistema estiver operacional, o fluxo de informação evoluirá bastante...

#### **Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na BTer2?**

Existe uma excelente partilha que é fruto de uma relação das pessoas que trabalham na SIC e na SOI. Também defendo que o oficial de informações deve estar o mais próximo possível da SIC. No nosso caso em particular a proximidade não pode ser maior porque o nosso oficial que faz no fundo o tratamento de informações é o oficial SIC. Portanto, neste momento a ligação da SOI à SIC é absoluta.

O que nós também defendemos para o futuro é que a área de informações não seja agregada a um oficial de informações e depois haja um oficial SIC; defendemos que no futuro Comando Territorial exista um oficial que trate da área das informações e que este seja também oficial SIC.

**5. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação na BTer nº2?**

Eu vou sair um pouco do assunto mas já o retomo porque eu necessito de dizer o seguinte. Eu acho que normalmente existe uma postura da nossa parte em que pensamos que o que nós fazemos, fazemos mal. Eu não tenho essa ideia. Eu acho que a instituição e os homens da instituição, na generalidade, acho que as coisas são feitas dentro das coisas que é possível fazer e bem feitas. Se você vir o pessoal que nós temos a trabalhar agora na área de informações denota que é pessoal apaixonado pela matéria. O empenhamento é quase absoluto. Eu nunca tive (do ponto de vista de Chefe da SOI) uma visão tão fatalista das nossas áreas.

Eu acho que aquilo que temos é feito de uma forma muito razoável e às vezes acima da média. E porque é que eu tenho esta leitura? Porque quando os outros que são de fora contactam connosco e se apercebem da nossa realidade, normalmente a postura deles para connosco é reconhecer alguma admiração e algum reconhecimento de trabalho.

Acho que às vezes há uma tentativa sistemática de assumirmos de que ou não fazemos ou que podíamos fazer melhor. Seguramente, todas as estruturas da área das informações podiam fazer melhor e estou a falar das estruturas da Guarda como as de fora da Guarda.

Se o desaparecimento do escalão Brigada torna o fluxo de informação ou a difusão de informação mais rápida? Não sei. Se houver um sistema integrado de informações que realmente funcione na plenitude; quando eu carregar numa tecla consigo automaticamente que determinada informação fique disponível aos diferentes escalões da Guarda, esta poderá ser a resolução da questão (com a implementação do SIOP).

Eu defendo que a rapidez e o tratamento de informação não passam pela performance do operador mas passa muito por um conjunto de meios materiais que nós não temos neste momento. Há outro aspecto que é importante referir, quando a informação é de interesse fica muito dependente dos comandantes. Estes têm uma palavra muito relevante sobre esta matéria e sobre a disponibilidade mental para avaliar a importância de dar a informação. Quando assim o concluem, o que acontece é que mandam um documento para mim (SOI da Brigada) e mandam também para a 2ª Repartição ao mesmo tempo. Por isso é que estes processos também estão muito dependentes da formação e características do comandante responsável da Subunidade. A difusão de informação não será mais rápida com o desaparecimento do escalão Brigada porque quando ela é realmente importante é comunicada à Brigada e automaticamente é comunicada ao Comando-Geral.

Agora, se eu tivesse uma ferramenta que com um simples “clique” colocava a informação a circular e a ser difundida, naturalmente, seria o ideal. Aumentaria, de facto, a capacidade de difusão de informação. O que eu defendo é que não é com facto de não existirem os escalões que a informação se torna mais rápida. E às vezes poderá ser mais



rápida mas não vai tão bem trabalhada. Portanto a rapidez de informação não é influenciado pela existência de mais ou menos escalões. Do ponto de vista logístico, acredito que seja mais rápido mas a difusão de informação não fica mais rápida.

Quanto ao tratamento de informação que a SOI faz, não tenho dúvidas que tem que aparecer uma estrutura que substitua o trabalho da SOI. Sobre esta matéria não tenho muitas dúvidas, ou seja, não é possível que um Comando Territorial não tenha uma SOI ou uma célula de Estado-Maior. Pois a SOI sendo uma estrutura de Estado-Maior de apoio ao comandante; de elaboração de estudos e de planeamento não é possível ela não existir. Se não for criada uma estrutura SOI será criada uma estrutura similar à da SOI. E deverá ter dois oficiais ligados a esta área (um ligado à área de operações e outro ligado à área de informações/SIC). É uma convicção que tenho. Dentro do ponto de vista da análise de fenómenos que possam relacionar-se com determinada situação poderá não ser possível só ao nível do Comando Territorial. Sendo assim, obrigatoriamente terá que haver uma comunicação muito directa com o Comando da Guarda e com o órgão do Comando da Guarda que vai fazer esse tipo de análise. Eu reconheço que pode haver alguma perda de informações. Nós vamos ter um conjunto de estruturas a enviar todas para o mesmo local. É evidente que aqui não havia um esbanjamento de informação porque nós seleccionávamos a informação de seis zonas de acção dos seis Grupos Territoriais. Agora o Comando-Geral irá receber de todos os Comandos Territoriais. Portanto terá que ter uma estrutura muito bem montada e organizada para dar resposta a todas as exigências.

**6. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Na realidade, parece-me que a "união/fusão" da informação policial e informação criminal, num só órgão, pode constituir uma mais valia para o desempenho operacional da Unidade. De qualquer modo, importará que ao responsável directo por essa actividade saiba reconhecer a diferença dos inputs com importância para as duas áreas. Ou seja, à partida, parece reconhecer-se que a existência de um só órgão que trate das informações policiais e criminais constitui um importante factor de apoio à decisão do Comandante, desde que este perceba claramente o que é que os conceitos abarcam e implicam.

Em conclusão, a minha posição pessoal vai no sentido de não ver qualquer inconveniente nesta assumpção e considero, com as ressalvas supra, que esta opção poderá oferecer vantagens evidentes ao EM, no seu todo, e ao decisor (CMDT), em particular.

## Apêndice F – Entrevista com TenCor Miguéns, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 3, dia 30 de Junho de 2008, pelas 14H00

### **1. Como caracteriza os processos de informação na Guarda?**

No meu modesto entender, o sistema de informações na Guarda está um bocadinho arcaico. Continua praticamente como em 1911, é um sistema que foi feito com base no sistema militar (modelo de informação militar) e que neste momento julgo que não funciona.

Estamos a caminhar para outro tipo de sistema que mais à frente falaremos dele. Neste momento, as informações da Guarda estão a ser tratadas a outro nível, que é o nível da SIC. Esta é que detém neste momento o poder da informação. Há que alterar a situação. Neste momento, não concordo com sistema de informação na GNR.

### **2. Como caracteriza os processos de recolha de informação na Guarda?**

O processo de recolha de informação na Guarda tem como base de pesquisa de notícias o patrulheiro. Este recolhe informações ou notícias na sua vida diária pelo contacto directo ou de proximidade com as populações e posteriormente deveria transmitir as notícias através da Guia de Patrulha ou através de comunicação verbal ao seu CMDT de Posto. Este último, por sua vez, faz um pequeno tratamento de informação; faz uma análise de todas as informações recolhidas pelas patrulhas e envia para o seu CMDT de Destacamento aquilo que achar pertinente transmitir. O CMDT de Destacamento é que está no primeiro nível de tratamento da informação para depois enviar para o escalão superior. O CMDT de Grupo com a informação recolhida pelos Destacamentos também faz ou deveria fazer uma análise (digo deveria porque não fazem) e posteriormente transmitir à Brigada. A Brigada por sua vez, também deveria (depois de recolhida a informação dos Grupos) fazer os relatórios de informação e enviar à 2ª Repartição.

Acontece que neste momento a informação que chega à SOI é nula, ou seja, não chega quase informação nenhuma. Estamos a verificar que a própria Investigação Criminal é que faz tratamento e análise da informação com base nos Autos de Notícia que depois vai para os NTIC dos Grupos. Na regulamentação da nova Lei Orgânica continua a estar prevista uma nova Repartição de informações e eu não concordo porque existe o tratamento de informação através da Investigação Criminal.

Portanto, o tratamento de informação na Guarda deverá passar pela Investigação Criminal que fica ligado ao Comando Operacional na mesma, não se justificando a existência de um outro órgão para tratamento dessa informação.

No futuro, quando o nível de Brigada acabar, será o nível de Comando Territorial (equivalente ao Grupo Territorial) que irá fazer a ligação directa com o Comando-Geral. Se no próprio Grupo Territorial existe uma estrutura de análise e tratamento de informação da Investigação Criminal será esta que deverá continuar.

Quanto muito, poderá justificar-se uma Repartição de Informações para se tratar da informação policial relacionada com terrorismo ou possíveis alterações de ordem pública. Mas esta informação também tem que ser logo tratada a nível de Comando Territorial porque é aí que os acontecimentos dão lugar. Não é depois de o Comando-Geral receber informação de todo o lado e depois informarem para baixo a avisar que se vai passar algo.

Há uma recolha de informação ao nível local para informar o escalão superior sobre acontecimentos que se vão passar no país. Mas a recolha de informação local vai até ao Comando Territorial e como tal deve ser imediatamente tratada e resolvida (neste nível) a fim de se tomarem medidas para o que vai acontecer. Portanto, poderá justificar-se uma Repartição de informações (no Comando Operacional do Comando-Geral) mas só para esse efeito e não para acumular tudo.

### **3. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise, tratamento, difusão) da informação na GNR?**

Em relação ao processo de tratamento de informação já disse umas dicas nos assuntos abordados anteriormente. Neste momento, a informação que tem decorrido a nível da SOI com a 2ª Repartição, tem sido de facto a 2ª Repartição a reencaminhar para baixo assuntos policiais relacionados com o terrorismo, relacionados com o *modus operandi* de burlas e relacionados com outras actividades criminosas.

O tratamento e a análise vinculam por via da SIC. É a SIC aqui da Brigada, recebe os relatórios feitos pelos NTIC e depois leva a despacho e informa também a SOI daquilo que poderá interessar à 2ª Repartição. Nomeadamente relativo ao *modus operandi* de determinados indivíduos da actividade criminal. Depois a 2ª Repartição elabora um relatório que envia para todas as Brigadas para que estas fiquem conhecedoras do que se passa (por exemplo relativo aos *modus operandi*) noutras áreas.

Nós já demos instruções para que haja recolha de notícias para chegar aqui informação suficiente para ser tratada, pois essa informação pode não ser importante em determinada zona mas poderá ser decisiva noutra área e nós temos uma maior visão e avaliação da região. Como disse logo de início, o patrulheiro é o primeiro elemento de recolha de notícias e é necessário que este esteja sensibilizado para este facto. Esta recolha está a falhar logo no início; no Posto. Pois informação que nos chega é muito reduzida.

#### **4. Como caracteriza o fluxo de informação na Guarda?**

A nível de difusão de informação policial, para que nós possamos estar ligeiramente à frente dos acontecimentos, essa informação tem fluído rapidamente. Mas tem fluído por um motivo porque se nota que territorialmente necessita-se sempre de apoio do escalão superior, logo à partida, para poder estar à frente dos acontecimentos.

Posso dar como exemplo uma manifestação de agricultores. Nesta situação, normalmente há sempre alguém localmente (militar da Guarda) que se apercebe que vai haver reunião de agricultores. Imediatamente informa o seu CMDT de Destacamento. O CMDT de Destacamento arranja um militar que perceba de agricultura ou que fale com os agricultores para este saber efectivamente o que os agricultores pretendem fazer (manifestações de rua, manifestações de tractores, corte de estrada...). Normalmente o Grupo Territorial necessita do escalão superior para fazer face a estas situações e por isso que estas informações chegam rapidamente aqui. Este tipo de informação é transmitida oralmente pelo CMDT de Grupo e também é transmitida por mensagem. Portanto, este sistema (fluxo de informação) funciona bem pois os contactos são rapidamente feitos através de via rádio ou de telefone (ou telemóvel).

#### **5. Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na BTer 3?**

Como referi anteriormente, a SIC tem os vários NTIC nos Grupos e recolhe vários tipos de relatórios de determinados aspectos criminais (burlas, furtos de cobre, etc...). Essa informação tem que ser canalizada para um ponto e depois deve ser difundida.

Isto neste momento também está a acontecer, a SIC envia-nos os relatórios e nós fazemos um relatório de informações com base em todos os relatórios que nos são enviados e por outras informações e mandamos para a 2ª Repartição. E se por ventura, houver interesse por parte dos Grupos e se a própria SIC não divulgou, nós fazemos essa divulgação. Mas normalmente a SIC divulga todos os relatórios.

Concluindo, a partilha de informação está a ser feita e com alguma regularidade.

#### **6. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de Informação na BTer3?**

Não tenho a menor dúvida que o fluxo de informação será mais rápido com o desaparecimento do escalão Brigada. Pois a informação será directamente do Comando Territorial para o Comando-Geral.

No futuro, poderão ser feitas alterações no sentido de adaptar o NTIC de forma a abranger as responsabilidades de tratar também a informação policial (fazer o papel que a SOI desempenha relativamente a matérias de informação).

Os futuros Comandos Territoriais terão que ter um sistema adaptado em que os Comandos limítrofes terão que ter conhecimento imediato de determinados acontecimentos para adoptar rapidamente determinadas actuações.

Se falarmos de tratamento de informação, acredito que o Comando-Geral terá a capacidade de receber e tratar toda a informação que os Comandos Territoriais enviarão.

O SIOP se tiver sucesso na sua implementação e não originar problemas de comunicações será uma mais valia para o sistema de informações. Toda a ocorrência que existe numa área de determinado Posto entrará imediatamente no sistema. Se houver um furto numa determinada área, todos os Postos limítrofes ficarão a saber assim como a BT e BF também ficarão conhecedoras do sucedido. Desta forma, creio que o SIOP vai resolver muita problemática na divulgação de informação.

**7. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Seguramente que sim.

## Apêndice G – Entrevista com TenCor Seixas, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 4, dia 27 de Junho de 2008, pelas 16H00

### 1. Como caracteriza as informações na Guarda?

A Guarda, como sabe, está a passar uma fase de transformação que não decorre apenas desta reestruturação em curso mas também daquilo que é o fruto dos tempos.

Analisando o que se passa na sociedade em geral temos vindo a verificar um ritmo acelerado de grandes modificações das grandes estruturas das quais a Guarda acaba por não ser diferente. Portanto o que nós temos vindo a verificar devido ao ritmo próprio da vida é o aparecimento de alguma dificuldade para a Guarda nesta busca de elementos que possam tornar a Guarda mais proactiva e não reactiva.

Quando falamos dos processos de colheita de notícia e depois do seu processamento em informação, estamos a falar de um aspecto fundamental para a actividade policial. Nós temos toda a vantagem em sabermos antecipadamente o que é que temos para fazer em vez de estarmos a funcionar um bocado como os bombeiros que vão aos incêndios quando eles deflagram. É para isso que a informação é essencial.

O ritmo que se sente é de alguma dificuldade; desde a ordem até ao encerramento de alguns Postos Territoriais em prol de algumas actividades que são também fundamentais e são apostas do Comando da Guarda. Esse esvaziamento tem levado a que o ritmo que se sente das actividades marginais; os pedidos ou as solicitações que nos são feitas com menos gente obriga-nos a trabalhar com ritmos completamente diferentes. E isso faz perder aquela que era a capacidade, que a Guarda tinha há uns anos atrás, de ser mais lenta (de ter possibilidade de trabalhar de uma forma mais devagar) mas de uma forma mais próxima e presente junto das pessoas e portanto tinha maior capacidade de saber o que se estava a passar no meio onde estava inserida.

É evidente que estamos a falar de uma Guarda que tinha uma característica de regularidade que hoje não tem. A sociedade e os ambientes não são tão diferenciados como eram antigamente; não há esta diferença entre o espaço urbano e o espaço rural; hoje em dia o suburbano é a continuidade de um espaço que é mais conflituoso que obriga as pessoas a outro tipo de trabalho e que nos levou a perder algumas destas características de há uns anos atrás. A presença no espaço rural, no espaço de quietude, de pouco movimento permitia-nos trabalhar com algum tempo.

Actualmente há muitas modificações, há uma pressão muito grande sobre a nossa actividade, são muitas as diligências que nos são pedidas, tal como referi anteriormente, os efectivos dos Postos não estão melhores do que estavam, antes pelo contrário, estão pior. Há mais gente nas solicitações e tudo o que nós fazemos é quase sempre a correr.

Recentemente, tive a possibilidade de fazer uma análise sobre o tipo de patrulhamento que estamos a fazer e conclui que estamos a aumentar o patrulhamento motorizado e estamos a diminuir constantemente o patrulhamento a pé e essa forma de trabalhar leva-nos a perder muito a busca de informação. O sistema de relatórios também se alterou significativamente. As patrulhas eram mais pausadas, contactavam mais com as pessoas (pois naquele tempo tinham essa oportunidade), iam fazendo um levantamento daquilo que viam e comunicavam e era criado um relatório mensal ao nível do Destacamento que se baseava nos relatórios das patrulhas. Este relatório não se referia a um facto concreto mas sim a interesses gerais. E programavam-se actividades e trabalho a partir deste relatório.

Apareceram novas formas de comunicar e actualmente privilegia-se o contacto imediato; a informação sobre um caso que está a acontecer é fortuita e trabalha-se pouco o que está para vir. Não há um trabalho muito fundamentado de procura de saber aquilo que pode vir a acontecer. O que eu acho que veio prejudicar esta falha ou esta lacuna é essencialmente o ritmo a que se trabalha; o facto de as patrulhas passarem a ser motorizadas faz com que estas façam muitos quilómetros e passem pelas populações quase sem tempo para terem contacto com as pessoas. Sendo assim, não há possibilidade de recolher informação.

Hoje em dia, nós recebemos a informação da actividade e só depois é que vamos à procura dos elementos que nos façam estabelecer estratégias para combater determinado facto que já conhecemos.

O esvaziamento do interior e a concentração de pessoas em grandes meios urbanos criou problemas específicos para essas áreas. Estas áreas são das mais problemáticas principalmente nos subúrbios dos grandes centros urbanos. O outro espaço ficou quase deserto o que originou uma grande diminuição de efectivo nestas áreas restando em alguns locais uma presença quase simbólica.

A Guarda balançou-se para novas especialidades (SEPNA, Investigação Criminal, GIPS...) e não se pode fazer mais com o mesmo efectivo.

## **2. Como caracteriza os processos de recolha de informações na GNR?**

As “antenas” são os patrulheiros que andam no terreno pertencentes aos Postos ou aos Destacamentos. Estes deveriam reportar mais o que vêem e ouvem para dar conhecimento aos escalões adequados. O CMDT de Posto começa por fazer algum tratamento destes dados ou notícias. Depois deverá informar se necessário o Destacamento para a informação poder fluir por todos os escalões. Portanto, os Comandantes têm que saber avaliar a informação para saber se é de todo o interesse informar o escalão superior.

Os RELIM e os Relatórios de Informações nascem no Destacamento e assim torna-se necessário que o Destacamento possua uma estrutura montada para que tudo seja reportado. A informação a partir do Destacamento percorre o canal de informações normalmente (dos baixos até aos altos escalões hierárquicos) a não ser que haja um pedido ou uma ordem do Grupo ou da Brigada no sentido de se explorar determinado facto. Ainda há pouco tempo aconteceu um procedimento semelhante; quando tivemos conhecimento da manifestação dos agricultores, mandámos ordens de pesquisa de informações para saber mais detalhes acerca deste acontecimento.

Informações ou notícias que constituam factos organizados que estão prestes a acontecer, nós temos obrigatoriamente ter conhecimento de tudo. Todos nós, militares da Guarda, temos que estar despertos para a recolha de notícias ou informação durante todo o tempo; até mesmo quando não estamos fardados e nos encontramos no café, podemos recolher informação. Não são só os patrulheiros que fazem esta recolha.

### **3. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise e difusão) da informação na GNR?**

Nós perdemos um bocado essa qualidade. Há uns anos havia maior pressão da hierarquia no sentido de fazer informação quando existiam acontecimentos que obrigassem a actuação da Guarda. Era informado todo o canal hierárquico com determinadas regras para se entender qual era o grau de intervenção. Toda a gente fazia tratamento de informação ao seu nível. A informação era toda classificada e hoje em dia quase ninguém sabe classificar uma informação...

### **4. Como caracteriza o fluxo de informação na Guarda?**

O circuito de informação e a informação “lateral” funcionam razoavelmente.

Onde a informação nasce, no primeiro patamar, é utilizada por quem precisa dela. Por exemplo: numa área de determinado Destacamento, se houver alguma informação de interesse para o Destacamento vizinho, esta é automaticamente partilhada através de contactos telefónicos ou de outros meios de comunicação.

O problema é que a informação é canalizada para cima e geralmente não existe fluxo ao contrário. No entanto, ultimamente a 2ª Repartição tem funcionado bem nesse aspecto, trabalhando bem a análise de informação (embora mais concentrada na investigação criminal).

Há outro aspecto que também está errado na transmissão de informações, tenho a impressão de que as pessoas acham que aquilo que comunicam é só no sentido de dar possibilidade ao comando de se antecipar à divulgação de um facto pelos meios de



comunicação social. O RELIM parece ter mais importância em chegar ao Comando-Geral antes de a notícia ser publicada na televisão. É essa a ideia com que eu fico quando vejo a necessidade de chegarem as coisas muito rapidamente ao Comando-Geral. Compreendo que a pressão que existe por parte da comunicação social em abordar todos os assuntos e divulgá-los de imediato faça com que haja uma preocupação constante em ter conhecimento e tempo para avaliar esses assuntos.

Nós temos uma ideia de que o SIOP vai tornar o fluxo de informação mais rápido mas o facto é que ainda não está operacional e existem algumas dificuldades para o colocar a funcionar.

Quando falamos de informações temos que relacionar este tema com a mentalidade. Está tudo muito dependente da predisposição de cada militar em considerar-se um elemento da cadeia de informações e ter consciência de que todas as contribuições que possa dar são verdadeiramente úteis. Isto é que é fundamental, é os militares terem consciência de que tudo o que vêem ou observam pode ter significado policial.

#### **5. Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na BTer4?**

Nas estruturas que conhecemos, a actividade operacional está um pouco separada da investigação criminal e não deveria estar. A investigação criminal deveria estar sob o mesmo “chapéu” da actividade operacional.

Apesar deste cenário, não há dificuldade de relacionamento entre a SIC e a SOI. Há troca de informação de elementos relativamente a diversas actividades. Recentemente fizemos uma análise sobre os crimes de *carjacking* que partilhámos com a SIC. Portanto, não existem impedimentos ou reservas na partilha de informação entre a SIC e a SOI aqui da Brigada.

#### **6. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de informação na BTer nº4?**

Nestas alterações existem sempre vantagens e desvantagens. A questão principal é ponderar quais são os ganhos e os prejuízos. Eu trabalhei muito no modelo que nos foi imposto para a reorganização da Guarda.

Na minha opinião pessoal, deveria continuar a existir uma estrutura regional (pois o nosso país não é muito grande mas também não é assim tão pequeno). A Brigada tem muitas vantagens: toda a informação transmitida pelos Grupos é transmitida para o Comando-Geral tratada a outro nível. A informação é trabalhada a nível regional.

No futuro poderá ser prejudicial chegar informação apenas dos respectivos Grupos ao Comando-Geral. Nesta altura, não sei dizer realmente o que será mais vantajoso pois

não tenho grande conhecimento da futura estrutura e da parte desta que diz respeito às informações (Direcção do Serviço de Informações).

Não creio que o fluxo de informação se tornará mais rápido porque a informação que o Destacamento envia para o Grupo é também enviada directamente para o Comando-Geral.

A proximidade tem bastante importância para a resolução de problemas, por exemplo: um problema que é comum em Braga e em Viana do Castelo é tratado de melhor forma (mais próxima) aqui do Porto (BTer nº4) do que de Lisboa porque é visto de maneira diferente.

Apesar de ter algumas reservas em relação a alguns dos aspectos da reorganização acredito que possa ter algumas melhorias gerais para a Guarda.

**7. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Sim. Quando apareceu a investigação criminal começou-se a falar-se em duas realidades diferentes: informação criminal e informação policial. Do meu ponto de vista, tem que haver alguém; tem que haver uma entidade que faça a junção e depois reúna estas informações e volto a dizer que a investigação criminal deveria estar sob o mesmo “chapéu” da actividade operacional.

## Apêndice H – Entrevista com TenCor Fernandes, Chefe da Secção de Operações e Informações da Brigada Territorial 5, dia 2 de Julho de 2008, pelas 11H30

### 1. Como caracteriza as informações na Guarda?

O processo de informações na Guarda, como em qualquer força de Segurança, é essencial. É relevante na medida em que todas as operações e toda a orientação da maior parte do trabalho da Guarda são orientadas para a segurança das populações. Esta necessidade da segurança das populações, num ou noutro parâmetro, decorre passivamente das informações que a qualquer nível de localidade (aldeia, vila, concelho...) vão chegando do Posto. Ou seja, se numa localidade existem muitos assaltos ou furtos ou uma criminalidade de determinado âmbito, é evidente que essa informação deverá orientar a actividade policial para essas áreas. Se a missão da Guarda é conferir às populações segurança, tudo o que é informação relativamente às situações de delinquência deve ser canalizada para orientar as operações nesse sentido.

A recolha de informações e a sua divulgação até à 2ª Repartição são relevantíssimas para depois orientar as operações para as necessidades prioritárias no âmbito da missão geral da Guarda. Sucede que, hoje em dia, existem muitas entradas para que esta recolha e tradição de informações se processe da melhor forma. A primeira entrada passa logo pela carência de efectivo na maioria dos Postos Territoriais que está muito aquém daquilo que seria desejável. A maior parte, destes Postos não tenho dúvidas que nomeia e põe no terreno patrulhas que se cingem à elaboração de expediente. Portanto, as patrulhas diurnas são as que têm possibilidade de contactar com as populações e muitas vezes não têm disponibilidade para recolher informações através do policiamento de proximidade e com o contacto com os populares. Aqui nasce o aspecto mais relevante da recolha do sistema de informações na Guarda. Há carência de efectivos, as patrulhas resumem-se em patrulhas das ocorrências na maioria dos Postos e como tal não é possível escalar mais que três patrulhas às ocorrências num Posto e estas estão condicionadas pelo giro que fazem em função do expediente que têm que tratar. São poucas as situações em que é possível criar uma patrulha “policial”.

Portanto, a recolha de informações que deve ser feita no terreno e a patrulha é o órgão por excelência de imagem e projecção no terreno faz com que seja difícil a recolha face ao cenário mencionado anteriormente. Embora o CMDT de Posto ou o CMDT de Destacamento tenham um grande esforço para mentalização dos militares para que haja a recolha de notícias torna-se na mesma difícil.

O sistema de informações é imprescindível numa força de segurança para poder cumprir a sua missão mas é sempre condicionado pela recolha de informações. Ora, a par

desta componente genérica de informações existe também a estrutura da SIC. Os órgãos da SIC vão até Destacamento Territorial e estes tratam da recolha de informação criminal a vários âmbitos (relacionados com droga, furtos...).

De qualquer forma, o sistema de informações na Guarda (sendo a recolha, tratamento e difusão de informação) não funciona nos melhores moldes na colheita da notícia para a elaboração de informações porque há indisponibilidade generalizada ao nível do órgão Posto responsável por esta tarefa.

## **2. Como caracteriza os processos de recolha de informação na Guarda?**

Para além do que foi dito anteriormente, a recolha que é feita pela Brigada ao Grupo ou a divulgação e transmissão de informações é feita através de meios próprios formais. Ou seja, através do RELIM as informações chegam quase simultaneamente a todos os órgãos e aparte do RELIM ainda há o Relatório de Informações.

Ao nível da SIC, existem os Relatórios Periódicos de Informações relacionados com determinadas temáticas no âmbito da criminalidade. Dantes era a SOI que elaborava estes documentos.

Existem relatórios que também são elaborados cujo conteúdo se refere a possíveis alterações de ordem pública e estes não têm carácter periódico. Por exemplo, temos conhecimento de um centro de saúde que vai ser encerrado e a população está disposta a empregar meios de luta para evitar este encerramento; portanto é feito um RELIM e aparte deste também é elaborado um relatório com a temática mais desenvolvida.

Não penso que o processo por parecer burocrático que se torne lento até acho que é bastante célere (nomeadamente a divulgação do RELIM).

## **3. Como caracteriza os processos de tratamento (avaliação, tratamento, análise, tratamento, difusão) da informação na GNR?**

Neste parâmetro, o Grupo Territorial está estruturado com efectivos e meios para tratar melhor a informação logo a este nível de Grupo (que será o futuro Comando Territorial). Direi mesmo que nem a nível de Brigada Territorial, eventualmente, isto se processa nos moldes ideais. Devia haver incubamento de notícias, informações e compilações que não é feito; este domínio do tratamento de informação é ignorado.

De qualquer modo, acho que é tratado de forma razoável, nomeadamente após a implementação da SIC. No entanto, na minha perspectiva, deveria haver militares com uma formação mais específica neste âmbito do tratamento de informações. Mas repito que melhorou bastante com a criação da Investigação Criminal e porque tem áreas específicas do tratamento. As informações policiais também são tratadas com algum rigor. Eu diria

mesmo que, face às dificuldades de recolha de informações a nível do escalão mais baixo pelos homens que estão no terreno, o restante processo decorre bastante bem. Tudo o que é canalizado do que se consegue recolher é bem tratado.

#### **4. Como caracteriza o fluxo de informação na Guarda?**

Não é o desejável, não é o excelente mas é muito bom relativamente às condições técnicas e à recolha de informações do escalão mais baixo.

Tudo o que for objecto de RELIM e se não conferir no respectivo RELIM é imediatamente feito um reparo e corrigido logo de imediato. Se é objecto de relatório e não consta no relatório há logo um alerta da Brigada. Por isso é que o órgão coordenador regional dever-se-ia manter; pois aqui é feita uma triagem muito boa; é na Brigada que poderão estar instalados órgãos preenchidos por oficiais e sargentos com muita experiência do dispositivo...

Portanto, o fluxo de informações não sendo o excelente é bom face às limitações da recolha de informações porque não há meios para estabelecer contactos de proximidade e permite recolher tudo o que é recolhido em termos de informações.

Eu costumava dizer quando estava a comandar um Destacamento que a missão essencial do militar da Guarda não é elaborar autos mas sim constituir contributo para o sentimento de segurança das populações. Isto é conseguido através da permanência, proximidade e visibilidade. Esta proximidade materializa-se com a presença de militares em locais onde já ocorreram ou costumam ocorrer crimes. Aliado a esta presença está a postura das patrulhas no contacto com as populações para saber o máximo acerca dos responsáveis ou de elementos importantes relacionados com os crimes.

O tratamento das informações está a funcionar bem, devia ter a cada órgão, pessoal mais vocacionado para esta área. Mas ocorre, que neste momento a nível do Grupo Territorial existe uma SOI onde um sargento tem diversas funções, ou seja, devia haver mais especificidade das missões a nível dos órgãos de comando da Guarda. Na Brigada está a funcionar mas no Grupo Territorial não está funcionar correctamente pois nem existe oficial de informações. Uma SOI deveria ter, a nível de um distrito, uma estrutura mais adequada às exigências de uma força de segurança moderna; devia estar devidamente dimensionada e com melhor estrutura. Por isso é que deve haver alguma falha no tratamento.

O que chega à Brigada ou que é do conhecimento do Grupo por intermédio dos RELIM (que são uma forma de tratamento de informação) e os relatórios que são elaborados numa sequência destes RELIM ou de outra notícia de relevo não correspondem ao tratamento que mais me preocupa. Neste momento, com a experiência que tenho, o que mais me preocupa na Guarda é o que “passa ao lado” da Guarda; informações

relevantíssimas que podíamos evitar (por exemplo relativamente a questões de ordem pública).

#### **5. Como é a partilha de informação entre a SIC e a SOI na BTer 5?**

É excelente. Havendo relatórios de uma operação qualquer, estes serão submetidos a um parecer do Chefe da SIC e a um parecer do Chefe da SOI. Tanto a SIC como a SOI adquirem os mesmos dados ou informações.

#### **6. Devido à reorganização territorial na GNR, quais serão as vantagens/desvantagens para os processos de tratamento de Informação na BTer5?**

Aquilo que inicialmente se presumia que extinguindo o escalão Brigada, era reforçado o dispositivo no terreno não é real. Se alguém presumiu isso será uma desilusão completa. Se aqui nesta Brigada estão cento e poucos homens, retirando aqueles que têm actividades específicas (pessoal de transmissões e manutenção) que são cerca de 30 homens, retirando o pessoal da SIC, retirando o pessoal que está afecto ao pelotão a cavalo, retirando o pessoal afecto à informática e mais exemplos (...); a BTer 5 irá disponibilizar cerca de 30 homens válidos para o dispositivo. Trinta homens para serem distribuídos pelas dezenas de Postos aqui na Brigada é muito pouco. Os militares que estão nos Comandos das Brigadas têm vindo a sair devido à carência de efectivos faz com que as Brigadas tenham poucos militares e muitos destes estão prestes a passar à reserva. Portanto, esta reorganização não irá dar grande fôlego ao dispositivo territorial. E desta forma, não será resolvido o problema de falta de efectivo para proceder a uma maior recolha de informações.

Quanto ao tratamento de informação, penso que também não haverá militares suficientes para guarnecer os futuros cinco Comandos Territoriais para tratar dos assuntos com o nível que são tratados na Brigada actualmente. A Secção Pessoal, a SOI e a Secção Logística não são suficientes para guarnecer os Grupos Territoriais.

Mais uma vez, torno a repetir: o grande problema que persiste nas informações na Guarda é a disponibilidade da patrulha policial que anda sobrecarregada de expediente e não tem possibilidades para a recolha de informações a nível de Posto. Um Posto com cerca de 16 homens não poderá disponibilizar mais que três patrulhas durante vinte e quatro horas.

Para além deste problema, o Comando-Geral passará a receber expediente de uma grande quantidade de Grupos quando dantes recebia de 6 Brigadas. Ou seja, o Comando-Geral vai ter tanto trabalho na triagem deste expediente que vai ter que ser dimensionado

adequadamente para poderem dar resposta eficaz, eficiente, e em tempo oportuno a todo este expediente.

Assim como o Comando-Geral, também os Comandos Territoriais terão que estar muito bem dimensionados. Por exemplo: aqui na SOI recebemos queixas, reclamações e esclarecimentos das várias partes sociais (tais como advogados muito bem habilitados) e hoje numa SOI do Grupo Territorial não é um sargento ou o CMDT de Grupo (que tem mais que fazer) que vai responder a estas tarefas. E estes assuntos estão intrínsecos a uma certa dignidade e exigência. Mais uma vez refiro que o redimensionamento dos Grupos requer mais efectivo do que aquele que será originado com a extinção das Brigadas.

Nós somos uma força de quadrícula com muitos quartéis para tratar, muitos militares e estes factos exigem ao Comando-Geral um redimensionamento tão grande e complexo que torna o Comando-Geral incapaz de responder a em tempo oportuno a todas as solicitações.

A extinção das Brigadas também será prejudicial para a proximidade no tratamento das situações e para o conhecimento de causa.

E em termos de fluidez ou rapidez de informação não se irá notar muito com a extinção das Brigadas, pois nós temos mensagens (RELIM) que chega do Posto ao Comando-Geral da Guarda numa hora. O Posto faz o RELIM que chega ao Comando da Brigada que é enviado. Aquilo que é relevante em termos de notícias dá origem a um RELIM e por isso quem lê os RELIM fica por dentro dos assuntos dos relatórios. Portanto a Brigada não é a entrave da fluidez de notícias em forma alguma.

O SIIOP será importante para aumentar a rapidez da difusão de informação. Qualquer Comando em vez de estar à espera que lhe chegue o RELIM pode consultar a informação no sistema. Mas se não se estiver atento ou em determinado momento não haver acesso ao sistema informático, a informação poderá passar ao lado. Mas o SIIOP não vai resolver as dificuldades à difusão de informações porque o RELIM também é imediato e chega com oportunidade.

Na minha perspectiva, aquilo que é mais importante e estou sempre a relevar este aspecto é o militar da patrulha saber o que é informação relevante e transmiti-la com oportunidade ao Posto. A recolha e a sensibilidade para a recolha e colheita de informações são o aspecto primordial que está a falhar devido aos condicionamentos que já referi.

No futuro, tem que haver um bom redimensionamento dos Grupos e do Comando-Geral para não haver consequências por faltar o trabalho da SOI e de outros órgãos da Brigada.

**7. Nas Brigadas Territoriais verifica-se dois canais de informação nos quais a SOI detém informação policial e a SIC detém informação criminal. Não seria mais**

**vantajoso unir os órgãos responsáveis por trabalhar as informações (policiais e criminais) num só órgão?**

Não há qualquer dúvida que é aberrante existirem dois canais de informação como existem. Só se tem a perder com esta realidade de duas estruturas de informações. Uma complementa a outra; os efectivos do dispositivo seriam melhor aproveitados e haveria melhor desempenho por parte desta única estrutura.



Apêndice I – Entrevista com TenCor Albano Pereira, Chefe da Chefia de Investigação Criminal, dia 9 de Julho de 2008, pelas 15H30

**1. A estrutura de Investigação Criminal começou por ser implementada pela base dos escalões hierárquicos (começou pelo Posto Territorial até à Brigada). Este processo demorou algum tempo e ainda tem algumas lacunas, nomeadamente, na vertente de informação criminal. Quais foram as principais causas?**

Vamos tentar fazer uma abordagem e um enquadramento geral. A estrutura da Investigação Criminal da GNR que conhecemos por ter sido aprovada pelo Comandante-Geral em Janeiro de 2003 já tinha antecedentes.

A Guarda, nos anos 90, já tinha dado um esforço de especialização na área de investigação criminal através dos GEAP – Grupos Especiais de Acção e Pesquisa, em 1992. Entretanto foram regulamentados através da NEP 3.38 que foi revogada posteriormente com a reorganização da investigação criminal.

Em 1994, um pouco por todo o país e principalmente nos Destacamentos mais críticos, os seus comandantes começaram a agregar um conjunto de militares para darem uma resposta mais qualificada para as matérias de investigação criminal e assim surgiram os Grupos de Investigação Criminal. Depois foram regulamentados e estendidos por todo o país. Portanto, a instituição tirou bons frutos da solução encontrada pelos comandantes de Destacamento e surgiram os Grupos de Investigação Criminal nos Destacamentos Territoriais regulamentados através da NEP 3.39.

Existia ainda uma realidade que eram as Secções de Inquérito dos Postos Territoriais que foram regulamentadas através da NEP 3.40.

Com a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) foram atribuídas mais responsabilidades e competências à GNR. O Comando da Guarda achou por bem que, da forma como estava estruturada, não havia de permitir dar uma resposta qualificada às novas responsabilidades. Assim surgiu a necessidade de se estudar; de conceber uma estrutura que foi a aprovada pelo tal Despacho de 2003. Mas, de facto, já havia algumas Secções de Inquéritos nos Postos, havia os NIC em alguns Destacamentos e havia nos Comandos das Unidades os GEAP.

Os escalões operacionais da Investigação Criminal são o Posto e o Destacamento e o Grupo. As Brigadas têm as Secções de Investigação Criminal que incluem análise de informação criminal. O conceito que foi a provado foi sempre sucessivamente implementado. De facto, tínhamos que implementar ou teria que haver pequenos nichos no Comando das Unidades e no Comando de Grupos (para coordenarem as acções).

Entretanto o que não foi ainda efectivamente implementado em relação ao conceito que foi aprovado foi a área da vertente da análise de informação criminal, os Núcleos de

Apoio Operativo e as Equipas de Investigação e Inquérito ainda não têm a formação adequada na totalidade. Em relação, especificamente, à análise de informação criminal importa referir que é uma vertente de apoio à Investigação Criminal Operativa (assim como a Criminalística); é uma subestrutura de apoio.

A actividade assenta essencialmente em duas coisas: assenta numa base de dados (que será o SIIOP) e assenta em aplicações informáticas que permitem fazer a análise de informação criminal (tais como o *analyst's notebook*). Ora, por se ver a Guarda atrasada no projecto SIIOP, não fazia sentido avançar com a implementação da vertente de análise de informação criminal se depois não seria possível operar de acordo com o conceito que estava estabelecido. Esta é a única razão porque está atrasada. É evidente que nós em 2004, para nos prepararmos para conseguirmos dar algumas respostas face ao EURO 2004, alguns militares foram tirar um curso a Espanha de análise de informação criminal para posteriormente serem colocados nos NAIC e nos NTIC. Entretanto o projecto SIIOP foi-se atrasando, e a maioria dos militares permaneceu nos NTIC e nos NAIC e têm desenvolvido um trabalho de análise de informação criminal mais próximo do apoio à decisão do que o que se pretende para apoio aos investigadores e no âmbito dos inquéritos. Seja como for, contribuíram ao longo do tempo para a componente de Informações na GNR.

Não é possível fazer análise de informação criminal no conceito da estrutura da investigação criminal sem a base de dados e sem as habilitações informáticas operacionais (a funcionar, no mínimo, no escalão Grupo Territorial). Portanto, o projecto existe; mas ainda não estão totalmente operacionais pois a análise de informação criminal ao nível de milhares de informações de um inquérito não pode ser trabalhado com lápis e papel na mesa.

O SIIOP é uma base de dados que possibilitará a inserção de todas as notícias e notícias-crime que a Guarda regista e ainda a informação que é produzida no âmbito dos próprios inquéritos pelos investigadores. Os meios também não podem ser implementados todos de uma vez, como por exemplo, não é fácil obter todas as licenças para os programas de *analyst's notebook*. Com a reorganização, aquilo que podíamos fazer com o apoio do Comando da Unidade, agora só temos duas alternativas: não conseguimos arranjar licenças para todos os Comandos Territoriais ou então arranjam uma solução que consiste em cada região haver um Comando que possui a licença. Se nós pudermos comprar apenas cinco licenças ou outro meio qualquer (como os aparelhos de vigilância dos Órgãos de Apoio Operativo) poderemos imaginar o país desdobrado em cinco zonas nas quais os meios seriam geridos. Em princípio, em termos de quadro orgânico, cada Comando Territorial terá uma licença.

A Guarda está dependente de um órgão de topo para tratar das informações e tem suportes nos Comandos das Unidades. O tratamento das informações que existia preocupava-se essencialmente em tratar de forma estatística a informação e era feita

alguma avaliação analítica de alguns fenómenos (crimes, *modus operandi*...) para oferecer apoio à decisão e depois eram difundidos os elementos ou o produto de todo o trabalho. As potencialidades que a Guarda tem na área das informações são enormes e exige muito mais trabalho do que o que se tem vindo a fazer.

No que respeita à vertente de análise de informação criminal da estrutura de investigação criminal, os investigadores operacionais (no sentido restrito) necessitam de um tipo de apoio que a vertente territorial de informação criminal não lhes dá. A gente achava importante a vertente de análise de informação criminal mas tem que ser ouvida, lida e codificada no conceito correcto e isto é um conflito que anda dentro da Guarda não sei porquê. Esta organização existe em todas as polícias do mundo. O investigador operacional, no âmbito de um inquérito, vai produzindo autos para o inquérito (peças processuais). Ou as produz ele (geralmente ao nível da recolha da prova testemunhal) ou então trata de formas mais administrativas e integra no processo autos que recebe dos outros órgãos de investigação criminal, das perícias, dos laboratórios, etc... Este tipo de informação na maior parte dos inquéritos é tanta que a partir de determinada altura o investigador não irá poder manipular. Como é que ele vai fazer um relatório de um inquérito que tenha quatro ou cinco livros? Portanto, esta estrutura de análise de informação criminal foi criada prioritariamente para desenvolver esse trabalho através das tais aplicações informáticas. Vão fazer correlações dos elementos de informação que estão no inquérito e eventualmente com outras informações que não são do inquérito... É este o apoio da análise de informação criminal da estrutura de investigação criminal que prestam aos investigadores operacionais.

É evidente que não se limita por isto, também faz trabalho analítico de outros fenómenos de interesse próximo ou directo ou a pedido dos próprios investigadores. Este trabalho tende a produzir bons produtos para o apoio à decisão e por isso deve ser encaminhado ou disponibilizado para a vertente de informação operacional. Basta ver o Despacho nº 7/03 menciona a ligação da estrutura de análise de investigação criminal com a área de informações (ligações entre a Chefia de IC e a 2ª Repartição ou entre as SOI e as SIC das Brigadas). A Secção de Análise de Informação Criminal tem uma espécie de dependência funcional da 2ª Repartição. E isto é simples. Só mentes pouco flexíveis é que não entendem. Esta realidade não é um problema de racionalização, é um problema de objecto de trabalho; o objecto é diferente, as preocupações são diferentes. Embora possam produzir e devam empregar aplicações informáticas, meios e aprendizagens semelhantes... Este inquérito recente relacionado com armas que levou ontem a estrutura de IC BTer 4 com apoio da BTer 5 a ter cerca de vinte arguidos e centenas de armas apreendidas, ocorreu e foi conduzido por investigadores operacionais, mas o trabalho foi feito na vertente de análise de informação criminal. Podia ser feito se a estrutura de IC não tivesse análise de informação criminal? Podia. Alguém o tinha que fazer e tinham que ser pessoas próximas funcionalmente.

Portanto, estas estruturas flexíveis só trazem vantagens na Guarda. Ao nível do trabalho de análise de informação criminal, o único órgão na Guarda que está a trabalhar ou a funcionar de acordo com o conceito é a Chefia de Investigação Criminal (os Comandos de Unidades ou os Grupos Territoriais não estão a fazer a análise de acordo com o conceito). Os militares da SCAIC vão a vários locais prestar apoio para fazer o trabalho que os NTIC ou os NAIC deviam fazer. E a melhor forma de saber a importância deste trabalho é ir perguntar aos apoiados.

## **2. Como será a futura estrutura de Investigação Criminal na Guarda (e especificamente a vertente responsável pelas Informações Criminais)?**

A Guarda está a fazer um percurso favorável de mentalização dos militares que se constituem órgãos de pesquisa. Os militares da investigação criminal (talvez por necessitarem de mais informação no dia-a-dia) tendem a ter uma sensibilidade maior para a recolha de informação. Este aspecto é importante.

No que respeita ao tratamento de informação, nós propusemos manter a vertente de análise de informação criminal.

Com a extinção do Comando das Brigadas, onde havia nas SIC os NAIC voltados para a análise de informação criminal a nível regional, perdemos um escalão que tinha uma competência territorial regional. Estamos cientes que a solução será a Chefia de Investigação Criminal fazer algo ao nível dessa preocupação regional e não ver apenas o país no seu todo. Em cada região deverá existir um órgão equivalente ao que existe nas Brigadas Territoriais. O nosso conceito é a existência de um Comando Territorial que nós chamamos de director ou coordenador que faça esse trabalho analítico regional. Se formos ver a vertente de análise de informação criminal do Comando Territorial de Lisboa (que será um dos Comandos Directores ou Coordenadores se for aceite o conceito) terá mais militares que os outros Comandos para que seja possível fazer esse trabalho analítico.

A nossa proposta consiste em colocar no mínimo oito homens nos Comandos Directores e nos Comandos Territoriais seriam colocados seis homens e os Comandos Territoriais com menos informação teriam quatro. Seja como for, a nossa proposta passa por retocar os NTIC colocando no mínimo quatro militares nestes Núcleos nos Comandos Territoriais. Nos Distritos onde havia dois Grupos Territoriais passa a existir apenas um e isso significa mais divisão de material para trabalhar e mais informação para tratar. Os Comandos Directores teriam a obrigação de olhar para as suas respectivas Zona de Acção (do Comando Territorial) e região. Esta é a melhor solução para o futuro em vez de ser a Chefia com o dever de olhar por todas as regiões.

**3. Qual será a solução para fazer face ao desaparecimento dos NAIC nas Brigadas Territoriais?**

A resposta já foi dada anteriormente. Hoje há dois a três militares nos NTIC e no futuro haverá de quatro a seis. Os Comandos Directores assumem a função que os NAIC estão a desempenhar actualmente.

**4. Qual a razão de existirem dois canais paralelos que trabalham informação policial? Não seria mais vantajoso existir apenas um canal ou estrutura que trabalhasse as informações?**

A vertente de informações que nós conhecemos; todo o fluxo, desde os órgãos de pesquisa até ao Comando-Geral mantém-se. A forma como os militares da estrutura de informações olha para a informação ou o conceito que têm de informação é diferente da vertente de análise de informação criminal como referi anteriormente.

No Comando dos Grupos, existe um ou dois militares para fazer este tratamento mais estatístico e a tratar as informações de acordo com o que é operacional na Guarda. As estruturas podem ser juntas e muito bem. Mas se na parte da estrutura de Investigação Criminal estão cinco homens e na outra parte da estrutura de informações estão dois, quem é que se junta a quem?

Não há nenhuma instituição no mundo que consiga viver e vingar se não tiver princípios organizativos ou estruturantes e se não tiver também flexibilidade. A estrutura de Investigação Criminal tem princípios, é flexível e foi avaliada externamente como um sucesso. As estruturas de investigação criminal em todo o mundo são compostas por três vertentes: investigação criminal operativa ou operacional, criminalística e análise de informação criminal. Porque é que nós havíamos de ser diferentes?

Tem que haver normas que vinculem quer os militares que façam parte da estrutura de informações quer os militares de investigação criminal para obrigar a divulgar relatórios com determinadas características para definir os equipamentos informáticos comuns ou partilhados. Eu volto a dizer que pode ser vantajoso unir as duas estruturas. Mas alerto, que a coberto dessa necessidade, não podemos voltar a uma forma de trabalhar que será prejudicial ou pior para a actividade operacional (nomeadamente para o apoio aos investigadores).

A informação para a estrutura de informações está mais relacionada com o apoio à decisão e nós vemos ou relacionamos a informação com o trabalho de um inquérito ou processo criminal. Funcionalmente, esse tipo de preocupação de qualificar um inquérito é alheio à estrutura de apoio à decisão. Portanto, se juntarem as duas estruturas ou os dois canais tem que haver capacidade para resolver as duas coisas: fazer o tratamento

direccionado para o apoio à decisão e facultar o apoio necessário aos investigadores operacionais num determinado inquérito ou processo.

**5. Com a reorganização territorial da Guarda, quais serão as principais consequências nos processos de tratamento de informação para as Unidades Territoriais?**

Tal como disse anteriormente, se não for atribuída responsabilidade a alguém que faça o trabalho regional (e que possua uma visão regional), os Comandos Territoriais tenderão a ter uma abordagem de informação criminal, em relação aos fenómenos, com uma dimensão regional muito pequena.

A análise de informação criminal, numa lógica de apoio à decisão, tem como objectivo principal transmitir a visão, a antecipação e certas medidas preventivas para depois os meios serem direccionados... E este tipo de informação e fluxo de informação têm uma área de interesse muito além do espaço de um Comando Territorial. A proposta da Chefia está orientada para tentar atenuar ou resolver esta preocupação.

Apêndice J – Entrevista com Major Pousa, Adjunto da 2ª Repartição do Comando-Geral, dia 21 de Julho de 2008, pelas 16h00

- 1. Depois de alguma investigação, concluiu-se que na generalidade do dispositivo territorial a recolha de informação é deficitária. Quais são as principais causas para este facto? A reorganização territorial da GNR irá melhorar em algum aspecto os processos de recolha de informação?**

Concordo que efectivamente é algo deficitária a recolha de informação. As grandes regiões prendem-se com o facto de não termos um sistema informático que permita que a recolha seja feita de forma mais rápida e efectiva. Também existe alguma falta de cultura e falta de formação dos militares de base para que estejam sensibilizados para a recolha da informação e transmiti-la pelos canais que estão previstos.

Julgo que a reorganização não vai melhorar nem piorar o processo de recolha de informação porque, como eu disse, as duas grandes causas são um sistema informático eficaz e uma aposta da formação das pessoas que estão no terreno no dia-a-dia.

- 2. Com a eliminação do escalão Brigada, a futura Direcção de Serviço de Informações passará a receber maior quantidade de informações de todos os futuros Comandos Territoriais. Como estará organizada a Direcção de Serviço de informações para dar resposta eficaz a todas as ligações com os Comandos Territoriais? Não seria mais benéfico se existisse um Comando Coordenador ou Director que fizesse o tratamento de informação da região (à semelhança do trabalho das SOI das Brigadas Territoriais)?**

Neste momento nós temos a ligação com as quatro Brigadas e passaremos a ter ligação com vinte Comandos Territoriais que estão previstos. Julgo que também aqui não vai haver grandes dificuldades já que a única diferença que se poderá notar será: as Brigadas ao seu nível faziam o tratamento de informação policial desde que não transvasasse para outra Brigada (se o assunto tivesse respeito mais do que uma Brigada seria a 2ª Repartição que faria a análise) e futuramente seremos os responsáveis por todo o tratamento de informação que envolva mais de um Comando Territorial. Não vamos ter dificuldades em fazer a recolha de todos os possíveis Comandos Territoriais e o tratamento de informação.

Quanto à segunda pergunta, julgo que não seria mais benéfico. Acho que quantos mais escalões de Comando existirem será pior para a informação, pois mais tempo demora a fluir. Esses Comandos poderiam fazer sentido de algum aspecto de inspecção ou de eventual Comando de alguma operação mas julgo que em termos de informações não faz

muito sentido. Não tenho dúvidas que a futura Direcção de Serviço de Informações irá estar preparada para dar resposta aos vinte Comandos Territoriais. E informação chega sempre, seja em grande ou pequena quantidade, agora, pode haver um tratamento mais cedo do que se faz actualmente.

Normalmente o tratamento da informação de âmbito mais policial ou operacional só era feito quando o assunto dissesse respeito a mais de uma Brigada, agora o tratamento será feito desde que um assunto diga respeito a mais de um Comando Territorial. Não me parece que haja grandes diferenças, ainda para mais, a criminalidade de hoje tem mais possibilidades de mobilidade e não fará diferença se o tratamento passará a ser feito a partir dos Comandos Territoriais. E é provável que com o pessoal que temos se consiga fazer este trabalho. Vamos verificar essa capacidade na prática se o efectivo que temos é suficiente ou se precisaremos de mais.

**3. Não será prejudicial para a actividade operacional da Guarda não existirem pessoas responsáveis pelo tratamento de informação com conhecimento e/ou aproximação do terreno (tais como os militares que trabalham nas SOI das Brigadas)?**

Quanto mais próximo estiver o tratamento de informação dos locais ou áreas onde as coisas acontecem, melhor. Por isso mesmo, se existir quem faça este trabalho no Comando Territorial, ainda melhor. É melhor do que se for a nível de Brigada porque as Brigadas têm áreas bastante extensas com realidades bastante diversas. Portanto deverão existir futuras SOI ou outros organismos que as venham a suceder nos futuros Comandos Territoriais.

**4. Com a reorganização territorial (e a consequente extinção do escalão Brigada) ficará a difusão de informação mais rápida?**

Mais uma vez, julgo que o fundamental na difusão (seja ela em que sentido for) continua a ser os sistemas informáticos. Mas mesmo um sistema vigente actualmente não vai modificar nada (como já foi referido).

Existem dois canais de difusão (por via hierárquica e por via técnica). No canal técnico, a informação é difundida directamente do escalão que envia a informação para o escalão que a recebe que é o interessado na informação. No canal hierárquico, a informação segue respeitando a hierarquia dos escalões. Portanto, a reorganização não irá modificar nada.



**5. Na GNR existem duas estruturas principais que trabalham com informações – Estrutura de informações policiais e Estrutura de informações criminais. Não seria mais vantajoso unir estas duas estruturas numa só mas com todas as competências e funções bem definidas?**

Na minha opinião, sim. Já que se trata de informação, ela devia ser tratada por um organismo ou por um órgão único. Independentemente de onde estiver dependente que depois faria a difusão de informação conforme tivesse mais necessidade operacional ou de investigação criminal ou outro tipo de informação que fosse relevante para o resto do dispositivo. Existiriam vantagens enormes em existir apenas um órgão ou organismo a trabalhar de forma complementar. Facto que hoje não se verifica.

**6. O SIIOP é um sistema que tem como principais capacidades servir de base de dados. Estando o processo de implementação demasiado demorado e problemático, não existe nenhum projecto ou alguma base de dados alternativa para possibilitar uma resposta mais imediata para o trabalho com informações?**

O SIIOP é um sistema que já é real em dois Grupos Territoriais (Grupo de Matosinhos e Grupo de Penafiel). Está com alguns problemas...

Só está desenvolvido parte do projecto, a parte da análise estatística e a análise criminal ainda não está desenvolvida.

A implementação a nível do território (do continente) ainda não está definida o que constitui uma grande lacuna. Espera-se que, se este projecto do SIIOP avançar e se torne eficaz provando que é um bom sistema, venha a resolver grandes problemas que existem em termos de rapidez e precisão nos dados recolhidos.

Hoje não há nada previsto de alternativa para recolha de informação. A 2ª Repartição faz a recolha de informação através dos RELIM, dos SITREP (documento elaborado diariamente pela 3ª Repartição), dos PERINTREP e também dos RELNOT/RELINF que diversos escalões vão fazendo. Além disso também recebemos informação exterior à Guarda através do SIEF, do SIS, da PJ, do SEF, da PSP e sempre que achamos alguma coisa de relevante é feito o tratamento de informação e a informação é difundida para o dispositivo.

Em termos de base dados que se possa implementar a nível nacional, não existe porque haveria grandes problemas a nível de implementação já que a nossa Intranet (onde é feita a difusão documental) só chega aos Grupos Territoriais, aos Destacamentos de fronteira terrestre e à totalidade dos Grupos onde já está implementado o SIIOP. Não temos nenhuma alternativa para esta lacuna em termos informáticos. Nem seria fácil de implementar porque os Postos e os Destacamentos que não estão integrados no SIIOP, ou

não estão na sede do Grupo nem sequer Internet têm. Portanto não é fácil de fluir uma informação através de mensagem de correio electrónico (por exemplo).

Apêndice K – Entrevista com Cabo Ferreira da Secção Central de Análise da Informação Criminal da Chefia de Investigação Criminal, dia 19 de Junho de 2008, pelas 16H00.

**Pergunta: Como caracteriza as Informações na GNR?**

As informações na GNR, supostamente deveriam ter um papel de relevância. Até porque somos a força policial mais disseminada pelo país e é a força com maior quantidade de informações. Se formos pensar nisso, cada Patrulha (de militares da Guarda) se fizer um relatório no final de cada patrulha e sendo várias Patrulhas por dia (aproximadamente três por dia) significa uma grande quantidade de informação. Mas agora, essa informação é tratada ou não? Se analisarmos bem, a maioria da informação é arquivada dentro respectivo Posto. Há muita informação ou muitos dados que o patrulheiro repara e/ou reporta ao chefe directo que não atribui a respectiva importância. Por exemplo, pode existir um acontecimento isolado na área daquele Posto e existe também outro acontecimento igual na zona de outro Posto; como acontecimento isolado não lhe é atribuída a devida importância mas se conseguíssemos uma visão global, aqueles tipos de acontecimentos que até poderiam ser algo irrelevantes, poderíamos constatar que aconteceram em vários sítios, em determinada zona em várias áreas de Postos territoriais. Neste caso já seria informação muito mais relevante do que saber apenas que aconteceu um ou dois tipos de acontecimento. Também poderemos ter em consideração outro exemplo: um furto de jantes especiais de um carro. Este furto aconteceu na área de um Posto. Noutras áreas territoriais aconteceu o mesmo contabilizando quatro furtos de jantes especiais. Verificados os factos, possivelmente não se trata de actos isolados mas sim de um exemplo de um modo de vida de determinado indivíduo que se dedica a cometer aquele tipo de crime. Portanto, se juntarmos e estruturarmos todos estes dados (cada dado corresponde a um ilícito) dos locais dos crimes e dos respectivos *modus operandi*, obteríamos informação. É por isso que informação é muito importante. Agora, se é tratada dentro da Guarda? Eu diria que não. Pelo menos, a este tipo de dados que não lhes são atribuída tanta importância. Como o nosso Tem Cor Albano Pereira (chefe da Chefia de Investigação Criminal) referiu anteriormente: “uma contra-ordenação não tem grande condenação social. Uma não tem mas se forem várias...” Um caso de uma contra-ordenação na legislação fiscal; a diferença entre uma contra-ordenação e um crime depende em função de determinado valor em causa e uma contra-ordenação é desprezada mas um crime já é importante. Se certos indivíduos transportarem ou deslocarem determinados produtos em pequenas quantidades corresponde a determinada contra-ordenação e se o fizerem regularmente correspondem a várias contra-ordenações. Se tivermos noção do número de transportes e de quantidades

que já tiveram acontecimento poderemos tirar outro tipo de conclusões: o cenário poderá ser alterado pois as infracções que no seu conjunto correspondem a um crime.

**Pergunta: Como caracteriza as informações policiais?**

Nós (da Chefia de Investigação Criminal), particularmente, da análise de informação (SCAIC), não temos grande contacto com as informações policiais. A informação que nos chega é aquele tipo de ilícito criminal que já passou ou que está em fase de inquirição, ou que já está atribuído um NUIPC ao ilícito criminal. É com outro tipo de informações que nós trabalhamos. Nós fazemos um apoio directo ao investigador e normalmente é um tipo de investigação que está toda ela associada a um inquérito. Portanto, as informações policiais para nós é aquele tipo de informações que o investigador nos transmite e a partir daí que nós trabalhamos. Não temos uma pesquisa a nível nacional porque, efectivamente, não temos esse tipo de necessidade; nós queremos determinada informação acerca de um processo, temos que perguntar ao investigador dizendo o que nós queremos. No caso de um inquérito que envolva escutas telefónicas, se nós quisermos saber os dados das escutas, pedimos ao investigador os dados que pretendemos saber ou ficamos a saber através do sistema das escutas telefónicas (um sistema da Polícia Judiciária) que vem num determinado tipo de formato e assim depois de facultado o que necessitamos, fazemos o nosso trabalho. Não fazemos directamente uma pesquisa de informação (é de uma destas formas que a informação nos chega).

**Pergunta: As informações criminais fazem parte das informações policiais?**

Sim. Na minha opinião, uma informação que seja do interesse policial não tem que estar necessariamente relacionada com um crime. Por exemplo: a recente manifestação dos camionistas. Não se trata de propriamente de um crime, mas, do ponto de vista da ordem social, esta informação torna-se muito importante para a Brigada de Trânsito ou para o Posto Territorial da respectiva área.

**Pergunta: Quais as diferenças entre as informações criminais e as informações policiais?**

A informação criminal é o tipo de informação relacionada com a suspeita de um crime ou que já passou a Auto. A informação policial é um tipo de informação que se for agregado ou inserida dentro de um contexto, poderá ter algum interesse para a Guarda.

**Pergunta: Como é realizado o processo de recolha de informações da GNR (da perspectiva da Investigação Criminal)?**

Um inquérito nasce com uma informação ou com um Auto de Notícia e a partir daí procede-se a uma recolha de informação. A recolha de informação tem lugar com Autos de Inquirição, vigilâncias, escutas telefónicas, seguimentos, (etc).

**Pergunta: Qual a diferença entre fluxo de informação e ciclo de informação?**

Existem vários modelos do ciclo de informação. Falamos de um em que consiste na recolha, avaliação, tratamento, análise e difusão. Quem faz a recolha passa para quem faz a avaliação, por conseguinte passa para quem faz o tratamento e assim adiante e por fim há a difusão. Supostamente quem fez a recolha também há-de receber a difusão. Por exemplo: há uma recolha de uma notícia de um furto a veículo. Depois alguém faz a agregação de todos os furtos em veículos (alguém faz o tratamento) até chegar à 2ª Repartição. A 2ª Repartição faz um relatório relativamente aos furtos de veículos com determinadas características (acontecem maioritariamente em determinadas áreas, o *modus operandi* mais aplicado, têm lugar em na maioria dos casos em determinado dia da semana à noite...). Este relatório é difundido pelo dispositivo da Guarda e o militar que registou um furto de veículo terá a possibilidade de consultar este relatório. Portanto verifica-se neste exemplo que se trata de um ciclo. Quanto ao fluxo de informações, é o caminho por onde a informação passa. Do patrulheiro vai a notícia para o comandante de Posto. Este último, se achar relevante manda para o Comandante de Destacamento. Eu até chamava a isto um acto administrativo. A informação vai subindo até chegar a um determinado escalão (consoante o conteúdo da informação). Em primeira mão, o tratamento é feito pelo Comandante de Posto e em segunda mão é feito pelo Comandante de Destacamento; fazem uma filtragem do que interessa e o que não interessa. Ao nível do Destacamento não existem órgãos de análise de informação, só existem a partir do Grupo.

**Pergunta: Quais os principais órgãos da Estrutura da Investigação Criminal que trabalham com informações e como a trabalham?**

Todos nós, como Órgãos de Polícia Criminal temos que dar notícia de todos os crimes que assistimos. Para mim, os órgãos principais são todos pois todos são importantes. Desde os órgãos que estão mais abaixo que são os que fazem a análise de informação a nível de Grupo que são os que fazem o primeiro ajuntamento de dados que tem a sua importância assim como os restantes órgãos da Estrutura da Investigação Criminal. Não existe grandes diferenças em relação ao trabalho de um militar do NTIC e o trabalho do SCAIC (tirando alguns estudos ou relatórios e algum trabalho administrativo)

pois a nível operacional a nível da análise táctica de apoio ao investigador não existem grandes diferenças. As únicas diferenças que existem está na posição hierárquica dos órgãos e da quantidade e de tipo de informação com que trabalham (quanto maior for o nível hierárquico, menos pormenorizada será a informação mas é igualmente mais abrangente).

**Pergunta: Como se processa o tratamento de informação na GNR?**

No tratamento organizam-se determinados dados numa base de dados ou numa tabela tendo em consideração determinados factores (por exemplo: furtos a residências tendo em consideração a hora e o dia em que aconteceram e o *modus operandi*). Na análise verifica-se o que se salienta dor tratamento (por exemplo: constatar que a maioria dos furtos teve ou tem lugar às terças feiras à noite).

**Pergunta: Quais as implicações (vantagens/desvantagens) da reorganização territorial da GNR nos processos de recolha e tratamento de informação?**

À primeira vista surge uma consequência que poderá ser desvantagem ou não, que se trata do desaparecimento do escalão Brigada. É vantajoso em relação ao fluxo de informação, pois a informação chegará aos órgãos de decisão com maior rapidez. Agora, o trabalho que a Brigada faz, que no fundo se trata principalmente de agregação de informação que vem dos grupos não poderá ser cessar de existir; alguém terá que continuar a fazê-lo e isto poderá ser uma desvantagem. Quanto à alteração referente aos Destacamentos passarem a integrar militares da Brigada de Trânsito, os Destacamentos ficarão com acesso ou trabalharam com mais informação.

**Pergunta: Qual a possível solução para resolver o desaparecimento do NAIC?**

O desaparecimento dos NAIC será claramente prejudicial para a Guarda porque estes fazem um trabalho que não pode falhar. A Brigada está sensível aos acontecimentos e consequentemente às informações da respectiva área de responsabilidade. Não sei se algum dos NTIC assumirá a responsabilidade de efectuar o trabalho que os NAIC faziam.

**Pergunta: Qual a diferença entre informação táctica e informação estratégica?**

A informação estratégica é pouco pormenorizada mas mais abrangente; é aquela que deve ser facultada ao nosso Comandante-Geral. No entanto, o Comandante de Brigada também poderá ter informação estratégica, por exemplo, poderá saber que há muitos militares que não têm conhecimento suficiente acerca de determinada legislação duma

determinada região e poderá ter uma medida estratégica disponibilizando algum tipo de informação para solucionar o problema. A informação tática é mais pormenorizada e mais localizada.

**Pergunta: No despacho que aprova a Estrutura de Investigação Criminal na GNR está referido que o NTIC insere dados no sistema. De que sistema se trata? Do SIOP?**

Também não sei responder a essa questão. Poderá referir-se ao SIIC (Sistema de Informações da Polícia Judiciária), pois quando cheguei à Guarda e comecei a trabalhar na parte da Investigação Criminal em 2005 (se não estou em erro) a SIIC já não estava acessível. É provável que este sistema a que se refere o despacho coincida com o SIOP mas o SIOP não trata nem fornece informação criminal porque grande parte da informação criminal que é tratada e analisada encontra-se na fase de inquérito e como tal o segredo de justiça coloca muitas reservas a estas informações.

## Apêndice L – Organização territorial actual

O Decreto-Lei n.º 231/93 de 26 de Junho constitui a anterior Lei Orgânica da GNR cuja organização territorial permanece.

A Organização do Comando da Guarda, de acordo com o Artigo 35.º do Decreto-Lei em causa, compreende:

- O Comandante-Geral;
- O 2º Comandante-Geral;
- Os órgãos de assessoria e inspecção;
- O Comando-Geral;
- As Unidades;
- Os serviços.

Segundo o Artigo 44.º, que diz respeito à composição do Comando-Geral, discrimina que o Comando-Geral da Guarda abrange o conjunto dos meios postos à disposição do Comandante-Geral para o exercício da sua acção de comando.

O Comandante-Geral dispõe de um Estado-Maior Geral ou Coordenador como principais funções (previstas no Artigo 47.º): apresentar informações, estudos, planos e propostas com vista à tomada de decisões nos âmbitos operacional, administrativo-logístico e de informação interna e pública; elaborar e difundir as ordens, planos, pedidos e instruções decorrentes das decisões do Comandante-Geral; e supervisionar a execução das ordens e instruções difundidas. O Estado-Maior Geral ou Coordenador é composto pelas repartições seguintes: 1ª repartição (Pessoal); 2ª Repartição (Informações); 3ª Repartição (Operações); 4ª Repartição (Logística); 5ª Repartição (Informação Interna e Relações Públicas).

A 2ª Repartição, de acordo com o Artigo 49.º, tem como competências estudar, planear, coordenar e relacionar as actividades de informação e contra-informação de interesse para a missão da guarda.

De acordo com o Artigo 63.º a Guarda está organizada nas seguintes Unidades:

- De instrução, a Escola Prática da Guarda (EPG);
- Territoriais, a Brigada nº2 (BTer2), a Brigada nº3 (BTer3), a Brigada nº4 (BTer4) e a Brigada nº5 (BTer5);
- Especial de Trânsito, a Brigada de Trânsito (BT);
- Especial fiscal, a Brigada Fiscal (BF);
- De reserva, o Regimento de Cavalaria (RC) e o Regimento de Infantaria (RI).

As Unidades Territoriais são unidades mistas de infantaria e cavalaria que, para além das subunidades de comando e serviços e de subunidades de intervenção, se articulam em agrupamentos, grupos, destacamentos e subdestacamentos e postos. Cada Brigada



Territorial tem a responsabilidade de cumprir a missão da Guarda nas suas respectivas áreas ou zonas de acção de acordo com os Artigos 65.º a 68.º.

### **Secções de Operações e Informações das Brigadas Territoriais**

Todas as Brigadas Territoriais têm uma constituição geral muito semelhante na qual existe várias partes constituintes que são iguais em todas as Brigadas.

Todas as Brigadas Territoriais possuem um CMDT de Brigada, um 2º CMDT e um Chefe de Estado-Maior.

Na dependência do Chefe de Estado-Maior (CEM) encontram-se várias Secções tais como: Secção de Operações Informações (SOI), Secção de Investigação Criminal (SIC), Secção de Informática (SEC Informática), Secção de Transmissões (SEC TMS), Secção de Logística (SEC LOG), Secção de Pessoal (SEC PESS) ...

As SOI das Brigadas Territoriais são constituídas por um Chefe da SOI, uma Secção de Operações e uma Secção de Informações. É a SOI que tem como competência e responsabilidade de tratar ou trabalhar as informações da região da Brigada Territorial em que está inserida.

## Apêndice M – Futura organização territorial

A Organização Geral da nova Lei Orgânica, Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, compreende uma nova Estrutura geral que compreende a Estrutura de comando; as Unidades; e o estabelecimento de ensino (Artigo 20.º da Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro).

A Estrutura de Comando (prevista no Artigo 21.º) compreende o Comando da Guarda e os Órgãos Superiores de Comando e Direcção. O Comando da Guarda compreende: o Comandante-Geral, o 2º Comandante-Geral, o Órgão de Inspecção, os Órgãos de Conselho e a Secretaria-Geral. Os Órgãos Superiores de Comando e Direcção são: o Comando Operacional (CO); o Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI); e o Comando da Doutrina e Formação (CDF).

O Comando Operacional assegura toda a actividade operacional da Guarda e compreende as áreas de operações, informações, investigação criminal, protecção da natureza e do ambiente e missões internacionais. O Comandante do CO tem sob o seu comando directo, para efeitos operacionais, as unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e de reserva (Artigo 32.º).

Comenta-se que o CO compreenderá as seguintes Direcções: Direcção de Operações, Direcção de Informações, Direcção de Investigação Criminal, Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente e Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação.

A Direcção de Informações será o futuro órgão que terá as mesmas competências que a 2ª Repartição e a Direcção de Investigação Criminal, à semelhança da Direcção de Informações, será equivalente à actual Chefia de Investigação Criminal.

Quanto às Unidades da nova Lei Orgânica (Artigo 22.º), existem as seguintes: o Comando-Geral, os Comandos Territoriais, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a Unidade de Acção Fiscal (UAF), a Unidade Nacional de Trânsito (UNT), a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), a Unidade de Intervenção (UI) e a Escola da Guarda (EG).

Segundo os Artigos 37.º e 38.º da nova Lei Orgânica, os Comandos Territoriais são responsáveis pelo cumprimento da missão da Guarda nas respectivas áreas de responsabilidade, na dependência directa do Comandante-Geral. Estão articulados em comando, serviços e subunidades operacionais. As subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos (Artigo 39.º).

## Apêndice N – Contra-Informação

Quando falamos sobre notícias, informações, pessoal, material e instalações relacionadas com as actividades das Forças e Serviços de Segurança, surge uma necessidade vital associada a estes factores que é a segurança. Para conseguir atingir ou alcançar determinados níveis de protecção é necessário adoptar certas medidas de segurança. Entende-se como medidas de segurança na GNR como *medidas tomadas com vista a neutralizar as ameaças do Adversário e obter segurança* (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.26). As medidas relacionadas com as informações podem ser activas ou passivas. As medidas passivas são destinadas a *evitar que surja qualquer fuga ou violação de informação, são de carácter permanente e devem construir como que uma reflexa de todo o Guarda e de toda a Unidade (manutenção do segredo)* (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.26). As medidas activas são *destinadas, objectivamente, a combater qualquer caso concreto (remediar falhas de segurança)* (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007 p.26).

A contra-informação (CI), segundo o Regulamento de Campanha de Informações do Exército, é definida como o *conjunto de actividades relacionadas com a identificação e neutralização da ameaça à segurança, constituída por serviços de informações e organizações hostis ou por indivíduos relacionados com espionagem, sabotagem, subversão ou terrorismo* (2006, p. 2). Para Moreira, A., et al., a CI serve essencialmente *para evitar que o adversário ou possível oponente saiba o que nós estamos a fazer para o atacar ou para nos defendermos dele* (2004, p.474). Relacionando os conceitos de CI anteriores com o que foi referido acerca da associação da segurança com as informações, poderemos afirmar que *é um conjunto de medidas de segurança activas ou passivas de qualquer natureza cujo objectivo é manter o adversário na impossibilidade de saber o que estamos a fazer ou descobrir as nossas intenções ou possibilidades* (Núcleo de Tática e Investigação Criminal, 2007, p.30). Podemos considerar como uma medida de CI a classificação de informações.